

vida mundial

Nº. 1890 3/6/1976

Preço 15\$00

PRESIDENCIAIS
candidatos e programas

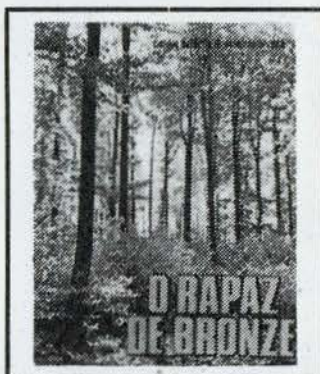
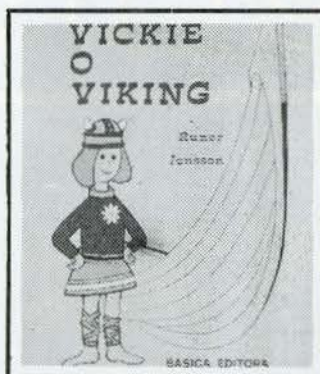


REFORMA AGRÁRIA:

**conquista ou enterro
da revolução?**

LIVROS INFANTIS

OFEREÇA E RECOMENDE LIVROS A TODAS AS CRIANÇAS. ESTES POR EXEMPLO...



À VENDA NAS LIVRARIAS



distribuidora O SEculo

Director:
Natália Correia

Chefe de Redacção:
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:
M. Manuela de Sousa Rama

REDACÇÃO:
Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

Fotografia:
Abel Fonseca

Secretariado:
Maria Manuela Andrade

Colaboradores:
A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philippe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

Preço: 15\$00

Assinaturas:

Via ordinária
Continente e Ilhas - 3 meses: 175\$50, 6 meses: 351\$00, 12 meses: 702\$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351\$00, 12 meses: 702\$00; outros países - 6 meses: 455\$00, 12 meses: 910\$00.

Via aérea
12 meses: Ilhas Adjacentes - 764\$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201\$00; Espanha - 764\$00; Brasil - 1284\$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034\$00; outros países - 1493\$00.

Redacção e Administração:
Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

Composição e Impressão:
Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

Propriedade:
Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.



Por
Natália Correia

ELEMENTO DEFINIDOR DA MAIORIA

LOGO que foram conhecidos os resultados eleitorais para a Assembleia da República a contabilidade das conveniências não perdeu tempo em outorgar a maioria às esquerdas.

Exímio contabilista em tais tranzes o PCP exhibe em seu caderno de contas a cobiçada maioria da qual sabe depender substancialmente a sua importância na política que se segue. E, a desdobrar-lhe o canto de sereia ao ouvido do PS que faz de mouco, avança a chamada esquerda independente que nisto prova pouca independência já que em tal afã o seu pendor é visível.

Inamovível, o PS, "pivot" da questão, põe-se a milhas da hipótese de qualquer aliança quer com o PPD e o CDS quer com o PCP. Mas este é que não desiste da sua tese da maioria de esquerdas, enquanto a Assembleia da República não demonstrar o contrário ao partido de Cunhal.

De facto, das muitas formas de fazer alianças nem todas são óbvias havendo mesmo aquelas que parlamentarmente, caso a caso, poderão acabar por ser sistemáticas. Com tais perspectivas era realmente prematuro dar-se como cancelada a noção de maioria de esquerda.

E eis que vem à superfície o grande elemento definidor: a candidatura do General Eanes.

Profundamente significativa como polarizadora das tendências que haverão de predominar na política portuguesa, a candidatura de Ramalho Eanes faz entrar o PS no bloco a que o seu ingresso imprime a dimensão de maioria esmagadoramente democrática. Alinhando com o PPD e o CDS na escolha do candidato para a Presidência, o Partido Socialista reconhece ser neste campo conjuntural que existe realmente um denominador comum de aproximações partidárias e não na maioria de esquerda que, para o efeito de eleger um Presidente que dispõe de poderes relevantes para o prosseguimento do processo político, mostrou a sua inexistência.

Isto, de resto, percebeu o PCP que sentindo-se espúrio no alinhamento de partidos que subscrevem a candidatura de Eanes, e outra atitude ser-lhe-ia incoerente, se auto arginalizou das forças políticas que a fortalecem.

Mas é chegado o momento de Eanes divulgar o seu manifesto eleitoral. E está gerada a contradição entre a maioria não de esquerda que sustenta a sua candidatura e o teor esquerdista desse texto onde se consagra a doutrina que inspirará a política do futuro P R. Aí se reafirma uma profissão de fé socialista adequada à realidade portuguesa a cuja linguagem mais ou menos racional nos habituaram durante quase dois anos e na qual não vemos maneira de se integrarem o CDS, mesmo o PPD, e até sectores da área social-democrata do PS.

Uma nova contradição, e esta de grandes proporções, surge assim no limiar da fase em que cessa o provisório e se inaugura o decisivo (?) na política portuguesa: uma maioria que não é de esquerda enlaça-se à volta de um potencial Presidente da República cujo programa satisfaz as exigências esquerdistas.

Onde nos levará mais esta contradição que de modo algum vem alisar um terreno político que queríamos ver finalmente em repouso?

EDITORIAL por Natália Correia 1

PRESIDENCIAIS

Os militares nos centros das atenções 3
Os cinco candidatos 5
Os que ficaram pelo caminho 11

NACIONAL

Os que riem... e os que choram 14
A la minuta 15
Os surdos 16
Informação: liberdade em perigo 60
Raul Rego: homenagem devida 61
Sindicatos: o MDT contra a "Inter" 61
Caso Delgado 61
Greves: a vaga 62
Sedes: Portugal na Europa 63

REFORMA AGRÁRIA

Conquista ou enterro da revolução? 17

SEPARATA

O sebastianismo 27

LIVROS

B. B. contra G. G. 39
Este livro nunca saiu 41
Os dez mais 41

TV

. 42

CINEMA

O Lumière português 43
A caminho do precipício 44
Uma sensação de desânimo 45

TEATRO

ABC: da revista à farsa 46
Brecht em catadupas 46

BAILADO

"Sífides" em atraso 46

DISCOS

. 47

EXPOSIÇÕES

Poeta-guerrilheiro 48
Arte oficial 49

INTERNACIONAL

EUA: ano de eleições 50
Saint-Robert 57
Socialistas franceses preparam-se para governar 58



REFORMA AGRÁRIA: CONQUISTA OU ENTERRO DA REVOLUÇÃO?

Louçada por uns, condenada por outros, a reforma agrária é habitualmente incluída entre as "conquistas" do chamado processo revolucionário. Mas as injustiças a que a sua concepção e aplicação deram lugar, bem como as tensões (por vezes violentas) que gerou, fazem-na correr o risco de contribuir para comprometer seriamente a revolução. Uma equipa de reportagem da "Vida Mundial" percorreu várias zonas do Alentejo e recolheu os testemunhos vividos dos altos e baixos da reforma agrária (págs. 17 a 26). No próximo número, a "VM" debruçar-se-á

sobre os problemas (completamente diferentes) que a reforma agrária levantou no vale do Sorraia — Ribatejo — e entrevistarà José Manuel Casqueiro, o "homem forte" da Confederação dos Agricultores.

ELEIÇÕES NOS EUA

Em 2 de Novembro, os americanos vão às urnas para escolher o seu próximo presidente. No ano em que os Estados Unidos celebram o bicentenário da independência, a escolha do eleitorado terá repercussões decisivas no futuro do mundo inteiro (págs. 50 a 56).

separata

O MITO DE D. SEBASTIÃO

O mito de D. Sebastião, o "Rei Encoberto", que havia de regressar numa manhã de nevoeiro, é uma constante da tradição portuguesa que emerge, ciclicamente, nos momentos de crise (págs. 27 a 38).

OS MILITARES CONTINUAM NO CENTRO DAS ATENÇÕES

Três militares dominam as atenções numa campanha eleitoral que se adivinha difícil. Em seu torno, os partidos políticos esboçam táticas ao serviço de definidos objectivos estratégicos: para a campanha e para depois dela. E as interrogações surgem.

“É tempo de os militares deixarem de ser vedetas”, afirmou o general Ramalho Eanes, um dos cinco candidatos à Presidência da República. E, contudo, se Eanes é militar, dos restantes quatro candidatos apenas dois são civis. Na corrida para Belém estão dois conselheiros da Revolução (Ramalho Eanes e Pinheiro de Azevedo) e um ex-conselheiro (Oteló). Como estes militares concitam preferentemente as atenções, temos que as vedetas permanecem. O que quer dizer ser ainda tempo de elas dominarem a função política.

De facto, numerosos aspectos indicam não só a permanência do vedetismo mas sobretudo a dificuldade de as instituições democráticas se libertarem da protecção militar — e também da sua ameaça. A precária unidade de diversos partidos democráticos necessitou da figura do general Eanes para ser conseguida. E, como tal unidade encerra fortes contradições, Eanes tende a ser projectado a figura mítica. Necessidade política momentânea que, a não ser resolvida em termos democráticos, acarreta inevitáveis perigos para a democracia.

Por outro lado, Pinheiro de Azevedo mostrou já ir orientar a sua campanha em moldes de um deseducativo populismo: um vedetismo de bairro, quase marialva. Oteló, denunciando embora, na sua excursão ao Porto, uma linguagem mais politizada relativamente ao que nos habituou, mantém nos seus discursos as características de marca: um jornalista, comentando a oratória do antigo comandante do extinto COPCON, referia manter ele

“aquele tom de ir exactamente ao encontro daquilo que as massas querem ouvir, não as educando, portanto” (“Jornal Novo” do passado 31 de Maio).

Lançados os dados da próxima campanha eleitoral, os militares permanecem, pois, vedetas. Servindo de mote ao alinhamento dos partidos, continuam a inserir-se nas estratégias partidárias. Terá algum dos candidatos militares autonomia e força suficiente para contrariar e vencer esta tendência?

Algumas das forças que mais têm contestado a democracia no nosso país — a UDP, o MES, o PRP, a FSP e certos sectores do MDP — apresentam o major Oteló como o “candidato do 25 de Abril”. O tal 25 de Abril, crismado de “revolução dos cravos”, que os capitães fizeram vencer para liquidação do fascismo e instauração duma ordem democrática.

Também o general Eanes se apresenta em nome do 25 de Abril: o 25 de Novembro, disse ele, possibilitou o regresso ao espírito do 25 de Abril. Em 25 de Novembro, lembremo-lo, o então general Oteló, poderoso comandante do COPCON, saiu derrotado pelas unidades militares conduzidas por Ramalho Eanes.

Duas interpretações antagónicas do 25 de Abril colocam-se frente a frente no decurso da campanha eleitoral: a que nos promete a institucionalização da democracia e a que nos prometeu o “Campo Pequeno”; a que reconhece os partidos políticos legalizados e a que no ano passado (a 28 de Maio, precisamente) encarcerou perto de 500

militantes do MRPP.

Mas, o que importa fixar, se dois candidatos tão diferentes como Eanes e Oteló podem reivindicar-se do movimento de 25 de Abril, é porque ele encerrou ambiguidades que permitiram as vicissitudes de dois apaixonantes e apaixonados anos da nossa história. Deste modo, a campanha poderá tornar-se num debate sobre o conteúdo concreto e o significado do pronunciamento do 25 de Abril de 1974 que leve à elucidação do nosso processo político. Se isso acontecer, não ganharemos apenas um presidente eleito por sufrágio universal; em termos de politização e consciência colectiva ganharemos também a capacidade de viver em democracia.

“Que se desiludam os que pretendem criar divisões no seio do PCP — declarou Octávio Pato no comício do seu partido, realizado no passado sábado. — O Comité Central continua a estar bem coeso”, acrescentou.

Pato, candidato proposto pelo PCP, vem a público dar argumentos aos que combatem as tentativas de inocentar aquele partido de envolvimento no golpe de 25 de Novembro. Ao escutar as palavras do dirigente “pêcêpista”, múltiplas interrogações se levantam a respeito das afirmações do general Eanes, segundo as quais alguns sectores do PC teriam “actuado antidemocraticamente e contra-revolucionariamente”, não havendo todavia provas de que o partido, no seu conjunto, estivesse envolvido nas movimentações golpistas. Quem tem razão: Pato ou Eanes?

Se aceitarmos o rifão que “quem está no convento sabe o que lá vai dentro”, conclui-se da urgente necessidade de Eanes, proclamado candidato da democracia, rever as suas posições.

Mas, por outras razões também, o último comício do PCP assumiu particular importância. Nomeadamente

Presidenciais

Ramalho Eanes

APOIOS IGUAIS POR MOTIVOS DIFERENTES

Salgado Zenha, em Almada: "Uma coisa é certa: o próximo Presidente da República vai ser o general Ramalho Eanes, aconteça o que acontecer". Freitas do Amaral, no seu regresso da Alemanha: "Para mim, a vitória do general Ramalho Eanes é certa, mas isso depende fundamentalmente de uma coisa: de os portugueses se consciencializarem de que têm de votar e de que em política — especialmente, eleições presidenciais — nunca há vitórias certas antecipadamente".

Partidos democráticos de colorações diferentes apostam em Eanes a certeza da vitória, isto é, "a institucionalização da democracia, a garantia da independência nacional e a coesão das Forças Armadas no desempenho das suas tarefas, tudo isto de acordo com o rigoroso cumprimento da Constituição" (palavras do general Ramalho Eanes em 19 de Maio). Só que, por exemplo, o CDS votou contra a Constituição. Só que o apoio socialista define-se nos termos claros de uma palavra de ordem entretanto aparecida: "Eanes para a Presidência, PS para o Governo".

O general de face austera, usualmente indefinido atrás de umas lentes escuras, de lábios finos como lâminas, começa a definir-se perante o eleitorado, o povo. Competindo no sufrágio com outros candidatos, Eanes, antes de mais, define-se por oposição. A esses candidatos. Ao que neles se consubstancia. Mas define-se igualmente pelas palavras que vai dizendo. Já não é apenas um nome, o símbolo da vitória democrática de 25 de Novembro. É a personagem que toma corpo com um ideário, um programa, expressão de uma política. A indefinição progressivamente dilui-se. A definição necessariamente impõe-se.

"Sempre lutei contra as minorias que abusivamente falam e actuam em nome do povo e pretendem calar pela

coacção, pelo terrorismo ou pela corrupção" (discurso do general em Ponta Delgada-Açores). "O compromisso que assumo é com o Povo Português, ao qual terei que prestar contas" (discurso de 19 de Maio). "A segurança, a tranquilidade, a paz e a liberdade de todos os portugueses,



sendo objectivos a atingir, constituem fonte de progresso; assim como a democracia será a raiz da Independência Nacional" (discurso de 19 de Maio).

Afirmando lutar para que "não mais neste país os homens tenham necessidade de ajustar o seu comportamento a padrões pretendidos por determinados grupos", expõe a necessidade de "definir e perceber, clara e nacionalmente, uma verdadeira consciência colectiva e, com base nela, será então viável promover a reconciliação, encontrar a unidade, comungar num projecto de vida nacional".

Em suma, um candidato que se propõe enfrentar os problemas ("múltiplos e complexos") com os quais os portugueses se debatem: "a reconstrução económica, o desemprego, o desenvolvimento harmónico e personalizado das diferentes regiões do País, a

justiça nas relações sociais, através da prática democrática nos campos económico, social e cultural, a resolução do problema dos deslocados de África e, enfim, a consolidação da democracia".

O Partido Socialista avançou quatro razões para o apoiar: "primeira, porque Eanes se declara pronto a defender a Constituição; segunda, porque é o candidato da independência nacional pois, segundo já declarou, não serão admitidas ingerências externas na política portuguesa que, mesmo em relação às antigas colónias, não terá o seu centro em Luanda ou no Maputo, mas em Lisboa; terceiro, porque ele é a garantia da coesão das

Forças Armadas; e, quarta, porque é o candidato da institucionalização da democracia".

Mas serão estas quatro razões, expostas por Jaime Gama, as razões do CDS, do PPD ou mesmo do MRPP? Arnaldo Matos, em nome do Comité Central do seu partido, deu ao general um determinado apoio, afirmando que "os objectivos centrais do candidato e do seu programa devem ser, assim, a luta pela democracia, pela salvaguarda da soberania e independência nacionais e pela defesa da unidade e integridade territorial do país ameaçadas".

Por seu turno, Eduíno Vilar, em conferência de imprensa, ao anunciar um apoio independente à candidatura do general, apresentou-a como a da unidade das forças democráticas contra o fascismo e o social-fascismo, pela independência.

Uma candidatura suprapartidária?

Eanes é um nome que vale nas estratégias dos seus apoiantes. Estratégias que se entrecruzam e se chocam.

Uma candidatura da unidade? O PS (tal como o MRPP) afirma que o seu apoio não é extensivo aos apoios do general.

A defesa da democracia é o tema em que todos estão de acordo. O que pressupõe que, para todos os partidos que patrocinam a candidatura de Ramalho Eanes, nenhum dos outros candidatos garante essa defesa.

A crermos nos discursos que vão sendo feitos, teremos, pois, uma alternativa simples: de um lado (o de Eanes) a democracia, a liberdade, a independência; do outro (o dos restantes candidatos) a negação de tudo isto. De um lado, as forças democráticas e patrióticas; do outro, as antinacionais e antipatrióticas.

Que significado poderá ter em tudo isto o propósito do general Eanes: "a reconciliação nacional"?

A. M.



Acusado no 11 de Março

"Não sou um candidato das Forças Armadas, também não serei um candidato dos partidos", declarou o general António dos Santos Ramalho Eanes ao aceitar candidatar-se à Presidência da República. Todavia, foi garantido ter o general o consenso das Forças Armadas; partidos políticos tão diferentes como o CDS, o PPD, o PS, o PSDI, a AOC, o PCP(m-I) e o MRPP, além de algumas organizações de "retornados", expressaram-lhe publicamente o seu apoio.

Nascido em Alcains, a 25 de Janeiro de 1935, completou o curso geral dos liceus, em Castelo Branco, assentando praça, como voluntário, na Escola do Exército, em 15 de Outubro de 1953. Promovido a alferes de Infantaria em 4 de Agosto de 1957, ascendeu sucessivamente a tenente (1959), capitão (1961), major-graduado (1970), major (1973) e tenente-coronel (1974). Graduado em general de quatro estrelas a 6 de Dezembro de 1975.

Teve várias comissões de serviço nas antigas colónias: de 1958 a 1960, no Estado da Índia; 1962, em Macau; 1964 e de 1966 a 1968 em Moçambique; 1969 a 1971, na Guiné; 1974, em Angola. A sua carreira mereceu a Cruz de Guerra de 2. Classe, a Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma, a Medalha de Prata, de Comportamento Exemplar, a Medalha Comemorativa das Forças Armadas Portuguesas e o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis.

Além do curso da Escola Militar do Exército, completado em 1956, obteve os diplomas de Métodos de Instrução, de Instrutor de Educação Física. Frequentou os cursos de Guerra Subversiva, de Acção Psicológica, de Actualização para Oficial Superior e ainda a Faculdade de Direito de Lisboa e o Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Tendo participado em movimentos reivindicativos de carácter profissional, encabeçou em 1973 a corrente de protesto contra o Congresso dos Combatentes. Em 25 de Abril de 1974 encontrava-se a prestar comissão de serviço em Angola. Chamado a Portugal, foi nomeado para a "Comissão ad hoc" para os meios de Comunicação Social e, posteriormente, director de programas da RTP. Depois do 28 de Setembro de 1974, assumiu funções de presidente do Conselho de Administração da RTP. No 11 de Março de 1975 foi, por determinadas correntes políticas, dado como suspeito de ligações com um golpe militar. Em consequência, pediu imediatamente a demissão, exigindo um inquérito à sua actividade.

Obtida a reparação exigida foi colocado no Estado-Maior General das Forças Armadas, colaborando nos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução, sendo então incumbido de reestruturar a Quinta Divisão.

Foi um dos assinantes do "Documento dos Nove". A leitura da situação política que se vivia ao tempo deixava ver que o aventureirismo de certos sectores das Forças Armadas poderia conduzir a uma prova de força. Consciente da ameaça, começou a preparar os planos de contenção de um possível golpe. Foi ele o cérebro e o condutor das unidades militares democráticas contra a tentativa golpista de 25 de Novembro de 1975.

Designado então chefe do Estado-Maior do Exército, dedicou-se à tarefa de reorganizar as estruturas militares.

A. M.

ALTINO MAGALHÃES: "TEM TODAS AS CONDIÇÕES"

Ramalho Eanes com Altino de Magalhães, durante a sua recente visita aos Açores



Convidado por "Vida Mundial" a pronunciar-se sobre a figura do general Ramalho Eanes e a sua candidatura à Presidência da República, o general Altino de Magalhães, presidente da Junta Governativa dos Açores, declarou-nos:

"Respondo por mim. Porque conheço a aceitação que o general Ramalho Eanes tem como chefe militar, falo do Exército onde vivo, onde estou inserido, onde tenho o meu mundo de conhecimentos, pois atesto o prestígio de chefe que o general Ramalho Eanes goza no seio do Exército. Prestígio que nunca vi contestado. É um prestígio que lhe vem de o conhecermos como oficial sempre digno, dedicado, eficiente, inteligente, vertical. Nas restantes Forças Armadas, vejo que ele também goza de grande consideração. Pelo conceito que dele tenho, tem todas as condições para ser um bom Presidente da República."

Octávio Pato NA SEGUNDA VOLTA O PCP PODE NÃO APOIAR NENHUM CANDIDATO

A candidatura de Octávio Pato tem pelo menos um mérito, de que outros "presidenciáveis" não se podem gabar: sabe-se, sem margem para dúvidas, por quem é apoiado.

Resta saber quais os objectivos do Partido Comunista, ao lançar na corrida um dos seus principais dirigentes, não ignorando serem quase nulas as possibilidades de este chegar a Belém.

Nesta entrevista que concedeu à "Vida Mundial", Octávio Pato revela novas pistas para a compreensão desses objectivos.

VIDA MUNDIAL — Que razões levaram o PCP a não apoiar nenhuma das candidaturas anunciadas e a propor uma candidatura própria?

OCTÁVIO PATO — Muito embora se tivesse pronunciado pelas vantagens de um presidente militar, o PCP nunca excluiu a eventual apresentação de uma candidatura civil. Por outro lado, o PCP considera que não seria de desejar uma competição de candidaturas militares que pudesse conduzir a um agravamento de divergências e conflitos nas Forças Armadas, tanto do interesse das forças da direita reacçãoária. Aliás, dentro desta análise, o PCP admitiu sempre a hipótese de poder vir a apresentar um candidato comunista, não com o intuito de contestar este ou aquele militar, mas de definir a política do Partido e das forças de esquerda relativamente às eleições para a Presidência da República. Por isso e face ao anúncio da apresentação das candidaturas de dois destacados membros do Conselho da Revolução, o PCP, que não pretende dividir, mas contribuir para unir as Forças Armadas, não apoiou qualquer dessas candidaturas, apresentando antes um candidato do PCP — o que, consideramos, é uma forma independente e autónoma de afirmar a

orientação política e os objectivos do Partido Comunista Português.

V.M. — Como interpreta politicamente cada uma das candidaturas que foram apresentadas?

O.P. — É nossa intenção fazer uma campanha construtiva e serena. Uma campanha que não procura criar divisões entre os militares, mas, dentro do possível, aproximar todas as forças democráticas portuguesas, homens, mulheres, civis e militares, todos os que estejam verdadeiramente interessados em consolidar a democracia e as conquistas da nossa revolução. É esta a nossa posição. No entanto, há situações em que podemos discutir, não digo os candidatos, mas as forças políticas que os apoiam.

É o caso das forças que apoiam e instigaram o major Otelo Saraiva de Carvalho a candidatar-se. Essas forças têm o objectivo de tentar fazer renascer o verbalismo esquerdista, utilizando um palavreado supostamente revolucionário, pretendendo concretamente dividir os trabalhadores e reduzir a influência de massas do Partido Comunista.

As forças que apoiam agora o major Otelo não visam, de maneira nenhuma, a consolidação do processo democrático. A sua campanha actual tem em vista criar divisões entre os trabalhadores, como foi flagrante durante as recentes comemorações do Primeiro de Maio, bem como recuperarem o que perderam nas últimas eleições, onde ficou demonstrada a sua falta de implantação popular.

V.M. — Se o general Costa Gomes fosse candidato, o PCP manteria a sua candidatura?

O.P. — Como salientei já no início da entrevista, não é intenção do nosso partido fomentar a divisão das Forças Armadas. Se por acaso o general Costa Gomes se tivesse candidatado, isso não influiria na decisão que o PCP tomou, pois a apresentação da nossa candidatura foi determinada pela preocupação de não alimentar factores de divisão

nem criar dificuldades à unidade das Forças Armadas e à aliança, que consideramos necessário preservar, entre o povo e as Forças Armadas. Portanto, se o general Costa Gomes se candidatasse, tal significaria que seria três destacados membros do Conselho da Revolução a concorrer à presidência da República. Se o PCP não apoiou as outras duas por considerar que seria um factor de divisão das Forças Armadas, com o eventual aparecimento da candidatura do general Costa Gomes, a posição do PCP só poderia ser a mesma: apresentar um candidato comunista que definisse a orientação política e os objectivos do PCP.

V.M. — O facto de o Partido Socialista apoiar a candidatura do general Eanes e o PCP apresentar uma candidatura própria não prejudicará os vossos esforços para uma "maioria de esquerda" na Assembleia Legislativa (e sua representação no Governo)?

O.P. — Na declaração que o nosso partido fez sobre as eleições para a Presidência da República afirma-se, expressamente, que dada a complexidade da situação e a falta de clareza que as posições de partidos reacçãoários introduzem no processo, o Comité Central do PCP resolveu não apoiar no actual momento qualquer candidatura militar, sem prejuízo do apoio que possa vir a dar a um militar que venha a ser eleito Presidente da República.

Entretanto, os nossos esforços, como diz, para uma maioria de esquerda, não são mais do que uma realidade, pois o povo votou inequivocamente na esquerda e a direita sofreu uma séria derrota. Portanto, a maioria numérica de esquerda existe, tanto na Assembleia da República como a nível eleitoral. O importante é concretizar essa maioria, especialmente no plano governamental.

Pensamos, portanto, que a única forma de governo que poderá realizar uma política que sirva os interesses do povo e do País, tanto pela sua composição, programa político como base de apoio, é um governo com o PS, com o PCP e com outros democratas, civis e militares.

Para a concretização deste Governo de esquerda é fundamental a posição que o PS venha a tomar. Entendemos, contudo, que o PS tem a estrita obrigação de ter em conta que o povo

português se manifestou contra a direita reaccionária e, ao mesmo tempo, reforçou a sua confiança no PCP, como o comprova o aumento de votos verificados nas últimas eleições. Aliás, dos partidos representados no Governo, foi o Partido Comunista o único a aumentar o número de votos. Voltando ainda à pergunta. O facto de o Partido Socialista apoiar o general Ramalho Eanes não é uma limitação para um governo de esquerda no qual estejam representados socialistas, comunistas e outros democratas, civis e militares, pois o Presidente da República eleito, nos termos da Constituição, tem de ter em conta os resultados das recentes eleições e a opinião do Conselho da Revolução para designar o Primeiro-Ministro e nomear, por proposta deste, os restantes membros do Governo. A formação de um governo que não seja minoritário — e o PS tanto se insurgiu contra governos provisórios que considerou minoritários — depende pois essencialmente da posição que o Partido Socialista vier a assumir.

V.M. — Sendo público que o grupo militar normalmente conhecido pelos "nove" deu o seu apoio à candidatura



do general Ramalho Eanes, a apresentação de um candidato comunista poderá significar um certo afastamento entre o PCP e esses militares. Que tem a dizer a este respeito?

O.P. — Mesmo partindo da ideia que todo o grupo dos "nove" apoiou a candidatura do general Ramalho Eanes, a apresentação de um candidato comunista não significa de modo

algum uma atitude de afastamento do PCP em relação a essa corrente política.

Creemos que há aspectos mais contraditórios entre as diversas correntes políticas, que declararam o seu apoio à candidatura do general Ramalho Eanes, do que entre o PCP e algumas dessas correntes.

V.M. — Se fosse eleito Presidente da República, quem designaria para Primeiro-Ministro?

O.P. — O Partido Comunista considera que é importante respeitar o cumprimento da Constituição. Nos termos da lei fundamental do País, o Presidente da República, seja ele qual for, terá de consultar o Conselho da Revolução e ter em conta os resultados das eleições legislativas para designar o futuro Primeiro-Ministro e para nomear, por proposta deste, os restantes membros do Governo.

Assim, é admissível que o Presidente da República que vier a ser eleito, encarregue o partido com maior votação de formar Governo, ou seja, um dirigente do PS.

V.M. — Na eventualidade de uma segunda volta, na qual subsistissem como candidatos o general Eanes e o almirante Pinheiro de Azevedo, para quem iria o seu voto?

O.P. — Creio ser prematura qualquer posição a esse respeito, pois a própria campanha eleitoral, que começa no próximo dia 13, poderá trazer elementos que clarifiquem a situação actual.

Para além das hipóteses que coloca, poderemos considerar também a de não apoiar qualquer dos candidatos nomeados.

V.M. — Quais as questões fundamentais que levantará durante a sua campanha?

O.P. — Como frisei na minha declaração como candidato à Presidência da República, o cuidado constante dos órgãos do Poder deve ser a melhoria das condições de vida material e cultural dos trabalhadores.

Para tal, devem ser tomadas, prioritariamente, entre outras, medidas no sentido de actualizar os salários, rendimentos e reformas que deixaram de corresponder ao custo de vida; estabilizar os preços dos géneros e artigos de primeira necessidade; liquidar o desemprego pela criação de novos postos de trabalho e de uma

economia planificada; proporcionar a todos os portugueses uma assistência médica eficaz e a cada família uma habitação condigna; fazer participar os trabalhadores na gestão e controlo da Previdência; defender de forma efectiva os direitos dos jovens trabalhadores e a igualdade da mulher perante a lei; facilitar o acesso à educação aos filhos dos trabalhadores e acabar com o analfabetismo em Portugal.

Estes alguns dos grandes problemas da sociedade portuguesa, para os quais apresentaremos durante a campanha as soluções propostas pelo PCP e que são, em linhas gerais: a defesa das liberdades e a consolidação da democracia; a estabilização da situação económica e financeira; o prosseguimento das transformações das estruturas económicas e sociais; a melhoria das condições de vida material e cultural dos trabalhadores; a independência e a soberania nacionais.



Clandestino aos 20 anos

Octávio Pato, membro do Secretariado do Comité Central e da Comissão Política do Partido Comunista Português, de 51 anos, é por alguns observadores apontado como defensor da "berlinguerização" do PC.

Militante comunista aos 16 anos, quando o PC, após ultrapassar uma grave crise interna, foi reorganizado em 1941, teve activa participação no movimento grevista que, nos primeiros anos da década de 40, despontou no Ribatejo. Em 1945 passou à clandestinidade, vindo a ser um dos responsáveis pela criação do MUD Juvenil. Assumiu depois a direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP. Membro suplente do Comité Central em 1949, foi nomeado membro efectivo em 1952, destacando-se como organizador.

Preso em 1961, foi libertado em 1970, após ter pedido a liberdade condicional e, em seu favor, ter sido feita uma campanha de solidariedade. Regressado à clandestinidade pouco depois, foi confirmado no Comité

Presidenciais

Central, no Secretariado e na Comissão Política do PCP, no primeiro congresso que este partido realizou na legalidade, depois do 25 de Abril.

A Comissão Nacional de Apoio à Candidatura de Octávio Pato é integralmente constituída por militantes do PC. Na apresentação da sua candidatura, declarou concorrer "animado por um espírito construtivo e unitário, pela finalidade de ser uma contribuição positiva para a solução dos problemas nacionais, para a estruturação e composição política dos órgãos do Estado, que permitam assegurar em ordem e em paz

o prosseguimento do processo democrático".

Definindo como alternativa a "maioria de esquerda" e a "ordem democrática" ou "a desordem, a violência e a instabilidade", assecurou:

"Não está prevista essa hipótese (a de desistência), mas não se pode garantir neste momento que no desenvolvimento da campanha se possam vir a registar motivos que levem o meu partido a reconsiderar este problema. Quanto às circunstâncias não posso afirmar quais serão, porque a questão não se põe neste momento." ■ A.M.

Pinheiro de Azevedo

QUEM APOIA A CANDIDATURA?



O vice-almirante Pinheiro de Azevedo é o único candidato sem apoios partidários explícitos, excepção feita a Pompílio da Cruz (este, mesmo assim, apoiado por uma associação de "retornados"). Onde se baseia a candidatura do actual Primeiro-Ministro — que afirma, ele próprio, não ser "um Cristo", jogando somente para ganhar?

A candidatura de Pinheiro de Azevedo surge com as "vacilações" de Costa Gomes e o avanço decidido de Ramalho Eanes, apoiado este num confortável consenso militar e num leque partidário que lhe garante "a priori" a

maioria dos sufrágios. De fora da candidatura do general Eanes ficaram quase só as forças batidas no 25 de Novembro, em cuja derrota aquele militar havia assumido um papel de destaque.

O espaço eleitoral de Pinheiro de Azevedo, figura política identificada com a linha gonçalvista, no difícil período das confrontações com os "Nove", e identificada com os "Nove" em toda a vigência do VI Governo, nomeadamente no período posterior ao 25 de Novembro e à nova feição que aquele grupo veio a tomar, recai seguramente no campo daqueles que se recusam a apoiar Ramalho Eanes. Mas isso não basta para ganhar as eleições.

Pinheiro de Azevedo é tido como um homem pragmático, hábil político, e não menos hábil negociador. Antes das eleições para a Assembleia da República, quando ainda não se divisava a figura que teria o apoio declarado dos meios militares na candidatura para a presidência da República, o vice-almirante propõe apresentar-se como provável candidato. Duas entrevistas a outros tantos jornais diários, em menos de uma semana, foram o sinal. Uma fuga de informação revelou a existência de uma comissão preparadora da campanha com a participação de gente comprometida com os governos de Vasco Gonçalves. O desmentido não pareceu convincente a certos órgãos de Imprensa.

Ficou, assim, a descoberto uma tentativa de jogada de antecipação e a na-

tureza de certos apoios que, em termos eleitorais, eram comprometedores. A candidatura ganha nova força e toma finalmente corpo, quando os efeitos negativos do primeiro avanço começaram a desvanecer-se. Mas eis que, agora, surge com nitidez a preocupação de demarcação de Pinheiro de Azevedo com aquelas forças que parecem ser as que mais vantagens poderiam retirar da candidatura. Enquanto o PCP apresenta o seu próprio candidato e aparenta desconhecer a candidatura de Pinheiro de Azevedo, o MDP "avança" Costa Gomes. Estas forças ficam assim identificadas a candidatos próprios e Pinheiro de Azevedo é retirado da sua área, pelo menos aos olhos da opinião pública.

As posições de Pinheiro de Azevedo, especialmente as definidas em declarações prestadas à Imprensa, apontam nessa direcção. Por vezes é utilizado mesmo um certo grau de anticomunismo (ainda que não muito martelado). A demarcação do próprio Costa Gomes é conseguida quando Pinheiro de Azevedo afirma que a candidatura do Presidente, caso se concretizasse, não levaria à sua desistência.

É nesta linha que se situa a captação de votos no campo que seria, naturalmente, o de Ramalho Eanes. O Primeiro-Ministro aparece ainda aos olhos de muitos como o esforçado batalhador pela sobrevivência do VI Governo contra as tentativas de golpe de Estado desferidas pelas forças vencidas no 25 de Novembro. A sua franqueza, a sua rudeza natural, constituem trunfos junto daqueles que desconhecem os bastidores dos grandes acontecimentos de 1975 e do papel desempenhado por Pinheiro de Azevedo.

O PCP sabe que este candidato é o único que reúne as duas qualidades que na actual conjuntura o podem tornar favorável à sua política: espírito de abertura e de transigência face à actualização do partido de Álvaro Cunhal e possibilidade em ser eleito. Mais nenhum candidato se encontra nesta situação.

É uma cartada difícil que provavelmente não resultará. Uma prova disso foi a decisão do PS, ainda há pouco tempo tido como apoiante da candidatura de Pinheiro de Azevedo, em suportar a candidatura de Ramalho Eanes.

A habitual habilidade do PCP, mais

uma vez revelada com esta jogada, por muitos tida como de mestre, tem um exíguo terreno para dar os seus frutos. A não ser que factores adicionais e desconhecidos estejam para ser lançados no prato da balança de Pinheiro de Azevedo. O futuro o dirá. ■ J.M.

Desafecto a Salazar

José Baptista Pinheiro de Azevedo, natural de Luanda (1918), oficial de carreira da Marinha de Guerra. Comandou vasos de guerra, exerceu o professorado nas Escolas Naval e Náutica. Foi adido naval em Londres, onde a sua passagem teria sido assinalada por curiosos incidentes, várias vezes insinuados pela Imprensa, mas nunca publicamente esclarecidos. Quando se deu o 25 de Abril, Pinheiro de Azevedo ocupava o cargo



de comandante da Força de Fuzileiros do Continente.

Conhecido nos meios políticos e militares como não afecto ao regime de Salazar, aponta-se a sua participação no MUD, nos anos 40, e o apoio à candidatura do general Humberto Delgado, em 1958.

Com o golpe de Estado de 25 de Abril, ascende à posição de membro da Junta de Salvação Nacional. Ocupa também a chefia do Estado-Maior da Armada até Setembro de 1975, data em que assume o cargo de Primeiro-Ministro do VI Governo Provisório.

Foi o segundo candidato a anunciar a sua participação na corrida à Presidência da República.

Otelo Saraiva de Carvalho

O PRIMEIRO CANDIDATO EM LIBERDADE PROVISÓRIA



De repente, Otelo "ressuscita" politicamente como candidato (de um grupo de pequenos partidos) à Presidência da República. Vai fazer alguns discursos na televisão e em comícios,

deve perder as eleições e regressará a casa.

Tendo sido, há dez meses, um dos três homens mais poderosos de Portugal, Otelo é hoje apenas um major, em liberdade condicional, que concorre às eleições com a firme certeza de que vai perder.

Otelo sabe que está isolado e marginalizado na extrema-esquerda, mas quer reagir dizendo que respeita o jogo democrático e a Constituição e que "é evidente que haverá uma convergência entre mim, se for eleito, e o dr. Mário Soares, de ideais e atitudes".

Até o PCP se demarcou oficialmente da sua candidatura ("não esperava a hostilidade do PCP" — lamentou-se ele), embora Pereira de Moura (MDP-CDE) pertença à comissão que o apoia. Para esta comissão, o major Saraiva de Carvalho é nada menos que o "chefe do 25 de Abril".

É o primeiro candidato em liberdade condicional que se apresenta a disputar, em Portugal, as eleições para a

Presidência da República.

"A situação económica do País é muito grave e os trabalhadores portugueses têm o direito de conhecer essa verdade. (...) A nossa dependência do estrangeiro é cada vez maior e quase se mendigam empréstimos que aumentam progressivamente" — diz Saraiva de Carvalho.

Convidando os militares a seguirem-no, o ex-general-graduado proclama:

"A crise e a ruptura entre as classes com interesses opostos serão inevitáveis. Uma certa ordem virá a ser exigida ao serviço da burguesia. Af terão os militares de fazer a sua opção."

O homem que tanto utilizou o transporte de helicóptero convida agora o povo à austeridade:

"A diminuição das nossas reservas impõe-nos austeridade no consumo e importações que terão que ser adaptadas às nossas possibilidades. Daí querem os capitalistas recuperar os seus privilégios para pisarem de novo os trabalhadores."

Mas porquê Otelo, para os sectores (UDP, MES, PRP, MDP) que o promovem? Porque os nomes possíveis, prescindíveis, são poucos.

Otelo é um nome, com uma certa grandeza (prestígio) revolucionária. Mas a campanha, usando-o, vai, muito provavelmente, marginalizá-lo, vai atirá-lo (definitivamente?) para os braços desses pequenos grupos de extrema-esquerda cuja influência e poder foram (e serão) reduzidos.

Otelo recruta dois comboios de gente na Lisnave e na Setenave e vai até ao Porto fazer um comício. O "Comércio do Porto" escreve: "Otelo invadiu o Porto." Sectores militares do Norte consideram "gravíssima provocação a viagem de Otelo ao Porto".

Otelo, segundo acto? Ou Otelo, canto do cisne? O que representará para ele esta campanha eleitoral?

O MES, que o apoia, confessa que "Otelo não garante numa primeira observação qualquer hipótese de vitória" mas "quanto melhor for a sua votação menos legitimidade terá o Presidente da República para aplicar uma política de direita".

Concorre, apesar de saber que vai ser derrotado. Mas vai poder falar ("tenho coisas importantes a dizer") e vai ser falado (de novo). Vale a pena.

■ F.S.



Estrela cadente

Otelo atingiu o cume da sua carreira em Agosto de 75 quando (com Costa Gomes e Vasco Gonçalves), já graduado em general, fez parte do triunvirato denominado Directório Executivo do Conselho da Revolução. Hoje é apenas um major de Artilharia, em liberdade provisória, apoiado, durante a campanha eleitoral, por alguns partidos da extrema-esquerda.

Nascido em Lourenço Marques, Saraiva de Carvalho andou na Academia Militar, fez duas comissões em Angola e uma na Guiné (na Repartição de Acção Psicológica, do Comando-Chefe).

Em Setembro de 73, o então capitão Saraiva de Carvalho é um dos 60 signatários de uma carta (enviada a Marcelo Caetano) de solidariedade com os oficiais que, na Metrópole, tomaram posição contra a "ultrapassagem" dos oficiais do quadro permanente pelos milicianos.

Aquele que muitos classificaram de "ardoroso, excessivo, generoso e dinâmico" passou o dia 25 de Abril no quartel do Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, negociou com a Frelimo a independência de Moçambique e chegou a comparar-se a Robin Hood e a Fidel Castro.

Em Junho de 74, pouco tempo depois do 25 de Abril, no dia em que é promovido a brigadeiro, inaugura a sua carreira política de esquerda ao acusar os generais (entre eles Spínola) de não terem tido coragem para fazer a revolução. O Copcon e as suas tiradas, algum tempo depois, torná-lo-iam conhecido. Ficou sendo de algum modo, a encarnação do romantismo da jovem esquerda militar a quem tudo se perdoava e a quem tudo parecia possível.

Mandar os fascistas para o Campo Pequeno e montar o cavalo do Poder foram frases que o popularizaram. Otelo entrou no anedotário, no folclore.

Mas, gradualmente, a estrela de Otelo abandonou-o. Tudo começou pelas anedotas. E foi crescendo. Era comandante do Copcon e já se berrava em muitos locais "a foíce e o martelo na cabeça do Otelo".

Era ainda general e, estando no Porto, teve de fugir de um restaurante acossado por

uma manifestação popular. O País inteiro soube da coisa. Otelo estava já em descida. A sua ida a Cuba isolou-o ainda mais politicamente.

Hoje, Otelo é um homem do passado. De um passado que a maioria dos portugueses não gosta de recordar. Porque evoca o gonalvismo, as prisões indiscriminadas, os assaltos, toda a desordem de um país que caminhava rapidamente para o comunismo. Dos seus pares dessa época, estão todos "mortos politicamente", e mesmo Costa Gomes, menos romântico, resolveu não se candidatar a uma derrota certa.

É isto a candidatura de Otelo. Um símbolo do gonalvismo que se ressuscita, por algumas semanas, para correr (durante pouco tempo) a caminho de uma presidência que não atingirá. Os que o apoiam não pensam conquistar o Poder através das eleições. Pretendem "usar" as eleições. "As eleições não são decisivas para os trabalhadores mas podem sê-lo para o inimigo — diz a "Gazeta". — Para o movimento popular, são uma oportunidade de afirmação política e de acumulação de força para as batalhas dos próximos tempos. Ficar quieto não permite avançar um único passo." F.S.

Pompílio da Cruz

REFUGIADO CONTRA A DESCOLONIZAÇÃO



O eng. Pompílio da Cruz é o quinto candidato. Quinto pela ordem de entrada do processo no Supremo Tribunal de Justiça, quarto no boletim de voto, depois do sorteio da ordem dos candidatos:

Dirigente do CSI, organismo de cúpula de várias associações de retornados, definiu-se a si próprio, na conferência de Imprensa em que apresentou as suas intenções — e não programa — para a campanha eleitoral, como "um candidato independente, apartidário, finalmente disposto a lutar pela felicidade, progresso e paz entre os portugueses".

Afirmou também que "a vida democrática desde o 25 de Abril de 1974 foi arredada pela histeria colectiva que

então se verificou" e manifestou-se contra "o processo de descolonização, que amputou e diminuiu uma nação velhinha de oito séculos".

O eng. Pompílio da Cruz, que adoptou, portanto, uma posição de ataque à política de descolonização, disse ainda que, caso fosse eleito, chamaria para Primeiro-Ministro o secretário-geral do partido mais votado nas legislativas. Sendo Mário Soares "um dos principais responsáveis do lamentável processo de descolonização", justificou esta aparente contradição: "Acuso Mário Soares como um dos grandes responsáveis do processo de descolonização, mas, como Presidente da República, terei de respeitar a vontade do povo, pois tenho uma Constituição e um mandato a cumprir."

Pompílio da Cruz, que nas suas próprias palavras se diz "um refugiado e, portanto, como tal, lutaria por esta nova classe de cristãos-novos, mas pobres, marginalizados e incompreendidos", parece reencarnar nas suas barbas e cabelos brancos a figura de Mouzinho.

Diz ainda que "levará o povo para os caminhos da honra". Resta saber que povo, uma vez que núcleos dos próprios retornados, a CND (Comissão Nacional de Desalojados), por exemplo, já apoia o General Eanes. ■ F. G.

OS QUE FICARAM PELO CAMINHO

COSTA GOMES
— ajudante de campo

As proverbiais “hesitações” de Costa Gomes foram mais uma vez a constante da sua gorada candidatura. Essas “hesitações”, tais como as anteriores, não parecem ditadas pela indecisão natural de uma personalidade sem determinação.

Falada desde o princípio de Maio, a candidatura do general Costa Gomes sofreu um primeiro golpe com a posição assumida pelo PS, em 5 desse mês, quando os socialistas acordaram “em que ele não seja candidato”. Daí em diante, regista-se uma série de avanços e recuos nas hipóteses do general se apresentar às eleições.

Os dinamizadores da campanha pró-candidatura de Costa Gomes brotaram sempre, mau grado todas as declarações em contrário, do mesmo terreno político, perfeitamente conhecido e individualizado. De início, alguns intelectuais “próximos do PC”, ou mesmo militantes deste partido, manifestaram-se favoráveis à sua candidatura. Posteriormente, foram algumas individualidades do MDP os mais firmes entusiastas da participação de Costa Gomes na corrida à Presidência.

O desfecho de todo este processo parece constituir um desmentido às reais intenções que teriam motivado a aparente jogada destas forças políticas. Mas a candidatura de Octávio Pato e a desistência do actual Presidente da República, em lugar de trazerem a confusão, completam o quadro e permitem conclusões mais claras a respeito de uma certa tática.

O general Costa Gomes não teria desistido de se candidatar apenas no dia 27, data limite para que a decisão fosse tomada e em que foi anunciada. Observadores fizeram notar, durante semanas, a consciência que o actual Presidente teria da impossibilidade de vencer a pugna eleitoral — sabia não obter o apoio da maioria dos partidos e estar identificado com um período conturbado do pós-25 de Abril, no qual as

forças antidemocráticas prepararam o golpe de 25 de Novembro.

Por outro lado, o PCP e colaterais estavam certos de que o seu candidato, fosse ele qual fosse (desde que abertamente apoiado e depois dos três partidos maioritários terem anunciado apoiar o general Ramalho Eanes), não teria qualquer possibilidade de vencer.

E é na preocupação de se apresentarem outros candidatos que surge, com toda a coerência, a Comissão Nacional Pró-Candidatura do general Costa Gomes. O próprio presidente, embora dei-



xando sempre crer que não se candidataria, só foi peremptório a 27 de Maio. Ainda a 9, durante a sua estada em Aveiro, para um curto período de repouso, defendera a necessidade de haver mais do que um candidato para que as eleições não se transformassem numa “confirmação”. Isto, numa altura em que só a candidatura de Ramalho Eanes parecia certa e em vésperas de Pinheiro de Azevedo admitir a sua própria candidatura.

Costa Gomes, ajudante-de-campo de Pinheiro de Azevedo, nos preparativos da campanha eleitoral? Se a análise de uma certa tática está correcta a conclusão é evidente. ● J.M.

ARLETE
— o símbolo

Arlete, a solitária, presumível antifascista e presumível candidata à Presidência da República, não entrou na grande corrida. Os mini-partidos seus proponentes retiraram-lhe o apoio. Arlete Vieira da Silva ficou só, com o seu escândalo e a devassa pública de um falso passado.

Mas se de Arlete ficou, nestas eleições, o nome e a memória do fiasco (seu? de responsabilidade sua?), não ficou, até à data, o símbolo que deveria ser, nem as perguntas que, no escândalo, ficaram silenciadas.

Arlete, afinal, diz-se agora, não foi funcionária do PCP, não esteve na URSS. Há quanto tempo o PCP tinha dis-



so a certeza certa? Há quanto tempo sabia o PCP que Arlete não passara por Caxias? E porque calou? E porque desde o primeiro momento não destruiu a legenda? Que reservava? É simples acusar Arlete de burla. É, sobretudo, fácil. Agora. Hoje.

Porque não investigou o PRT o seu passado, quando dela se serviu nas anteriores campanhas, antes de a ter proposto à candidatura? Porque era a militante de proclamado passado antifascista e, no antifascismo cinzento em que vivemos, isso bastava? De quem a culpa? De Arlete? Só?

E que diferença entre o passado de Arlete e o da infundável legião de anti-

Presidenciais

fascistas que, como cogumelos, brotaram na manhã de 26 de Abril de 1974? Quem investigou destes o seu passado? E a quem o mito convenientemente serviu? Porquê, pois, este escândalo?

Arlete, a que desafiara os generais e o capitalismo, a que impôs condições, ficou pela lama do caminho. Atolada. Na miséria pública de uma infamante burla. A candidata efectiva do inventado antifascismo. O símbolo exacto.

Para quem vão agora os votos da LCI-PRT? ● A.M.

GALVÃO DE MELO — pediram-lhe paciência

Galvão de Melo, general da aviação, ex-membro da Junta de Salvação Nacional, candidato "independente" pelo CDS, teve honras de referência no "Rumo à Vitória" do dr. Álvaro Cunhal. Por muitos apontado como presumível candidato à Presidência da República. Não o foi. Mas disse:

Ao "Expresso": "No Porto, já comecei a alertar para o perigo nascente da extrema-direita. Há de facto muitos saudosistas do regime anterior.";

Ao "Jornal": "Não gostei desta safada dos militares, ao manipularem, por assim dizer, a candidatura de uma única individualidade para a Presidência. Ao menos, poderiam tê-lo feito de forma mais branda, simples e até invisível. Ora, eu entendo que se deturpa o princípio democrático quando se estabelece 'a priori' que terá de ser um militar o Presidente da República. Aceito que a escolha possa recair num militar, mas repugna-me que o tenha de ser obrigatoriamente.";

Também ao "Jornal": "Que a ninguém reste a mínima dúvida: se a escolha for acertada, os partidos recolhem os méritos do apoio que lhe deram mas, se suceder o contrário, as Forças Armadas suportarão, mais uma vez, o odioso, o que, em todo o caso, não me parece razoável."

O CDS não propôs Galvão de Melo. Porque apoiou Ramalho Eanes, o candidato da unidade democrática contra os fascismos. Porque, na opinião de certos observadores, Galvão de Melo, "l'enfant terrible" da direita democrática, não se inscreve na estratégia da democracia social.



Nos comícios gritaram-lhe: "Galvão, tem paciência, tens que ir à Presidência." Paciência teve, mas não foi candidato.

Entre Eanes e Azevedo, não esconde a sua simpatia pelo almirante. Porquê?

● A.M.

FERNANDO DE SOUSA (MACEDO)

— contra o social-fascismo

O candidato do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), Fernando de Sousa (Macedo), não participa na corrida para Belém, por não ter conseguido cumprir a tempo as formalidades necessárias. O seu partido, entretanto, já declarou apoiar o general Ramalho Eanes.

V.M. — Qual era o significado da sua candidatura?

F.S.M. — A apresentação da minha candidatura, para além de ser um contributo na luta pela independência nacional e a democracia, fez parte do processo de edificação do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista). Recrutar comunistas para o partido foi um dos meus objectivos. Posso dizer-lhe que vi esse objectivo em grande medida realizado, embora sem ter chegado a participar na campanha eleitoral. Não foram poucos os comunistas que, enganados, ainda militam no partido social-fascista de Cunhal e que as-



sinaram a propor a minha candidatura. Eles reconheceram nas minhas declarações a voz dos verdadeiros comunistas. Pelo facto de terem assinado por mim eles foram ameaçados de expulsão do partido social-fascista. Era com horror que os sociais-fascistas encaravam a perspectiva de serem implacavelmente desmascarados durante a minha campanha eleitoral.

V.M. — Como interpreta as outras candidaturas?

F.S.M. — Os cinco candidatos que se apresentam são candidatos da burguesia. Mas eu distingo entre o candidato que, embora defenda os interesses da burguesia liberal, representa a unidade nacional contra o social-imperialismo russo e o social-fascismo. Na época actual, a candidatura de Ramalho Eanes é uma candidatura patriótica e democrática.

Pato, Otelo e Azevedo são candidatos do social-imperialismo russo e da burguesia social-fascista. Eles representam no nosso país os interesses do imperialismo mais agressivo da actualidade. Cada um desses candidatos é uma peça da tática social-imperialista no combate ao candidato da unidade nacional.

Quanto a Pompílio da Cruz, desde já discordamos com a manifestação de segregacionismo que apresenta a apresentação de um "candidato dos retornados". Por outro lado, as suas declarações têm sido favoráveis ao social-fascismo.

V.M. — Quais as razões que o levaram a não ir às eleições?

F.S.M. — Não nos foi possível arranjar a tempo toda a documentação necessária. É a única razão da minha não candidatura.

V.M. — Porque decidiu apoiar Ramalho Eanes?

F.S.M. — Ao ver-me impedido de participar na campanha eleitoral, eu e o meu partido não podíamos ficar inactivos na luta contra o social-imperialismo russo e os seus lacaios. Como já lhe disse, Eanes é o único candidato que nos dá garantias de ir defender a independência nacional e a democracia. Pelo menos, ele já o afirmou mais de uma vez ao nosso secretário-geral, o camarada Edufno Vilar. Ao apoiarmos Ramalho Eanes, estamos a reforçar a unidade nacional contra o social-imperialismo russo e contra o social-fascismo cunhalista.

O apoio do meu partido a Ramalho Eanes inscreve-se na política de alianças com a burguesia liberal, contra o social-fascismo, que vimos realizando desde a luta contra a unicidade sindical social-fascista.

O nosso apoio é, porém, independente da Comissão Nacional de Apoio a Ramalho Eanes, na qual o PS, partido conciliador com o social-fascismo, detém a hegemonia e põe obstáculos à participação, nessa comissão, de firmes defensores da independência e da democracia.

KAÚLZA DE ARRIAGA — o passado e o presente

Houve quem visse em Kaúlza de Arriaga o fantasma do passado. Saído da Trafaria, onde esteve preso durante ca-



torze meses sem culpa formada por obra e graça da "legitimidade revolucionária", do sacrossanto PREC, "rumo ao socialismo", foi anunciado o seu propósito de se candidatar a Belém. Ladeado por Silvino Silvério Marques, ex-membro da Junta de Salvação Nacional, convocou os jornalistas para lhes anunciar a renúncia à candidatura.

Invocando certa fraseologia que fez o seu tempo, fraseologia retomada pe-

lo candidato Pompílio da Cruz, Kaúlza justificou a desistência:

"Não considero razoável dividir os que, mediante o seu voto, querem continuar a opor-se às forças totalitárias. Assim, não me candidatarei às próximas eleições para a Presidência da República."

Uma certeza: Kaúlza não fará, nestas eleições, o jogo de nenhum fascismo.

● A.M.

A possibilidade de praticar Artes Orientais ao seu alcance ENCICLOPÉDIA—CURSO DE ARTES DE COMBATE ORIENTAIS

CURSOS DE TODAS AS ARTES MARCIAIS

KUNG-FU

REVISTA MENSAL DE ARTES MARCIAIS — ANO I — N.º 1 — MAIO DE 1974 — 158\$

- YOGA
- KENDO
- SAI
- HUNCHAKU
- NICK TAILANDÉS
- ZEN
- BUDISMO
- "FULL CONTACT"
- TACHIMAO
- MAKIKIGUSARI
- SHUJIKEN
- TONTA
- MAGINATA



karate

REVISTA MENSAL
DE ARTES MARCIAIS
À VENDA EM TODO O PAÍS



distribuidora O SÉCULO

os que riem...

Pinheiro de Azevedo, homem que jamais escondeu as suas simpatias pela NATO, também na sua campanha para ascender à Presidência da República não esconde a atracção que sobre ele exerce o estilo do **marketing** eleitoral americano.

Sendo um homem do mar, sabe utilizar a via aérea, fazendo chover do éter, num dia de sol, folhetos que promovem a sua candidatura.

Seguem-se, depois, as suas entrevistas, nas quais, em tom bonacheirão, Pinheiro de Azevedo se alarga em expectativas optimistas sobre a viabilidade da sua candidatura. Tudo isto parece insensato se considerarmos o massivo apoio que encontrou a candidatura de Eanes. Dir-se-ia que, no bolso da sua farda de almirante, Pinheiro de Azevedo afaga uma surpresa que deixará boquiabertos os que não vêem razões para a euforia presidencial do primeiro-ministro. O caso é que Pinheiro de Azevedo não cessa de rir, na mirabolante trajectória da sua campanha.

Que faz rir Pinheiro de Azevedo?



Francisco Pereira de Moura, desde há uns tempos achacado do “Princípio de Peter”, ressurgiu com renovada vitalidade na nossa cena política, empresariando a “candidatura” de Oteló.

Ladeando o ex-comandante do Copcon, o famoso economista apresta-se para contabilizar os votos escassamente reservados ao seu candidato. Apresta-se alegremente. Porque aqui é que está a razão do calisto sorriso que se estanha na face habitualmente circunspecta do ideólogo.

Calisto, sim, porque o dr. Moura nunca perde o ensejo de se meter em empresas falhadas. Nisso é um grande especialista. E ei-lo antegozando a infalível derrota de Oteló, a qual celebrará com este desabafo de regozijo: “Ganhei. Mais um caso perdido!”



...e os que choram

Luís Francisco Rebelo, denodado MUTI que encabeçou os que “muti-batalharam” pela candidatura de Costa Gomes, acaba de ter outra decepção: o general mostrou que tinha as cinco estrelas bem medidas, escusando-se ao fracasso a que o queriam condenar os que nele viam o candidato preferido pelo governo da nossa ex-colónia angolana.

Rifaneiramente lúcido, Costa Gomes respondeu ao tentador convite com o popular ditado: palavras loucas, orelhas moucas.

Rebelo, em nome da mutificante comissão de apoio, verteu desmutificada lágrima. Um conhecido e gracioso músico da mesma corporação trouteou-lhe compungido ao ouvido: **Una furtiva lágrima...**

De fracasso em fracasso, desde que em precipitada evolução ideológica abandonou o PS, o versátil dramaturgo congemina uma nova peça. A quem a irá pregar?

Nem sempre recordar é viver, como é uso dizer-se. No caso da candidatura à Presidência da República, **Arlete Vieira da Silva**, cujos partidos que a propunham lhe retiraram o apoio, recordar é perder.

Segundo o comunicado da LCI, o passado de Arlete não oferece a cristalina transparência exigida à biografia de uma “presidenta” da República pela irrepreensível moral dos trotskistas portugueses.

Inconsolável, Arlete refugia-se na leitura de Oscar Wilde, que dizia só terem interesse as mulheres com passado.



a la minuta

UMA PRECOCE "OPÇÃO DE CLASSE"

"A la Minuta" no penúltimo número da "VM" lembrava que também há coelhos entre os intelectuais, que se distribuem por tocas presidenciais diferentes. Longe de nós a ideia de localizar estes coelhos em prados intelectualmente conhecidos. Por isso ficámos surpreendidos quando Eduardo Prado Coelho se nos dirigiu, chamando à sua família a designação lapínica.

Seja como for, o equívoco deu lugar a uma saborosa atitude de Eduardo Prado Coelho. Dizêmo-lo sem ironia.

Pede-nos o escritor que publiquemos uma carta da sua filha, que se sentiu lesada por atribuirmos à graciosa coelhinha da família intelectual a que nos referimos simpatia pela candidatura de Pinheiro de Azevedo.

Fazendo votos para que Eduardo Prado Coelho continue a manter o humor ora revelado, aqui reproduzimos o esclarecimento da sua filha, cuja precoce "opção de classe" atonitadamente sublinhamos:

Alexandra Prado Coelho vem informar que, pertencendo a uma família progressista, não apoia Pinheiro de Azevedo (como erradamente se disse na vossa revista), mas sim Otelo Saraiwa de Carvalho.

VIVA OTELO!
O POVO VENCERÁ!

Alexandra Prado Coelho
(8 anos)

AS DUAS MORTES DE CATARINA

Segundo a UDP, elementos ligados ao PCP destruíram um busto de Catarina Eufémia erguido pela Comissão de Unidade Popular no lugar onde a ceifeira vítima do fascismo tomou. Logo na comemoração do aniversário de Catarina, realizado em Baleizão pelo PCP, Álvaro Cunhal inaugurou outro busto erigido pelo seu partido em memória da camponesa alentejana.

Uma lacuna nas amplas liberdades

defendidas pelo PCP. Nelas não se dá lugar à liberdade de antifascistas louvarem em busto aqueles que simbolizam a luta contra o fascismo.

Anota-se uma estranha coincidência. Depois de a GNR ter destruído a vida de Catarina, o PCP destrói-lhe agora o busto.

O OPTIMISMO TEM RAZÕES...

Na cimeira que reuniu em Caracas cerca de uma centena de dirigentes socialistas e sociais-democratas, Mário Soares revelou-se optimista quanto à evolução do PCP, no qual crê que se irá operar uma revolução democrática.

Por sua vez, escolhido para chefiar a Delegação Soviética ao IX Congresso do Partido Socialista Unificado da RDA, Suslov reafirmou a ortodoxia soviética face à noção de ditadura do proletariado e do internacionalismo proletário, declarando que a URSS tudo fará para reforçar a coesão dos partidos comunistas europeus na base desta perspectiva.

Conhecida que é a lealdade de Cunhal a esta linha inflexível do doutrinarismo do PC soviético, o que aliás o secretário-geral do PCP não esconde, não se encontra motivo para as esperanças que Mário Soares tem numa viragem democrática do PCP. Razões não as achamos. Mas o optimismo tem razões que a razão desconhece.

CASTRIM: O "TAMPAX" TELEVISIVO

Ávido de crítica, o famoso vampiro da RTP atacou de novo.

E desta vez sobre o programa de Helena Vaz da Silva "Maio 76", a que chamou, servindo-se das palavras de um camarada seu, "Fungagá da Bicharada, Edição Mensal".

Não vimos aqui em defesa ou desculpa de D. Helena Vaz da Silva. Nem sequer vimos a emissão.

Apenas para referir que no texto da crónica de Castrim, logo no início, se lê "Temos finalmente um programa que, sendo menstrual, não quer maçar ninguém".

Aqui perguntamos:



Primeira hipótese: gralha. A mais provável.

Segunda hipótese: a sede da crítica é tal que o próprio revisor de provas achou viável a gralha.

Terceira hipótese e conclusão: Que Castrim tenha querido realmente escrever o que saiu. E então que de crítico implacável passe a ser definitivamente "tampax" televisivo.

O QUE COME CARLOS PORTO?

— Hoje comi sardinhas — respondeu o escritor alemão Gunter Grass ao pêcêpista Carlos Porto quando, não apreciando este as críticas de Grass ao leninismo estalinista, deixou cair esta frase, cortês e civilizada:

— O sr. Gunter Grass, depois de passar dois dias em Portugal durante os quais, ao que parece, comeu e bebeu bem, critica um partido do qual nada conhece.

Moral da civilizada frase: a quem come está vedado pronunciar-se sobre o PCP.

Finalmente descobre-se o mistério daquele aspecto esquálido que Carlos Porto passeia por colóquios onde, com o estômago disciplinadamente vazio, nos expõe as virtudes do PCP.

CLANDESTINAMENTE SURDO



Hoje, para não destoar, falamos de eleições. Como toda a gente.

Mas não para nos debruçarmos sobre este ou aquele candidato, nem tão-pouco para vos apresentarmos o candidato dos surdos políticos às presidenciais.

Não que aqui não se pudesse aplicar, devidamente adaptado, o conhecido refrão popular “nesta terra de surdos, quem tem um tímpano é rei” — rei, com licença do PPM, pois o nosso personagem de hoje se de rei nunca sonhou, de presidente muito menos.

De há muito o conhecemos, calado, soturno, metido consigo próprio. Mas extrovertido com os comparsas do idílio ideológico a que diariamente se entregavam depois das aulas da faculdade.

Era com a máxima dedicação, meticulosamente, que, todos os dias, verificava os níveis da tinta nos “sprays” e saía para a rua com os amigos a juntar pelas paredes as palavras de ordem.

Também cedo se especializara na arte de escalar as empenas dos prédios vazios, de habitantes. Para isso, colecionara cordas de vários tamanhos e feitios e fizera, com verdadeiro toque de artesão, uma escada de madeira e estopa, em que subia triunfante no auge da epidemia ocupadora.

A sua ascensão não se limitava a isso: desde o Verão de 74, escalaria, também, o difícil muro da anonimidade!

Silencioso, rigoroso cumpridor de tudo quanto lhe diziam, fiel a outro provérbio — também obviamente adaptado — “quem não ouve é como quem não sente”, o nosso surdo subia decididamente a rota revolucionária, autêntico braço armado de demagogia.

E por falar em armas, é também um homem-chave no processo das armas (que continuam) desaparecidas.

É que ele foi o único homem com quem o capitão Fernandes falou abertamente. O que, dada a sua surdez, resultou em segredo bem guardado...

Foi também por essa altura, em que a FUR crescia

como voz discordante de tudo o que era feito, que surgiu um dos maiores problemas para o nosso surdo, desde que seguira a “carreira” de revolucionário: a passagem à clandestinidade das brigadas que abraçara tão convictamente.

Mas, aqui, mais difícil: para quem, como ele, já tinha dificuldade com a obstrução timpânica que lhe limitara todos os contactos com a realidade exterior, agora, com o carapuço enfiado, deixava de ver.

Ele bem refilou, bem expôs o problema aos organizadores de tão despropositada mascarada, mas de balde. E, embuçado, lá se apresentou aos jornalistas, a caminho da clandestinidade.

Deixámos de o ver. Mais ou menos sub-repticiamente, o nosso surdo parou de aparecer nas esquinas ou, se aparecia, era a horas diferentes, pelo lusco-fusco das tardes tensas e decisivas do pós-25 de Novembro.

Aí, também os sentidos colaboraram para o eclipse quase total do nosso personagem: primeiro, a surdez política; depois, a diminuição de visão (que, aliás, nunca fora muita) pelo uso do carapuço; e, finalmente, a necessidade de se manter calado, que lhe impusera o aspecto. Como sempre, fora um homem de mau gosto, sobrava-lhe o tacto. Mas sempre tivera pouco.

Assim, chegada oportunidade de renascer através da negação pública das eleições legislativas, ei-lo agora, no momento da escolha do candidato presidencial, a apoiar.

Nem consultou o partido, pois a escolha era por de mais evidente. Como clandestino, em vez de convocar conferência, agarrou de novo nos “sprays” e pintou nos muros o nome do seu ídolo: Otelo!

E sabem porquê?

Porque, na sua surdez absoluta, minada por tudo o que nunca entendeu, ele foi sempre o espectador atento de cada discurso do tão polémico ex-general.

Na verdade, ele era bem o único que o entendia...

■ OTO RINO



Reforma Agraria

CONQUISTA OU ENTERRO DA REVOLUÇÃO?

Texto de CARLOS PLANTIER, MANUELA DE SOUSA RAMA, JOSÉ MACHADO
Fotos de ABEL FONSECA, JOSÉ ANTÓNIO CORREIA; ARQUIVO

Tida, por alguns sectores políticos, como a "principal conquista dos trabalhadores" — a par do almejado controlo operário — na revolução do 25 de Abril, a Reforma Agrária, regulada por lei que pouco mais fez que, apressadamente, tentar "cobrir" situações de facto postas em marcha pela política golpista de um gonzalvismo desregrado, é assunto extraordinariamente controverso, sobre o qual importa reflectir.

Reflectir é, para nós, que não somos técnicos da especialidade, fazer o ponto de mais de um ano de prática da Reforma, deixando expressar quem — pelos conhecimentos específicos que possui, por uma longa experiência de agricultura, por uma prática recente de trabalho e colaboração — deve ter voz igualmente activa na condução de um processo que tanto tem a ver com a pesada (recuperável?) crise económica que o País atravessa.

Não se trata de ao proprietário "dar a mão", de pretender "denegrir as conquistas dos trabalhadores", de travar a "revolução em marcha rumo ao socialismo". Não nos servem tais chavões, como não se nos colam epítetos gastos de tão mal empregues. Demos voz ao proprietário, como ouvimos o trabalhador. Igualmente,

Estivemos no Alentejo, tomámos contacto directo com algumas das realidades de que se veste, colhemos da-

dos, depoimentos, que constituem repositório valioso para, sem o torniquete de uma orientação predeterminada, levantarmos o véu que encobre determinados aspectos, expondo quanto se nos deparou.

Pese, embora, a muita gente a desmistificação de pontos que o calor partidário e/ou o oportunismo político de baixo jaez (em quanto se confundem?) pretenderiam ver calados.

Se não identificamos, à evidência, as pessoas que conosco colaboraram, isso deve-se — naturalmente — ao facto de muitas delas residirem ainda num Alentejo de novo invadido pela repressão, agora partidária, pela denúncia, pela "lei" terrível, desumana, da cegueira da força bruta.

Do Alentejo da GNR criminosa, da PIDE, dos caciques reaccionários, ao Alentejo de uuma tropa (que foi) prepotente, manipulada por um partido, ao Alentejo da nova PIDE, dos novos

caciques hegemónicos, curto foi o caminho. Pobre dele, o Alentejo...

A que se tem vindo a assistir, então? Na maioria dos casos, à injustiça da ocupação ilegal, violenta, de propriedades em laboração perfeita, ao afastamento — por motivos políticos, exclusivamente — de quadros técnicos qualificados e sua substituição por pessoal sem cultura profissional suficiente, ao sequente mau aproveitamento de terrenos (já por si pobres) que, dentro em pouco, estarão exauridos, sem capacidade de produzir a bem de toda a colectividade. Tudo isso em nome de um processo revolucionário mal entendido, pior posto em prática, mercê da desvirtuação sistemática, organicamente elaborada, do que deveria ser o redistribuir inteligente dos lucros que vêm da terra, o repartir parcimonioso do trabalho produtivo, com vista à edificação de uma economia agrária estável, promissora, futuramente viável.

A INCOMPETÊNCIA NOS LUGARES-CHAVE

Nem uma das pessoas com quem contactámos se mostrou contrária à necessidade — e urgente — de uma Reforma Agrária, em Portugal. Clamando contra os proprietários e rendeiros "absentistas", em desacordo

Reforma agrária

frontal com quem da terra apenas queria o fruto apetecível de uma exploração aquém das possibilidades do solo, se bem tratado, quiseram destrinçar a Reforma que poderia e deveria ter sido posta em execução daquilo que consideram mera "lei de expropriações".

Tributação progressiva dos lucros obtidos, formação, a nível estatal, de equipas de técnicos competentes, capazes de, por regiões, elucidarem os agricultores menos esclarecidos sobre as hipóteses de melhor aproveitamento da terra, bem como distribuição justa das herdades voluntariamente mal exploradas ou, tão-só, abandonadas, foram medidas que todos nos apontaram como ideais para, finalmente, conduzirem a agricultura portuguesa para caminhos afastados do arcaísmo que, tantas vezes, ainda existia. Mesmo no Alentejo, onde, a determinados níveis, já se praticava uma agricultura evoluída, bem servida por aquela mecanização indispensável ao progresso e que, hoje em dia, é acusada de "roubar o pão aos trabalhadores".

As actuais unidades colectivas de exploração agrícola — salvo raras, honrosíssimas excepções — afinam por um diapasão em que ressalta a incompetência nos lugares-chaves (para os quais são escolhidos elementos politicamente "seguros", em vez de técnicos profissionalmente responsáveis), o que conduzirá, por certo, a breve trecho, a resultados desastrosos, mascarados, esta campanha, quanto se espera, por um ano agrícola excepcionalmente favorável no aspecto climatérico, razão quase exclusiva das boas colheitas auguradas.

Desprezando, por desconhecimento, as mais recentes inovações da tecnologia agrícola, passando por cima de técnicas ainda em experimentação, ligando mais ao "aproveitar já" — para mostrar resultados — do que ao elaborar de um futuro assente na investigação, há o perigo de que muitas das herdades agora em gestão colectiva, mal apoiadas por engenheiros técnicos agrários recém-formados, excessivamente teóricos, controlados, as mais das vezes, por forças partidárias, venham a contribuir de forma catastrófica para a progressão da crise económica que é já, irremediavelmente uma das tristes realidades deste país.

Não importa "doirar a pflula", menos ainda fazer coro com quem, por

interesses apenas políticos, mascara a realidade ante os olhos de todos. Mormente dos trabalhadores, peças primeiras do processo.

Quanto aos trabalhadores — tivemos oportunidade de verificá-lo — aqueles que, pouco esclarecidos, acreditando apenas no que mais de imediato se lhe apresenta por bom, recebem, alegre e regularmente, a semanada a que aspiram, julgam-se no melhor dos mundos. Confundem revolução com facilidade, Reforma Agrária com "abastança". Malévola, na realidade crua dos números — quando estes existem —, na intenção, a actuação partidária que desvirtua, aos olhos crédulos dos trabalhadores (obnubilados, ainda, por décadas de total incultura, política como cultural, manietados por um autoritarismo que lhes negava quase todos os direitos), as realidades mais dramáticas do país que somos, neste momento.

E QUANDO ACABAREM OS CINCO MILHÕES?

Sem um planeamento de produção estruturado, sem serviços contabilísticos que apoiem a estrutura, sem técnica, muitas das unidades colectivas produzem e vendem o produto "acabado" sem que saibam, ao menos, o seu custo de produção. Verdadeiramente, triste,

Também a pecuária passa por uma crise evidente: da venda, ao desbarato, de gado de casta, às deficiências observadas na sua criação



tal realidade. Como triste é — e irremediável — a venda, ao desbarato, de gado de casta, a depredação de enormes zonas florestais ainda em fase de crescimento, etc. Ora, tudo isso se passa, não tenhamos dúvidas.

Consequências imediatas? Não visíveis, para já. Enquanto durarem (e não será por muito tempo) os 5 milhões de contos do Crédito Agrícola de Emer-

gência, postos ao serviço das explorações colectivas, o trabalhador não sentirá na carne a crise que dele se avizinha. Tem ao seu dispor, por enquanto, com toda a regularidade, os 180 escudos da jorna (150 para as mulheres). Mas até quando?

Como podem as unidades de produção bastar-se economicamente, pagar vencimentos e tributos ao Estado, se, já por si, deficientemente exploradas, ainda incluem nas suas folhas de vencimentos muito mais pessoal que o desejável para uma rendibilidade mínima? Foi-se o tempo dos milagres. Definitivamente...

Alguns trabalhadores começam, pouco a pouco, a tomar consciência da verdadeira situação, pelo que são frequentes, de há tempos, as recusas, por parte das comissões de gestão das unidades colectivas, na aceitação de mais pessoal imposto pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. O "bolo", por grande que seja, acabará por não chegar para todos... Tal aconteceu, recentemente, na Herdade estatizada) dos Machados, para citarmos apenas um exemplo.

Vindos de outros sectores laborais em crise — da construção civil, de variadíssimas indústrias — afluem aos campos, para a jorna rural, centenas, milhares de homens e mulheres. Que o Sindicato coloca. Contra a máquina agrícola, contra a produção mínima-

mente rendível, contra uma verdadeira Reforma Agrária, contra a economia do País, contra o povo português.

"Bolo" esgotado, a que recorrer, então? ...

Não falámos de ânimo leve. Temos connosco depoimentos vários que, eles também, justificam quanto dissemos anteriormente. Ei-los sem mais comentários.



Mecanização igual a "sabotagem econômica"

Na nossa presença, longe das terras, de que foi desapossado, um médio agricultor alentejano, de 70 anos. Amargura, o tom geral com que nos fala.

Nos concelhos de Vendas Novas e do Montijo, duas herdades, área total pouco superior a 1000 hectares. Montado de cortiça, de crescimento ainda não explorável; zona florestal, a maior parte. Solo arenoso, do mais pobre.

As "tiradas" florestais feitas cuidadosamente todos os anos, proporcionando trabalho, sempre, a mais gente, já que o pessoal permanente, avançada que estava a mecanização, era em número reduzido. A contratação, feita verbalmente, como é hábito, entre o patrão e o trabalhador, estipulava um salário superior ao tornado obrigatório, posteriormente, pelo Sindicato. E assim se manteve, depois.

Terra paupérrima, com poucas possibilidades de aproveitamento, fui, entretanto, introduzindo nela as benfeitorias possíveis: construí uma barra-

gem, meti em regadio, de forma a valorizá-las quanto possível, terras que, em rigor, quase o não mereciam. Depois do 25 de Abril, investi ainda, nestes e outros melhoramentos, algumas centenas de contos; um rebanho de ovelhas, uma vacada mertolenga, um cobridor charolês. Mais trabalho, também, para mais pessoal, que eu pretendia admitir, então.

No mesmo sentido, começara a funcionar o Sindicato, impondo admissões arbitrárias de pessoal, no total esquecimento de que a capacidade de emprego tem limites, os quais, uma vez excedidos, tudo podem pôr em risco.

A imposição de um número exageradíssimo de trabalhadores fez-me deslocar a Vendas Novas, onde travei conhecimento com o tenente Andrade da Silva. Muito antes ainda do fim da minha exposição, o militar confienciava-me "nada perceber de assuntos relacionados com agricultura".

Nós queremos é resolver as coisas; se não vai a bem, se dá para o torto, se começarem para aí a saquear as propriedades, a tropa não intervém, viria a

afirmar, mais tarde, aquele oficial, que, recentemente, na Madeira, abateu a tiro, por razões ainda não deslindadas, um jovem de vinte e poucos anos.

Dentro do melhor espírito de colaboração, aceitei a maior parte do pessoal, recusando apenas sete que me eram impostos para simples apanha de mato numa zona onde, de há muito, a maquinaria adequada — única forma rentável de proceder — se ocupava dessa tarefa.

Mas não: contra todas as teorias mundiais sobre mecanização, contra o avanço do progresso e da técnica, insistia, subsistia, a prática antieconómica de realizar, à mão, aquilo para que já foram adquiridas máquinas. Preferível não amortizar as despesas com a sua compra. Preferível deixar enferrujá-las...

À minha recusa seguiram-se várias reuniões com Andrade da Silva. Presente, também, um delegado do IRA, agrônomo, que me acompanhou, por fim, à herdade. Junto dos meus trabalhadores agrícolas, não falou de agricultura: escolheu a política. Comigo, pelo contrário — infelizmente — decidiu-se pela agricultura. E apontou-me uma terra que eu preparava para arroz, criticando a escolha desta cultura em detrimento da do milho, "a única indicada". Não foi, sequer, longo demons-

trair-lhe o erro em que incorria. Batido pela minha explicação, tão simples, concluiu que “mesmo sem ser minimamente rentável, o milho sempre empregava mais gente...”

Posteriormente, era a vez de Andrade e Silva dar as suas “ordens pecuárias”: que se fizessem estábulos e, conseqüentemente, se dessem rações ao gado mertolengo (cuja qualidade principal reside em ser extremamente económico, por não necessitar de estábulos e pastar em liberdade.) Designando o capataz, instigava, ainda, os outros trabalhadores a que o “agarrassem pe-

los fundilhos e o deitassem fora, sem terem sequer, o trabalho de se queixar”, caso não lhes agradasse qualquer acto seu.

Na total impossibilidade económica, como no erro crasso em termos de rentabilidade se baseou a minha recusa definitiva na admissão dos ditos sete trabalhadores. Propus, sim, que, em lugar de se distribuir, discricionária e antieconomicamente pessoal, se organizassem reuniões de agricultores no sentido de um reajustamento de disponibilidades e, em consequência, de uma maior oferta de trabalho. Na úni-

ca que se realizou — à qual esteve presente Andrade da Silva — os resultados foram nulos: às razões económicas sobrepunham-se argumentos políticos, os meros motivos técnicos e de rentabilidade eram abafados por ignorância e sectarismo.

Perante tal conjuntura, concluí que nem poderia pagar aos trabalhadores. Decidi então dar-lhes a seara: a terra, que já fora lavrada, o adubo, a semente e, ainda, um tractor de empréstimo. Reunidos para deliberar, os trabalhadores declararam, por fim, aceitar mas com a “condição” (...) de serem também assalariados na zona florestal!...

Poucos dias volvidos, foi a ocupação: à frente das “forças” o representante sindical — que sempre estivera presente, aliás, nas reuniões com Andrade da Silva —, pouco depois as Forças Armadas com o aspirante Guerra.

O BOM SENSO NÃO IMPEROU

É um engenheiro agrónomo de 50 anos, pai de 7 filhos, nascido e criado no Baixo Alentejo, quem nos relata a sua experiência. Proprietário de uma herdade considerada modelo de produção, vivendo, desde sempre, da terra e para a terra, viu-a ocupada, à ordem do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, vai para 8 meses.

— Apesar da preocupação com que encarei, desde o início, aplicação de uma Reforma Agrária cujo teor não era muito bem conhecido, acreditei que o bom senso imperasse e que essa Reforma viesse a acontecer dentro de limites justos, na direcção acertada.

— Problemas na agricultura portuguesa havia-os de sobra, e, cheios de esperança, nós, agricultores, esperávamos vê-los resolvidos ou, ao menos, minorados.

— Nessa medida, eu, como muitos outros, lavrei, adubei, semeiei, após o 25 de Abril de 1974. A palavra do então secretário de Estado da Agricultura, proferida em Beja, em fins de 74, não foi nova para nós: continuar, confiar, investir. Esperávamos — todos os que, de corpo e alma, nos dedicávamos à terra — que a Reforma Agrária ajudasse a atingir os dois objectivos principais desta labuta: a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais (em assistência, educação, promoção profissional, etc.) e o incremento da produção nacional, em qualidade e quantidade, perfeitamente essencial ao ressurgimento da já então depauperada economia portuguesa. Nesse sentido, sobretudo no Baixo Alentejo, alguns agricultores mais mandados para a frente — entre os quais me incluía — tentavam, há anos, algumas experiências isoladas. É o caso da introdução da cultura do cártamo, como do incremento programado, bem assistido tecnicamente, de produções que importava tornar mais valiosas, como o tomate e o arroz.

— Com o advento daquilo a que chamaram Reforma Agrária — muito mais uma lei

de expropriações —, foi a nossa decepção. Assistimos, então, ao evidenciar do seu verdadeiro conteúdo, ao postergar sistemático do interesse nacional a favor de ideologias políticas.

— Naturalmente que, se encarmos a terra como um bem em si mesma, era extremamente injusta a forma como, em Portugal, ela estava dividida. Convém não esquecer, no entanto, que o que transforma essa terra em bem de produção, em rentabilidade, em riqueza, é a estrutura de aproveitamento criada, produto de um equilíbrio certo entre os diversos factores em presença.

Por que razão os grandes empresários agrícolas se fixaram preferencialmente no Alentejo e não no Norte do País? A resposta deverá residir no facto, muito provável, de só no Sul serem economicamente viáveis empresas agrícolas de determinadas dimensões, com condições de sobrevivência asseguradas — as que mais interessam, afinal, ao desenvolvimento de Portugal. De qualquer forma, independentemente de incompetências e má preparação de alguns, muitos, empresários, existiam propriedades grandes de mais, como existiam outras que eram demasiado pequenas. Em ambos os casos, que esperar das suas produções?

— É cedo, ainda, para falar-se da Reforma Agrária em termos de resultados práticos, entendidos, estes, em números de produção. Muito especialmente este ano, em que, devido a excepcionais condições climatéricas, poderá haver uma magnífica campanha cerealífera. Daqui a dois anos voltaremos a falar...

— Só mais um ponto, agora referente às conquistas obtidas pelos trabalhadores agrícolas: é certo que, pela Reforma Agrária, a revolução lhes trouxe um notável aumento de salários, mas também um enorme aumento do custo de vida. Qual, na realidade, o saldo final?



Decidida nas costas dos trabalhadores, ou contra a sua vontade expressamente manifesta, a colectivação deu agora origem ao que se criticava antes: enormes herdades, de 6 mil e mais hectares

Tropa e trabalhadores invadiram-me, então, a casa. Dela tentei, apenas, retirar uma mobília de valor meramente estimativo, que pertencera a meus avós. O asp. Guerra deu licença, depois de consultar o pessoal, desde que me compromettesse a substituí-la por outra.

Tive ainda, por três vezes, notícias do que me pertencera: um aviso para pagar a contribuição predial, um outro, da Casa do Povo, para pagar não sei já que quantia e, por último, o pedido de envio do livrete de um dos tractores ocupados, que tivera um aci-

dente.

Fizeram-me também duas acusações de "sabotagem económica": demasiada mecanização e tentativa de despejo da barragem (isto quando em Dezembro, por razões de prudência, tal como em todos os outros anos, fiz uma vala de escoamento para drenar aquela.

Possibilidade de devolução das terras injustamente ocupadas? Encaro-a em termos muito pessimistas, principalmente em função de factores psicológicos: como poderão voltar a processar-se as relações entre o proprietário e os trabalhadores?

Colectivizar nas costas dos trabalhadores

À nossa volta, cinco homens rudes, trabalhadores rurais da mesma herdade no Baixo Alentejo. Tímidos, a princípio — que a intimidação é o pão-nosso-de-cada-dia e ainda não se acostumaram a falar livremente (acostumarão alguma vez?).

São elementos da comissão de trabalhadores de uma herdade ocupada.

Que a gente não queria ocupar. Mas o patrão disse que era melhor sermos nós a ocupar, caso contrário o sindicato mandava outros e lá ficámos sem trabalho.

Vieram ao antigo patrão, mais do que visitá-lo, perguntar-lhe: Que fazer? Como fazer? Permanências, que vão de seis a vinte e muitos anos de casa, cimentaram uma amizade, respeito, nascidos principalmente do cumprimento, ano após ano, das promessas feitas, como do reconhecimento de uma competência que sempre os ajudou.

Problemas de dinheiro? Esses não há. Nem contas. A gente chega ao fim do mês e é só levantar o cheque que vem da "Reforma".

Agora estamos a cortar o eucaliptal todo. Vende-se a madeira e já está. Depois, logo se vê...

O pinhal — que estava, há tempos, em exploração de resinagem — vai pelo mesmo caminho: para o ano, não haverá resina. Nem pinheiros.

Se, ao menos, houvesse quem soubesse mandar... Mas não, todos os que estão agora à frente são os piores vadios que por aqui havia. Pergunta-se

onde é que eles trabalhavam, não se ouve resposta. Podem ir à procura das folhas de férias deles...

O Joaquim, que está com as máquinas, não sabe distinguir a parte da frente da traseira de um tractor; é ver um na estrada e salta logo para a valeta... O dos animais, esse, não sabe o tempo que leva a fazer um borrego.

Técnicos, especialistas de vários sectores — searas, pecuária, maquinaria —, ofereceram-se para colaborar. Em alguns casos, mesmo gratuitamente.

Não foram aceites. E sabem porque? Porque não pertenciam ao PCP. Eles até não eram políticos.

Não sabemos onde isto vai parar. O menos que podiam ter feito era pôr a mandar quem soubesse do seu ofício.

Das terras, se tem tirado tudo o que já lá estava: as madeiras, o cereal, as frutas. Tudo se vendeu — ou consumiu — sem mesmo fazer contas. E depois?

A certa altura, o apontador começou a andar à roda da gente para juntarmos as herdades. Fizémos uma reunião para resolver. E se desse para o torto? Dantes não havia desemprego.

Agora, já se sabe: veio tudo para o campo. Até as mulheres que estavam a servir nas cidades, os operários, as costureiras. Se desse para o torto onde arranjar novo trabalho? Os que mandavam lá na "colectiva" também não nos serviam: eram os tais de que já falámos.

Muitas vezes, o patrão era obrigado a manter trabalhadores sem préstimo, por falta de outros, mais aptos, que os

substituísem.

O progressivo aumento dos salários — comandado arbitrariamente pelos sindicatos, que chegaram a subir, num dia, salários estipulados em contratos colectivos do dia anterior — atraíu para o campo trabalhadores de muitas outras actividades. O desemprego tornou-se mais uma triste realidade da agricultura portuguesa.

Ficou decidido não aderir à colectivização. Eles vingaram-se logo, obrigando-nos a dar trabalho, que já não



Terá a Reforma Agrária, até agora levada a cabo, resolvido o mínimo dos problemas que afligem a agricultura portuguesa?

tínhamos, a mais trabalhadores, principalmente mulheres. Estas nada sabiam fazer e nada faziam, de facto.

No dia em que o sindicato reuniu para tratar desse assunto, nenhum de nós foi, sequer, à vila.

Alguns dias depois, consumada a colectivização, à mão de um dos trabalhadores chegou, por acaso, a acta da reunião: dela constavam, como participantes e aderentes, os nomes e as assinaturas de todos aqueles.

Até eu, que não sei ler nem escrever, tinha lá a minha assinatura escarrapachada!

A colectivização deu, agora, origem, pelo menos nas regiões a que nos reportamos, a propriedades enormes, algumas com seis mil hectares. Ou mais. Outra vez com todos os inconvenientes — mesmo mais alguns — da grande propriedade. Sem técnicos. Ou quase. Decidida nas costas dos trabalhadores ou contra a sua vontade expressamente manifesta. Que temem já — ouvi-los — pelo seu pão de amanhã.

Reforma agrária

Repartir a riqueza em vez de extingui-la

Connosco, agora, dois técnicos agrícolas, que de proprietários se não trata. Contam das aventuras e desventuras desse bem precioso chamado terra que todos pisam mas poucos conhecem. Como eles, ao menos. Em saber conseguido durante anos e anos de pesquisas, muitas tentativas, fundamentadas em conhecimentos adquiridos, não sem esforço. Como segue:

— Uma vez que o Programa do MFA, em 25 de Abril de 74, não contemplava modificações de fundo, a Reforma Agrária não se pôs em marcha



logo de início. Ela foi uma das consequências do 11 de Março, já por si pensado e posto em prática para alterar profundamente o que fora concebido pelas FA. Tudo isso, pelas mãos do Partido Comunista. O qual, sabedor de que apenas controlava uma pequena minoria no país, se via na necessidade de liquidar as estruturas existentes — que apelidaram, tantas vezes injustamente, de monopólios e latifúndios — para poder conduzir o processo. Começaram, então, as ocupações “ad hoc” tendentes a pressionar, junto do Governo, a saída da legislação que desse cobertura a actos de mera oportunidade política. Nasceu assim a Reforma Agrária, desse desejo de o PCP ganhar, nos campos, posições que, nas cidades, já começavam a escassear.

— Transformando-se, então, o que deveria ser trabalho aturado de técnicos competentes em tarefa partidária de políticos de oportunidade, a Reforma Agrária não poderia ter enveredado pelo caminho adequado.

— Punha-se o problema da existên-

cia, em Portugal, de uma irregular, e injusta, distribuição das terras. Se isso era verdade em casos de absentismo ou de deficiente aproveitamento de algumas propriedades, não o era, de certo, naquelas em que apenas a dimensão as tornava viáveis, como é o caso de muitas explorações alentejanas. Aqui, dada a evidente pobreza do solo, a produtividade é extremamente reduzida, exigindo, pelo facto, cuidados técnicos muito mais apurados. Desta forma, utilizando como termo de comparação algumas das regiões mais férteis de

Os processos de exploração em marcha no Alentejo conduzirão, por certo e breve trecho, a resultados desastrosos, mascarados, esta campanha, por um ano agrícola excepcionalmente favorável no aspecto climático.

França, poder-se-á estabelecer a seguinte ordem de grandezas: o que, nos arredores rurais de Paris — de magníficas condições de solo e climáticas — se obtém de rendimento em dez hectares, necessita, entre nós, de cem. E quem diz a França, diz a Grã-Bretanha. É necessário ter em conta, a todo o momento, esta realidade, o que nem sempre acontece.

— Outros factores, ainda, ajudaram a mascarar limitações importantes da agricultura portuguesa, como é o caso, já passado, da mão-de-obra barata, que atraiu, inclusivamente, alguns agricultores ingleses, certos de que, com a sua avançada tecnologia, transformariam radicalmente os índices de produtividade do Alentejo. Tal não aconteceu, como é óbvio, e os poucos que ainda se mantêm por cá tiveram de adaptar-se à ideia — e à prática anual de uma agricultura sem grandes hipóteses de rentabilidade.

— É, pois, neste panorama, que se pretende, agora, fazer vingar a presunção de um Alentejo “pão para toda a

boca” e capaz de, sem técnicos competentes, bastar às necessidades de uma cada vez maior cortejo de trabalhadores agrícolas, firmes na reivindicação de salários cada vez mais elevados.

Voltando à Reforma Agrária, ela foi, na prática, conduzida, via Sindicatos Agrícolas, pelo PCP. Para tanto aqueles tiveram total cobertura das autoridades militares, o que dispensou, durante muito tempo, a urgência da promulgação de uma lei. Com Vasco Gonçalves, houve a preocupação dominante de tomar posições-chave o mais rapidamente possível, sem olhar às consequências económicas, que foram desastrosas.

— A Reforma Agrária deveria ter-se preocupado, isso sim, acima de tudo, com uma melhor repartição dos lucros provenientes da agricultura do sector privado. Sendo o Estado o pior dos gestores — como muitos entendem — a iniciativa privada, longe de impedida, deveria ter sido estimulada em termos racionais e humanos. Uma tributação progressiva sobre esses lucros permitiria que os proprietários não ganhassem acima de determinado limite, com evidentes benefícios para toda a comunidade. O que interessa, realmente, é a repartição da riqueza e não a sua extinção.

— Mas terá a Reforma Agrária, até agora levada a cabo, resolvido o mínimo dos problemas que afligiam a agricultura portuguesa? De forma alguma. Tendo em conta os números semi-oficiais que dizem existir, no nosso país, cerca de 815 mil empresas agrícolas, o que encontramos? Após pouco mais de 500 ocupações, restam quase 800 mil que, se eram ruins, ruins ficaram. Com que futuro, para todas elas?

— Há muito que, a diversos níveis, se deveria ter tentado modificar a ideia comumente formada sobre o empresário agrícola do Sul do país. Na generalidade, quando se vê o agricultor ao volante do seu automóvel, empenhado — sem a enxada às costas — na gestão da sua unidade, pensa-se imediatamente “mas que anda este aqui a fazer?” A noção de empresário desde sempre existiu na indústria, na banca, em algumas outras actividades, sem nunca ter sido aplicada ao agricultor. Daí o ódio ou, pelo menos, a inquietação com que aquele sempre foi visto.

Os grandes empresários industriais, em todo o mundo, têm sido chamados



inúmeras vezes, para resolver importantes problemas económicos, a nível governamental. Assim, por exemplo, quando do Plano Marshall, quem veio para a Europa geri-lo economicamente foi o chefe da divisão de vendas automóvel da General Motors. Coubesse a Portugal nomear tal personalidade e, naturalmente, a escolha recairia sobre o senhor doutor "qualquer coisa", saído recentemente de qualquer Universidade, e que nunca tivesse visto, nem de longe, um plano ou coisa semelhante.

No que respeita à agricultura, muito particularmente após o 25 de Abril, foi "decretado" que o empresário não servia para nada, que era um indivíduo pernicioso, metido no circuito apenas para explorar o trabalhador. Ora este erro — que de um enorme erro se trata — irá fazer sentir-se a curto prazo. E a curto prazo porque a grande maioria das herdades ocupadas mantiveram os seus antigos feitores, perfeitamente sabedores — ainda que de forma empírica — dos métodos tradicionalmente utilizados no cultivo. A médio e a longo prazo, o panorama modificar-se-á, necessariamente, uma vez que esses feitores — agora únicos responsáveis com a experiência — não acompanharão o evoluir da tecnologia, que caminha a passos de gigante. Dependente, em grande escala, de factores incontrolláveis pelo homem — condições climáticas essencialmente — a agricultura é uma actividade muitíssimo complexa, que, cada vez mais, exige conhecimentos específicos.

De resto, a colectivização das explorações agrícolas está provado, mundialmente, que não conduz a resultados satisfatórios. Para citar apenas um

exemplo — e de um país do Leste europeu — basta dizer que cerca de 3 por cento da propriedade privada da Rússia produz algo como 33 por cento do total agrícola daquele país.

No actual estado de coisas, nas unidades colectivas de produção ou nas empresas privadas — ainda existem algumas — não se vislumbra a possibilidade de a agricultura portuguesa ter uma solução economicamente viável. Quando os salários duplicam, os despedimentos estão proibidos, a utilização de maquinaria é considerada sabotagem económica e, ainda por cima, os sindicatos obrigam a uma contratação suplementar, a seu bel-prazer, que esperar? ...

COOPERATIVAS DEMOCRÁTICAS solução para a crise?



Florêncio Matias. Camponês toda a vida, revela-se um gestor inato — mas continua a trabalhar a terra

Os olhos do País estão postos no Alentejo. O processo de ocupação de terras e o lançamento (oficial) da Reforma Agrária estão em vias de completar um ano. Na mente das pessoas esboça-se a pergunta: quais os resultados? Durante um ano, soubemos das expropriações, do gado vendido e das reses abatidas, do decréscimo do desemprego e da expulsão de muitos pequenos agricultores, dos cantos de vitória e das denúncias de falsificações e manipulações.

A Reforma não foi conduzida da

mesma maneira por todos os participantes. Hoje, no Alentejo, os elementos de algumas cooperativas, infelizmente ainda poucas, exibem orgulhosamente os resultados da sua actividade, contrapondo uma orientação própria diferente daquela que predomina nos campos e na letra de forma dos órgãos de Informação. Embora duramente combatidas e até reprimidas, as cooperativas democráticas, as verdadeiras cooperativas, aliás, estão a vingar e mostram aos trabalhadores alentejanos e ao País qual o caminho a seguir para dotar a economia nacional de uma base agrícola desenvolvida e possibilitar a melhoria das condições de vida dos próprios camponeses.

Na estrada que liga Évora a Portel, a meio caminho entre as duas localidades, encontra-se uma aldeia que resume a experiência daquilo que se passou no Alentejo depois do 25 de Abril. Uma experiência concentrada em menos de 2 milhares de pessoas e em pouco mais de 7 mil hectares. São Manços tem andado, por isso, nas páginas dos jornais, sobretudo no nome da cooperativa agrícola que tem a simpatia da grande maioria dos habitantes do povoado. Porque o povo da região, o povo do coração do Alentejo, assistiu ali à resistência que um punhado de

Reforma agrária

homens e mulheres opuseram, durante o período gonçalvista (e não só), à sua arregimentação em novos latifúndios, desta vez com outro nome. E vê que são eles a ter uma organização democrática, uma produção superior, a recorrer em menor escala aos dinheiros públicos, a zelar pelos interesses não só dos componentes da cooperativa como do País.

“Temos de capacitar-nos que há que chegar ao fim do ano sem prejuízos. Essa é a mentalização que a nossa Comissão faz permanentemente junto dos sócios”, diz-nos um responsável da direcção da *Cooperativa Agrícola do Vale do Rico Homem* — assim é a denominação oficial e exacta da cooperativa de São Manços. A comissão trava batalha permanente para a criação de uma mentalidade que leve os trabalhadores a procurar obter o máximo de resultados com o mínimo de investimentos e a contar com os recursos próprios. Na compra de tractores, deu o exemplo. Esta ferramenta, essencial para o trabalho nas grandes extensões alentejanas, foi adquirida sem critério por outras cooperativas e unidades colectivas de produção. Quer através de dinheiro oferecido, quer utilizando o crédito, as unidades compraram sem fazer contas aos encargos. É dinheiro fácil, como que caído do céu. Mas, na cooperativa, programaram os gastos: começaram por comprar tractores usados e aos próprios cooperantes que os possuíam. As amortizações têm-se feito e até já se compraram unidades novas, mais potentes.

No entanto, poucas cooperativas devem ter começado com tantas dificuldades como esta. Foram aos poucos, se não os únicos, a deixar para os antigos donos das terras o direito de reserva, como a lei de expropriação prescreve. Tudo aquilo que os latifundiários não quiseram para si, mas cujo usufruto lhes pertencia por lei, foi negociado. Chegou-se a um acordo quanto a valores. E a cooperativa liquidou essas dívidas. O primeiro crédito facultado pelo IRA à cooperativa foi de 50 contos — “uma gota de água no oceano” — quando as unidades colectivas da região já tinham recebido centenas de contos. Esse montante só lhes chegou porque o VI Governo dera entrada...

Os camponeses da Cooperativa do



Estrela Vermelha: não temos a assistência de técnico nenhum

Vale do Rico Homem apontam para os gastos das unidades colectivas, nomeadamente daquela que lhes fica mais próxima — a tal que queria ser a única da aldeia e arredores — e mostram que eles não correspondem a objectivos de desenvolvimento da economia. “Aquilo é para tapar os olhos aos trabalhadores. Gastam o dinheiro do País, não prestam contas a ninguém, enviam tractores e reboques cheios de pessoal

para as cidades quando o partido ou o sindicato ordena uma manifestação, põem gente a mudar pedras de um lado para o outro, só para dizer que não há desemprego.” Gasta-se mais do que se produz. É uma política de engano. Eles são peremptórios nas suas afirmações. Tanto mais que baseados na própria experiência.

O COPCON OBRIGOU

A Cooperativa União fica do outro lado da estrada. A estrada e a cooperativa dividem o povo. Esta unidade de produção tem muito mais terra que a Cooperativa do Vale do Rico Homem. Mas muito menos gente. O ano passado, era Vasco Gonçalves Primeiro-Ministro, uma reunião efectuada na Casa do Povo sancionou, por votação, a formação de uma segunda cooperativa em terras abrangidas pela lei da expropriação. Florêncio Matias, camponês de S. Manços, recusava juntar-se à unidade colectiva já existente, a tal “União”. E com ele, muitas dezenas de trabalhadores. O COPCON, o Centro de Reforma Agrária e o Sindicato Agrícola da região recorreram a tudo para obrigar os trabalhadores a ficarem sob o mando do “chefe da equipa”

OS NOVOS PRIVILEGIADOS

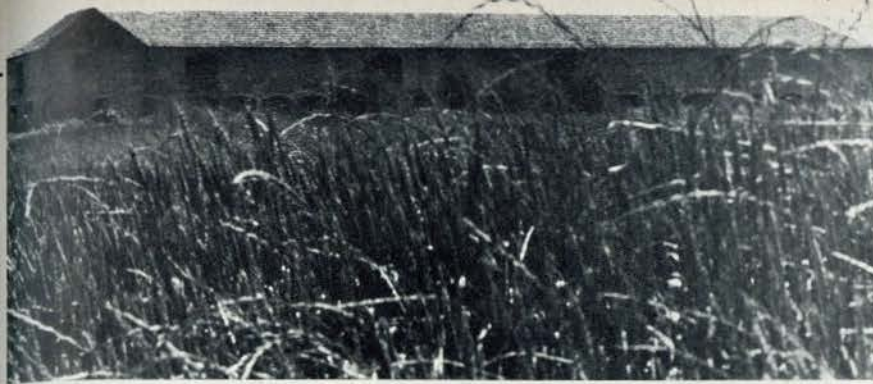
O Alentejo da Reforma Agrária está pejado de defensores dos trabalhadores. Estes começam a separar o trigo do joio, tal como fazem na sua faina. Depois de muitos meses de “slogans”, de lavagens ao cérebro, de demagogia, os trabalhadores resistem à fachada e ao seu poder ilusório e olham para os actos daqueles que se querem apresentar como seus intransigentes defensores.

Na região de Évora, logo a seguir ao 25 de Abril de 74, destacou-se uma conhecida figura nos apelos à defesa dos trabalhadores e na actividade de controlo e fiscalização das contas das Casas do Povo. “Armou-se em capitão de equipa”, diz o povo da região. Na boca dele, tudo era progressismo, tudo era revolução.

Perto de São Manços existe um edifício meio construído, no meio de terras cultivadas. O dr. Quintino Lopes obteve um empréstimo, bem antes do 25 de Abril, para a construção de uma vacaria. Era um modelo para a região. Engorda racional de gado. Mas a obra ficou a meio. O actual “pequeno agricultor” que

é o dr. Quintino Lopes — e que, portanto, não pode ser expropriado — havia resolvido fazer investimentos em sectores mais rendíveis. Tal como os latifundiários da altura, observa o povo. capital aplicado numa empresa de vigas. Instalações em Montemor, Setúbal, Évora e Beja. É sócio de outras duas empresas. (Era?) É director do Hospital Civil de Évora. Com o 25 de Abril e todo o fervor revolucionário que já conhecemos, tornou-se presidente da Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura do Distrito de Évora.

Dizem os trabalhadores agrícolas que foram alvo da cenha “revolucionária” deste descapitalizador da actividade agrícola: “Se nós somos os burgueses e reacţionários que ele nos chamou depois do 25 de Abril, teremos que lhe dar alguns dos nossos tachos e benefícios. Mas nós não lhe faremos a vontade. Ele e os seus “sócios” não conseguirão aquilo que nos resta: a posição numa cooperativa que é próspera à custa do nosso esforço e do nosso trabalho. Ele que dê o exemplo. Já que é tão amigo dos trabalhadores, porque não cede qualquer dos seus lugares a algum desempregado?”



Uma vacaria aguardando conclusão há mais de cinco anos. Os telhados de vidro de certos "defensores" da Reforma Agrária

local. Insultaram as suas mulheres. Ameaçaram-nos de prisão. Chamaram-lhes fascistas e reaccionários. Mas os trabalhadores, com o apoio da maioria da população de S. Manços, não vergaram. Persistiram. Não queriam andar em manifestações obrigatórias, cujo fim sabiam ser contrário à democracia. Não queriam lançar os pequenos agricultores para a miséria e ficar com as suas terras.

As acusações de fascista e burguês devolvem os elementos da Cooperativa do Vale do Rico Homem a certos indivíduos que integram a outra cooperativa da aldeia. "Nós somos trabalhadores, toda a vida trabalhamos", dizem-nos os cooperantes, mostrando as mãos calejadas. "Não tínhamos terra. Quando muito, alguns de nós cultivavam terra com tractores que compraram. De resto, é tudo trabalhador rural". Contudo, do outro lado, os caluniadores têm telhados de vidro. Há entre eles aquela casta de burocratas que aparece em um sem-número de unidades colectivas do Alentejo e cuja vida, muitas vezes, nem sequer fora feita no campo, antes do movimento das ocupações. E agora são chefes naturais dos camponeses. Na "União", é apontado pelo povo de São Manços o caso do ex-negociante de peixe que, antes do 25 de Abril, vinha de Reguengos vender peixe no povoado. Comprava-o a 14\$00 e vendia-o a 24\$00 ou 25\$00. Tinha dois jogos de pesos para poder fazer as suas negociatas. Hoje é chefe.

Mas há mais casos. Outro burocrata apontado a dedo vendeu à própria cooperativa os dois tractores que possuía e com os quais trabalhava antes do 25 de Abril. Venda escandalosa: o valor ultrapassou o preço do equipamento quando novo. São os tais gastos feitos com compadrios que vêm favorecer a nova casta. Com o dinheiro da venda,

comprou um automóvel. Presentemente, a sua vida é dirigir os trabalhadores e andar de automóvel, segundo o povo de São Manços.

A RESPONSABILIDADE DOS BUROCRATAS

Na Abela, povoação do distrito de Setúbal, situada perto da "célebre" Cooperativa Estrela Vermelha, também o povo nos apontou um caso semelhante. Trata-se de um ex-negociante de carvão que, instalado em São Domingos, tinha trabalhadores por sua conta. Dizem algumas vezes que lhes pagava mal, menos do que o usual na actividade. No entanto, é este mesmo indivíduo que, agora, nos surge à frente de uma cooperativa, usando a habitual fraseologia revolucionária — "sempre, sempre ao lado dos trabalhadores".

Já é comum encontrarmos entre os cooperantes e os trabalhadores agrícolas em geral a consciência de que cabe a estes burocratas a responsabilidade daquilo que se passa, hoje, nas unidades colectivas de produção. A eles e a outros que canalizam a respectiva orientação. Orientação comum e que ninguém duvida de onde vem. Assim se passou com o ataque sistemático que, em muitas regiões do Alentejo e Ribatejo, visou criar um clima de instabilidade propício a determinadas jogadas políticas. Eram alvos o pequeno e médio agricultor. Muitos camponeses pobres, muitos seareiros foram corridos das terras que cultivavam. O resultado está à vista: para além da instabilidade, sucedeu a desorganização da produção agrícola. Em muitos locais houve uma resistência inquebrantável a essa manipulação. Na Abela, o povo arancou as tabuletas e correu com os ocupantes de uma propriedade que es-

tava a ser cultivada em regime de arrendamento. Os ocupantes vieram de São Bartolomeu e queriam ficar com o usufruto do terreno. Este, não só não era um latifúndio, como estava bem aproveitado. Searas de milho e cevada. Manadas de vacas e varas de porcos. Em São Manços, a Cooperativa União expulsou pequenos agricultores. Houve provas de força. Os elementos da Cooperativa do Vale do Rico Homem deram condições para a permanência dos agricultores. Presentemente, seareiros de Amareleja fazem o seu meloal nas terras da cooperativa. Um elemento da comissão diz-nos que isso até é bom para a cooperativa, pois que esta quer dedicar também umas dezenas de hectares a essa cultura. Reservaram, para isso, alguns terrenos contíguos aos dos seareiros, para, assim, poderem aproveitar a experiência destes dentro de um espírito de entreatajuda e cooperação.

E os resultados de toda uma política justa estão à vista. As searas cobrem o horizonte, embora a sementeira haja arrancado, no Vale do Rico Homem, com atraso relativamente à da União. Mas, enquanto estes foram para as manifestações, os camponeses daquela cooperativa lançaram-se ao trabalho. As suas sementeiras ficaram concluídas em primeiro lugar. Trigo, aveia, cevada dística, girassol. Tudo o que o País precisa. Em boas condições de rentabilidade. A melhor borregada do distrito de Évora pertenceu à Cooperativa do Vale do Rico Homem. Foi requisitada pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários, através dos organismos competentes da Reforma Agrária, para fornecer gado a outras cooperativas. Os camponeses não ficaram pesarosos por não poderem vender a sua borregada. "Se é para ajudar as outras cooperativas, está muito bem." Eles põem sempre os interesses colectivos e do País à frente. Foi esta a tônica que ressaltou da nossa conversa com estes ignorados batalhadores da Reforma Agrária.

AGUARDA-SE UMA POLÍTICA

Na região de Évora, segundo os dados que nos foi possível colher, não eram comuns os casos de subaproveitamento notório das grande propriedades. Mesmo assim, é possível, com a Reforma Agrária, aumentar apreciavelmente a produção e, sobretudo, a produtividade. Isso exige, no entanto,

meios que só o Governo poderá proporcionar. Da mesma forma, a reconversão das culturas e a incentivação do plantio das espécies que o País mais necessita só poderão avançar com um plano governamental que trace as orientações gerais e estabeleça os objectivos. Os camponeses e as cooperativas guiam-se, hoje, pelas solicitações

no monte. À luz das lâmpadas da Cooperativa e dos faróis dos tractores, camponeses e cidadãos aglomeravam-se em torno das mesas e balcões, onde a carne, as batatas, as alfaces e o vinho eram distribuídos em profusão. Aqui e ali, formavam-se ranchos de cantores. O programa anunciava, para essa noite, ceia, convívio popular e, ainda, teatro,

cinema, canto livre, baile. Era a inauguração da cooperativa de consumo Liberdade. Os alentejanos já se habituaram a estes fins-de-semana de festa. Todos os sábados, todos os domingos, neste ou naquele ponto do Alentejo, há festa rija, com a participação de excursões organizadas para o efeito. Matam-se muitas cabeças de gado. Quem paga tudo isto, pergunta-se em São Manços?

Numa altura em que as cooperativas estão na fase de arranque, em que quase tudo está por fazer, em que os orçamentos atingiram 2num estado de notório desequilíbrio, os cooperantes do Vale do Rico Homem advogam austeridade e parcimónia nos gastos. Eles também fazem festas, embora bem mais modestas. Os visitantes trazem o seu próprio farnel. E não se mata gado da cooperativa. Enquanto nos explicavam isto, passavam na estrada seis camionetas em demanda do Monte da Cabida. A festa durou dois dias.



Na Estrela Vermelha, um dirigente da Cooperativa União Faz a Força, com o repórter da "V.M."

do mercado e actuam de acordo com os meios e os conhecimentos que estão ao seu alcance. Aguarda-se uma política que defina a vida do sector. Os cooperantes, aqueles que defendem o avanço da Reforma Agrária em moldes democráticos, afirmam que é necessário passar rapidamente a essa fase. Sem ela e sem que sejam tomadas medidas paralelas de fiscalização e regulamentação não se porá fim ao imenso desperdício de recursos e fundos que agora marcam a experiência da Reforma Agrária. Nem ao oportunismo de alguns, que se utilizam dos dinheiros públicos para fins próprios, para fins antinacionais, completamente estranhos aos interesses dos trabalhadores.

QUEM PAGA AS FESTAS?

Naquela noite, quem passasse pela estrada que parte de Évora e passa por São Manços teria notado um movimento intenso de carros que, a determinada altura do percurso, se internavam na escuridão das searas. Era um vaivém de faróis zigzagueantes a caminho de um aglomerado de casas não visíveis da estrada, perdida no meio de uma quinta. A tableta sinalizadora dizia: "Quinta da Cabida", uma das herdades integradas na Cooperativa União. Mais de uma centena de automóveis, camionetas e reboques despejava gente

COOPERATIVAS OU "OUTROS" LATIFÚNDIOS?

Unidades colectivas de produção ou cooperativas? Muitas das herdades expropriadas encontram-se registadas sob o nome de "cooperativa". Contudo não o são. As unidades colectivas de produção constituem, no fundo, empresas cuja organização nada tem a ver com aquela que caracteriza as cooperativas. Nas primeiras, os trabalhadores recebem um salário de acordo com as tabelas dos contratos de trabalho. Há, até, uma tendência por parte dos sindicatos agrícolas para uniformizar esse salário, o que cria um "igualitarismo" artificial que nada contribui para o desenvolvimento da actividade da unidade de produção, nem para a aproximação real das condições de vida dos seus componentes.

Nas cooperativas põe-se o problema de saber que destino dar aos resultados do exercício de cada ano económico. Esse resultado é um bem colectivo mas cada cooperante tem a faculdade de lhe dar o destino adequado. Isso pressupõe o prosseguimento da actividade da cooperativa utilizando critérios de rentabilidade. Os fundos acumulados podem ser aplicados em novos investimentos para aumentar a capacidade produtiva. Podem também ser aplicados em fins sociais — construção de casas, escolas e outros benefícios destinados aos cooperantes.

As cooperativas favorecem a organiza-

ção de uma estrutura democrática embora elas, só por si, não a garantam. As unidades colectivas de produção, com o seu regime de assalariamento, embora disfarçado, aliado à situação real existente, em que meia dúzia de burocratas exercem o poder sobre a massa dos trabalhadores, são encaradas por muitos como latifúndios de novo tipo.

Nas verdadeiras cooperativas existentes nota-se uma preocupação pela definição dos critérios que hão-de reger a actividade das propriedades expropriadas. A sua falta é vivamente criticada. Por outro lado, os cooperantes estão desde já a pôr em prática normas de rentabilidade para que a sua actividade seja proveitosa para os trabalhadores que a integram e para o País.

As unidades colectivas de produção favorecem um controlo rígido dos trabalhadores por parte de uma direcção, actualmente em ligação estreita com o sindicato agrícola da região a que pertence a herdade. Esse controlo é tanto económico como político, como o provam as ameaças de despedimento feitas a todos os elementos que ousem pôr em casua as estruturas contestadas. Toda a gente se recorda das manifestações em que a "Reforma Agrária" estava presente em peso. E quem não comparecia via o seu dia de "trabalho" descontado...

vida
mundial

separata

3/6/1976 N. 1890



D. SEBASTIÃO o rei saudade

Nas fraquezas dos povos pode, por vezes, residir a sua força, e vice-versa. Nesta perspectiva integra-se o mito nacional de D. Sebastião. Ora objecto de irrisão, segundo a óptica positivista, ora exaltado nas crises mais agudas da nossa história, o «Encoberto» reflecte o pendor imaginativo de um povo que no sonho se compensa da precaridade do real. E é esse sonho que o anima a suportar os embates dos momentos adversos, como aconteceu durante o período filipino, as invasões napoleónicas e as lutas liberais, não esquecendo o advento da República. Nestas fases da nossa história, vemos o «Encoberto» vir do nevoeiro intimado pela imaginação portuguesa que dele se socorre nas suas esperanças. Existe, portanto, uma tradição sebástica na cultura portuguesa. Dela se dá testemunho nesta separata.

Coordenação
de TOMÁS RIBAS

O mito do "Encoberto"

ALICIANTE ou autoritária, a dominação castelhana nunca conseguiu apagar totalmente em Portugal a saudade da independência. Múltiplas são as manifestações dessa saudade, mas nenhuma iguala em significado a persistência do *sebastianismo* — forma que tomou, depois do desastre de Alcácer-Quibir, a crença messiânica na vinda do *Encoberto*, misterioso redentor da Pátria, crença que tivera, por 1630, a sua primeira expressão em Portugal nas *Trovas* do célebre Gonçalo Anes, o *Bandarra*, sapateiro de Trancoso. Integrada fundamentalmente no sentir nacional, essa crença não mais deixou de aflorar nas horas angustiosas da vida nacional. «Quimera foi esta — palavras de J. Lúcio de Azevedo — que vemos avigorar-se em cada uma das crises da nacionalidade. O patriotismo sagrado é a origem dela» (*Evolução do sebastianismo*, pág. 5).

Identificando D. Sebastião com o lendário *Encoberto*, os *sebastianistas* — patriotas sonhadores que não queriam curvar-se à dura realidade da submissão a Castela — fiavam do regresso do malogrado rei o remédio das desgraças da Pátria. E lento, contínuo, foi passando o tempo; a crença mística dos sebastianistas não esmorecia nunca. Sentindo a dor do cativo, mas reconhecendo-se impotentes para o remover, iam vivendo da sua doce ilusão: ela os embalava ainda, quando o rolar imperturbável dos anos de todo socavara já o alicerce das realidades em que, com alguma boa vontade, o seu misticismo poderia apoiar-se.

Sobre esta base de boa vontade começou, porém, a organizar-se um verdadeiro partido nacional, de que foram orientadores, sobretudo, os jesuítas. Certos acontecimentos, meramente fortuitos, alguns até insignificantes e ridículos, foram interpretados como proféticos avisos de futura libertação; aproveitaram-se, com o mesmo fim, juízos de astrólogos, nacionais e estrangeiros.

Assim se foi formando um corpo de doutrina, uma corrente ideológica dia-a-dia mais caudalosa.

Para aproveitar utilmente esta poderosa força, faltava por fim, apenas, pôr o misticismo ao serviço da acção positiva: fazer crer, aos que fiavam da vinda do *Encoberto* a libertação da Pátria, que o verdadeiro *Encoberto*, referido nas profecias, era um ser real e visível, um homem existente em Portugal

— o duque de Bragança, D. João, neto de D. Catarina, a duquesa de Bragança, que em 1580, pretendendo o trono de Portugal, baldadamente tentara fazer valer, junto do Cardeal-Rei D. Henrique, os seus direitos.

DAMIÃO PERES

(in «História de Portugal», ed. de Barcelos)

D. SEBASTIÃO

Sperae! Cahi no areal e na hora adversa
Que Deus concede aos seus
Para o intervalo em que esteja a alma
Em sonhos que são Deus.

Que importa o areal e a morte e a des-
ventura

Se com Deus me guardei?
É O que eu me sonhei que eterno dura,
É Esse que regressarei.

FERNANDO PESSOA



Sanches Coelho — A infanta Isabel Clara Eugénia, indigitada noiva de D. Sebastião (Museu do Prado, Madrid)

A EVOLUÇÃO DO SEBASTIANISMO

A crença messiânica em um salvador, que há de remir a pátria e exaltá-la ao domínio universal, não é, como o cepticismo da nossa época nos inclina a julgar, facto somenos, na história da nossa raça, que por espaço de quase três séculos a acariciou. Quimera foi esta que, em todo esse tempo, vemos avigorar-se em cada uma das crises da nacionalidade. O patriotismo sagrado é a origem dela. Surge em um período de aparente grandeza, quando já todavia a estrela fulgente de África e da Índia entrara em declínio; afirma-se na catástrofe em que perdemos a autonomia; alenta-nos nas horas tristes da sujeição a Castela; triunfa com a independência; decresce em seguida na apatia reinante; e revive no tempo da invasão francesa, com fé igual à que animava os crédulos espíritos dos anos subsequentes ao desastre de Alcácer Quibir. Só depois esta ingénua crença se foi gastando, aos atritos da razão, sem que todavia de todo se desvanecesse a ideia que a produziu.

A persistência do messianismo, por tão longo tempo, e sempre o mesmo na expressão, a animar a mentalidade de um povo, é fenómeno que, excluída a raça hebraica, não tem igual na história. Enxertado no fundo de poesia imamente no carácter nacional, pode dizer-se que nele definitivamente se



integrou. Ninguém acredita já que D. Sebastião venha a ressuscitar; mas poderá dizer-se que desapareceu de todo o sebastianismo? Nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa.

É extensa a bibliografia do sebastianismo, como seita. Principia



Igreja de Madre Deus, em Lisboa

Armadura de cerimónia de D. Sebastião (Armeria, Madrid)

no *Bandarra*, de 1530 a 1540, ainda antes de D. Sebastião, e vai muito além pelo século XIX até nossos dias. Não há muitos anos se publicou um folheto de profecias, que testemunha existir ainda, na obscura alma popular, se bem que inconfessado, o culto do *Encoberto*. Neste largo período não faltaram as apologias, glosas e contraditas. Dois grandes nomes das nossas letras, António Vieira, férvido crente, José Agostinho de Macedo, incrédulo, dão lustre à polémica. Sob o ponto de vista da crítica histórica têm versado o assunto, além de outros, em escritos de menos relevo, Oliveira Martins na *História de Portugal*, Costa Lobo nas *Origens do Sebastianismo*, o sr. dr. Teófilo Braga na obra *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições* e José Pereira de Sampaio (Bruno) no substancioso livro *O Encoberto*, em que dificilmente se encontrará uma lacuna. Deixo de incluir a obra clássica de Miguel d'Antas *Les Faux Don Sébastien*, por tratar de casos que são episódios do sebastianismo, limitado a um período e não realmente a sua história e psicologia. Sem embargo, o assunto não se esgotou de todo e, se não me engano, presta-se ainda a estudo.

Há no sebastianismo dois factos a considerar: a esperança na vinda de um rei predestinado e os anelos do que ele havia de realizar. Estes existiam já antes de aparecer o predestinado, e foi seu primeiro intérprete Gonçalo Anes, o *Bandarra*, sapateiro de Trancoso, nas *Trovas*, que são o evangelho do sebastianismo. Nada melhor nos elucida sobre a gestação e natureza desta duradoura quimera do que o processo do *Bandarra* no Santo Offício. Deficiente, como são todos os do período inicial da Inquisição, por ele se nos desvenda, com a personalidade do autor, o espírito que presidiu à concepção da obra e o meio especial em que ela se propagou.

Logo se vê que teve grande voga entre os cristãos-novos, não só de Trancoso como de Lisboa e de todo o reino, e que principalmente da *Bíblia* tirava o vidente a matéria das predições. Da esperança judaica no Messias, amalgamada com vaticínios trazidos de Espanha, ultimamente aparecidos, e resíduos de lendas do ciclo arturiano, conservadas na tradição popular, veio a brotar o sebastianismo. Nas *Trovas* pela primeira vez se materializa o estado de alma, tão peculiar, que por tanto tempo distingue a raça portuguesa; e ao autor delas coube o dar-lhe expressão, com o que, por apagados que sejam seus méritos, tal foi a sua acção que de nenhum modo o podemos excluir da história da literatura nacional.

J. LÚCIO DE AZEVEDO
(in «A Evolução do Sebastianismo»)



Ninguém o viu morrer

NÃO houve protestos contra a perda da independência? Houve; mas de tal natureza que são mais uma prova da incapacidade da nação para a defender.

O prior do Crato, vencido e fugido, foi pedir à política europeia o auxílio que os portugueses lhe negavam; protraindo nos Açores, e mais tarde em expedições dirigidas contra o continente, uma teima impossível de vingar — porque o povo, deprimido e miserável, nada confiava nem esperava dos homens: pedia tudo a Deus, e a um milagre.

Como os antigos judeus na Palestina, os portugueses tinham amassado com as suas lágrimas a quimera do messianismo. Devastada, vencida e por fim vendida, a nação era um campo santo; os homens como sombras; as agitações messiânicas, espécie de fogos fátuos que ondeavam no ar, suspensos na atra sombra da noite do infortúnio. Os Macabeus de 1580 não tinham sabido menear a espada; e o povo, perdido o sentimento da sua realidade, como todo e como força, abandonava-se a esperar a volta do Messias — D. Sebastião, o príncipe encantador, a divina criança, que soubera aspirar para a salvação comum, que viria decerto redimir a nação!

Ninguém viu morrer o rei; Sebastião de Resende achara-lhe o cadáver já nu; vestira-lhe um gi-

bão de Holanda branca e, atravessando-o na sela do cavalo, montara nas ancas, levando-o consigo. Os prisioneiros lavraram um auto, reconhecendo aquele cadáver como o do rei; mas depois dizia-se que o tinham feito para melhor defender a fuga, tirando ao inimigo as esperanças de o haver às mãos; e se, no primeiro momento, o terror do cataclismo fizera esquecer a circunstância da morte oculta, logo as maiores desgraças posteriores acordaram na alma do povo a suspeita de que D. Sebastião vivia. A sua fisionomia simpática, os seus próprios erros, que eram virtudes, por fim a sua história trágica, fundavam os alicerces de uma beatificação que se ia formando. O povo cristalizava os seus ideais, transfigurando o homem num símbolo das suas esperanças e desejos.

Um fugitivo, mascarado, batera depois da batalha às portas de Arzila, e para que lhas abrissem dissera-se D. Sebastião. De nada valeu o depoimento do capitão de Arzila, nem do próprio autor da mentira. O povo acreditava que tais notícias eram embustes, armados contra a sua esperança pelos miseráveis, vendidos e podres, que o governavam. Tinham covardemente abandonado o herói, e agora temiam-lhe a cólera: porque ele voltaria a julgá-los, a condená-los.

Desde que se lançara nos braços desta esperança mística, desde que

o messianismo, sintoma superior da caquexia nacional, levava o povo a confiar indiscutivelmente num milagre próximo, D. António, um pseudomessias, debatia-se em vão chamando a si o auxílio das populações contra o castelhano.

Os profetas, o Bandarra, e Simão Gomes, o *sapateiro-santo*, inspirados, cantavam a epopeia do herói, e as condições em que viria a aparecer para redimir o seu povo: como na Judeia, também, o Cristo fora um salvador na nação, antes de ser redentor das almas. Também o Cristo português havia de alargar o seu império por longas terras, e a sua idade seria a era de redenção. Também o messianismo da Judeia fora buscar às lembranças próximas do reinado glorioso de Hircano a raiz positiva da formação aérea — como a pessoa do imberbe príncipe desgraçado era a raiz do edifício místico português.

OLIVEIRA MARTINS

(in «História de Portugal»)

A COROA DE PORTUGAL ROLOU PELOS AREAIS DE ÁFRICA

Foi em Alcácer-Quibir que rolou a coroa de Portugal pelos areais de África. Deus sabe o que havia de grandioso, que sonhos esplêndidos de futuro iam na mente de Sebastião — o *Desejado*!

Os formosos palmares da Índia, a opulência fascinante da Ásia, as sumptuosas magnificências do berço da humanidade, as lendas fabulosas do Preste João, os riquíssimos

e legendários templos de Brahma, e dos deuses misteriosos da cosmogonia secular daquela raça, e todos os sonhos e sedenta avidez de uma nação pobre, habituada a lutas heróicas e obscuras com os muçulmanos de África — fascinaram e enlouqueceram por tal forma os guerreiros e fronteireros de Ceuta, Tânger e Arzila, que, aos primeiros descobrimentos dos navegadores do século XV, os portugueses invadiram o Oriente abandonando aquela escola de valor e de heroísmo, onde expirou o infante santo, e onde a cruz do Redentor era o incentivo e estímulo das mais nobres façanhas e dos feitos mais esforçados.

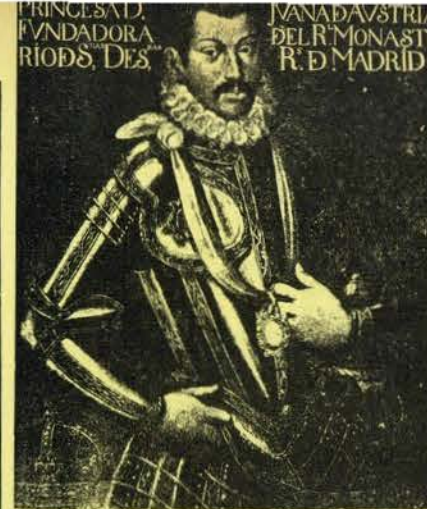
Quis D. Sebastião com a mística lenda do Gólgota, salvar Portugal do ignóbil desdouro, do cepticismo miserável, da louca ambição de riquezas e da cobardia e enervação, que ia corroendo e gangrenando os nobres na sórdida mercancia das especiarias da Ásia?

Sabe-o Deus.

Sabê-lo-ia a história — se os aios e confessores de príncipes e de reis, em vez de serem bonzos, faquires e derviches, de um credo intolerante e sangrento, e que tem no seu próprio simbolo o germe da sua total aniquitação, fossem cronistas severos e verdadeiros da corrente das ideias e das leis imutáveis do progresso na marcha lógica e fatal do desenvolvimento da humanidade.

Havia, decerto, um profundo pensamento político por detrás deste fervor religioso, que arrastava a cristandade para lutas e pelejas com agarenos.

Os Filipes de Espanha iam pro-



D. Sebastião, quadro anónimo existente no Convento das Descalzas Reales, de Madrid

jectar a sua sombra sinistra neste estacionamento inexplicável das gerações europeias.

A história um dia dirá — a história escrita pelo povo — se foi somente o fanatismo religioso que arrastou o moço rei aos campos de Alcácer-Quibir, ou se o herdeiro do ceptro de D. João I quis arrancar às devassidões e torpezas da Índia uma nação, que cobrara em África pundonorosos alentos, esforços guerreiros e enérgicos brios com que escrevera a mais esplêndida e brilhante página dos feitos memoráveis nos séculos XV e XVI.

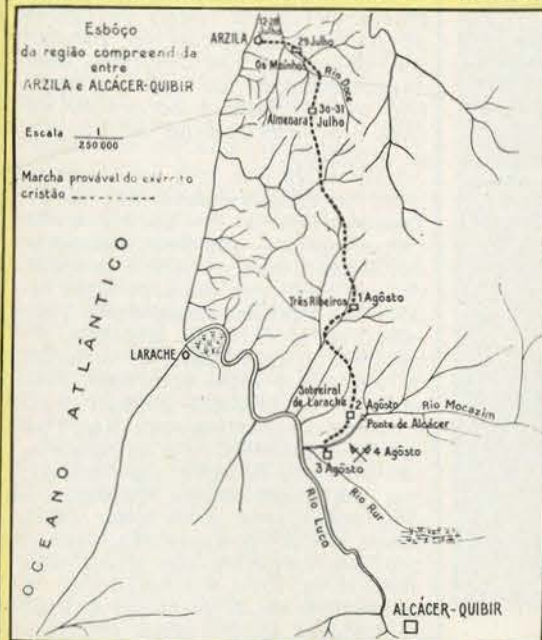
CAMILO CASTELO BRANCO
(in «Noites de Insónia»)

XÁCARA DE D. SEBASTIÃO

Lá vem D. Sebastião
No seu cavalo magento,
Com seu guante na mão,
Seu cabelo de ouro ao vento.
Veste gibão carmesim
E joelheira de prata,
É de ferro o borzeguim
Que o seu murzelo acicata.
Seu olhos são dois amores,
Uma estrela a sua testa,
O pendão das sete cores
Parece levá-lo à festa.
Patas do seu cavalo
Semeiam flores pelo chão;
Em xairel de puro arminho
Cavalga Sebastião.
Vem triste, desastinado,
Já senhor do seu papel;
Magrinho, inteiro, espigado,
Bem se vê que ainda é donzel.
Uma patrulha de condes
Já trota à ilharga de El-Rei:
— «Senhor, mum novinho sondes!
«Do perigo vos avisei».
Assim fala D. Aleixo,
Com a barba até ao umbigo:
— «Ai! Sozinho não vos deixo,
«Que moiro é tredo inimigo!»
Trota o príncipe dianteiro
Nos areais da moirama;
Tem perna de cavaleiro,
Dorme singelo na cama.
Seu arnés é branco e tenro

Como a flor da laranjeira;
Tem-no Galaaz por genro,
Pai de sua espada inteira.
— «Oh meu D. Sebastião!»
Diz o povo desgraçado;
«Dá-nos um filho varão,
«Não nos deixes lazarado!»
Põe El-Rei olhos no pagem,
Que tem feições de donzela,
E vai seguindo viagem
Na sua urca amarela.
Não vai a Mombaça ou Goa,
Nem a Melinde ou a Ormuz;
Levou a flor de Lisboa
No pendão da Santa Cruz.
Pagens, donzeis, sumilheres
Pejam sua nobre Armada;
Só os velhos e as mulheres
Ficam na praia parada.
Eis já se avistam dos topos
Os alarves da moirisma;
O chão treme de galopes
Emmentes El-Rei lá cisma.
Já desembarcam [n]os condes,
Capitães apendoados:
— «Que desgraça nos escondes
«Em teus bofes engomados?»
— «Escondo a sina na lança,
«A má-sorte numa amarra;
«Sou de Deus desde criança
«Como a corda é da guitarra.
«Dai-me o sangue, cavaleiros!»
«Vós, pagens, a donzela!
«Assim fazem [n]os fronteireros
«Do condado de Maria.
«Terras de Espanha cativa,
«Areal de Portugal,
«Deixai que minha alma viva
«Fora do corpo mortal!
«Rande os vossos espíritos
«No sangue da areia quente!
«Não quero prantos nem gritos,
«Rei forte faz forte a gente!»
Assim falou Sebastião
A todos, em altas vozes;
Caju-lhe a espada da mão
Co a força dos albornozes.
Já ninguém se entende e escapa
Da fúria de tais alarves;
El-Rei trocou elmo e capa
Pelo Reino dos Algarves.
Vê-lo por terra em batalha,
Oh, que dor de coração!
Folha de ruim navalha
Cortou o lírio do chão.
Vede lo seu cavalo
A malucar nos arnados,
Crinas ao vento marinho,
Os sabugos esburgados.
Pende-lhe um estribo, o bridão,
Tripas de fora, uma luva;
Montada de Bastião,
Pareces uma viúva!
Já a Real Armada assoma
Cos restos da cavalaria
Dos areais de Mafoma
Para os de Santa Maria:
Traz a tristeza nas velas,
A esperança no pavilhão,
Vazias todas as selas,
Nas almas Sebastião.
Que nem morte, nem caipora,
Nem o luto do gajeiro,
Nem sangue seco de espora
Nos livram do neveiro.

VITORINO NEMÉSIO
(in «Nem Toda a Noite a Vida»)



ALBERTO DE SOUSA — CAMPO DE ALCÁCER
Aguarela (Museu Militar, Lisboa)



QUIBIR

Abertura do poema espectacular «EL-REI SEBASTIÃO»

A cena representa uma antecâmara nos paços onde habita el-rei Sebastião. E noite; e só a luz fosca do luar entra por uma janela de balcão aberta ao fundo. Esta janela está escancarada para o céu. Não se vê a lua. No rectângulo da luz esbrantiquçada, fria, que entra pela janela e dá na alcatifa do chão, dois vultos se recortam em silhueta: estão um de cada lado da janela, quase voltando costas ao público, em atitude de quem ficou transido a ouvir. Toda a restante cena abafada em penumbra.

PRIMEIRA VOZ

entra pela janela, grave e poderosa,
distinta em toda a sala. Sendo preciso,

FALA PROFÉTICA DE CAMÕES A D. SEBASTIÃO NO FINAL DE «OS LUSÍADAS»

E não sei por que influxo de Destino
Não tem um ledo orgulho e geral gosto,
Que os ânimos levanta de contínuo
A ter para trabalhos ledo o rosto.
Por isso vós, ó Rei, que por divino
Conselho estais no régio sólio posto,
Olhai que sois (e vede as outras gentes)
Senhor só de vassallos excelentes.

Olhai que ledos vão, por várias vias,
Quais rompentes leões e bravos touros,
Dando os corpos a fomes e vigias,
A ferro, a fogo, a setas e pelouros,
A quentes regiões, a plagas frias,
A golpes de Idoltras e de Mouros,
A perigos incógnitos do mundo,
A naufrágios, a peixes, ao profundo.

Por vos servir, a tudo aparelhados;
De vós tam longe, sempre obedientes;
A quaisquer vossos ásperos mandados,
Sem dar reposta, prontos e contentes.
Só com saber que são de vós olhados,
Demónios infernais, negros e ardentes,
Cometerão convosco: e não duvido
Que vencedor vos façam, não vencido.

.....

Os Cavaleiros tendem em muita estima,
Pois com seu sangue intrépido e fervente
Estendem não somente a Lei de cima,
Mas inda vosso Império preminente.
Pois aqueles que a tam remoto clima
Vos vão servir, com passo diligente,
Dois inimigos vencem: uns, os vivos,
E (o que é mais) os trabalhos excessivos

De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Aníbal escarnecia,
Quando das artes bélicas, diante
Dele, com larga voz tratava e lia.
A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.

será artificialmente avolumada a voz
humana que a fizer.

Reino de Portugal!, que estão fazendo de ti os que hoje têm nas mãos o teu governo? Foi para tal que te quiseram livre, te conquistaram lança a lança, te arrebataram aos infiéis e povoaram de cristãos, te cultivaram passo a passo os que ora descansam nos seus túmulos? Mas que descanso poderão ter os cuja alma não poderá descansar se te vêem perdido? Os ossos das suas mãos fazem estalar os seus leitos de pedra! Já no pó se esmigalham as tampas dos seus sepulcros... E contra o rei que te não governa, pois te desgoverna, se levantam essas mãos de cinza armadas do velho montante! Contra um rei que se apregoa bom cristão, e descarta todos os seus deveres de cristão e rei, se ergue o montante erguido outrora contra os inimigos do reino, contra os ofensores da Cristandade!

SEGUNDA VOZ,

Rei Sebastião, que ideia tens do teu ofício de reinar?! O teu povo geme na miséria! Os teus favoritos são os que te cercam de lisonjas!, os que dobram o joelho a todos os teus caprichos. Nas suas mãos falsas resignas o teu poder. E cores tu ao jogo das canas e às montarias, às cavalgadas e aos simulacros de guerras! Desses brincos saís vencedor, que por adulação te deixam sempre vencer. E em paga os deixas tu beber o suor dos pobres, esgotar o sangue dos fracos, oprimir os já oprimidos, vexar os velhos com a sua e a tua insolência!

PRIMEIRA VOZ

Reino de Portugal!, como te defende quem devera ser o teu melhor defensor? O trono não tem um herdeiro; nem o teu rei tem pressa em to dar, indiferente ao que não seja ambição da sua própria pessoa. Por vaidade pessoal joga com a morte! Por inclinação de moço vai correr aventuras onde lhe não chegue aos ouvidos o teu clamor. E o leão de Castela teu velho inimigo, sempre cobiçoso da tua liberdade, espregue o momento em que venha a rolar-te nas garras...

SEGUNDA VOZ

Rei Sebastião, não vês que o teu povo se ri de ti ou te odeia?, se ri de ti por desespero, te odeia por amor frustrado? Rei Desejado, como respondes ao fervor com que te desejaram inda não nascido? Dás um rei por ti — tu que te julgas tão senhor de vontade e poder! Estás cego, rei Sebastião! Pois que vês, tu que te escondes sob a capa de falsos ministros de Cristo teus ministros?, tu que foges a vista do teu povo?! E o teu povo roja sob leis que só ressalvam os grandes! Os teus conselheiros leais caem no teu desfavor por bem te aconselharem! Os negócios do teu reino são entregues aos que te adulam em benefício das suas prepotências! Falsos amigos tens que te arrastam à perdição! Falsos ministros de Cristo que só querem mercês para suas Casas! Falsos governantes que só em proveito próprio governam! Falsos..., falsos portugueses que só arruinam a sua pátria...

JOSÉ RÉGIO

A morbidez do sebastianismo nacional

restauração de 1640 restituiu à nação portuguesa a sua autonomia política, mas não reconstituiu com igual facilidade as energias do seu organismo profundamente depauperado e deprimido pela saudosa sangria de Alcácer-Quibir e pela subsequente intoxicação moral de sessenta anos de servidão sob um domínio estrangeiro. O cérebro português fora gravemente abalado pelas mais dolorosas comoções: a angústia da incerteza sobre os sucessos da grande expedição de Marrocos, a fulminante notícia do desastre em que irreparavelmente se submergiram tantas vidas e tantas riquezas, a perda das possessões ultramarinas, a completa ruína da fazenda pública, o aniquilamento de milhares de fa-



Mesa existente em Lisboa onde, segundo a tradição, D. Sebastião almoçou antes de embarcar para a África.

mílias, o luto geral do reino, todas as cruciantes torturas da derrota, da vergonha e da miséria.

A esse temeroso abalo — dos maiores que podem fulminar um povo — correspondeu um acesso de delírio bem característico pela aberração do sebastianismo.

Paralisadas na sua psicologia todas as faculdades e todas as virtudes que dão a um agregado humano a posse colectiva de si mesmo e a consciência de um fim que justifique — como em todos os organismos — a sua existência, perdida a fé, perdida a coragem, perdida a alegria, o povo português

apela para o milagre, absorve-se no messianismo, subordina todos os seus actos e todos os seus pensamentos ao regresso do «Rei desejado» ou do «Rei encoberto».

Apareceram durante a primeira metade do século XVII quatro aventureiros como sendo cada um deles o prometido D. Sebastião e o povo acreditou na identidade de todos quatro.

No século XIX, mais de trezentos anos depois da trágica jornada de Africa, havia ainda milhares de sebastianistas em Portugal e Brasil.

Segundo os antigos alienistas se-

ria este um estranho caso de delírio parcial colectivo. Os psiquiatras modernos rejeitam esse diagnóstico, considerando as vesânicas e as monomanias não como formas autónomas e distintas espécies mórbidas, mas sim como fases clínicas de um delírio crónico iniciado por um acesso de hipocondria geral.

Hoje mesmo — talvez pela razão de que Portugal restaurado não acabou por enquanto de se restaurar completamente — persistem resíduos depressivos e taras ancestrais que, ao mínimo abalo na elaboração cerebral dos motivos que determinem os seus actos, tornarão o povo português tão genuinamente sebastianista como no tempo dos seus antigos agitadores e profetas, o Bandarra e o sapateiro Simão Gomes.

É evidente que ele cessou para sempre de esperar que D. Sebastião regressasse, como o cavaleiro do Cisne, portador do Santo Graal, despregando-se de uma matutina e aérea nebulosa para baixar à terra e descer o Chiado, espectral e benigno, rutilante como um astro, na sua esmaltada armadura de guerra, sob o elmo de ouro polido, empenachado de branco.

Não é, porém, menos certo que, descrido, fastioso e desdenhoso, como de uma velha cautela branca, da alforria com que o brindaram os restauradores do 1.º de Dezembro, tendo-se por insufficientemente remidos, na servil passividade da sua impotência para melhorar por si mesmo as condições do seu destino, ele ainda hoje aspira a uma redenção nova, e aceita, segue a vitória, com uma credulidade inverosimilmente fanática e servil, de todo o redentor que lhe apareça palavroso e profético, bandarrista e sapateiral.

Tal é no presente, segundo se me afigura, o seu caso mórbido.

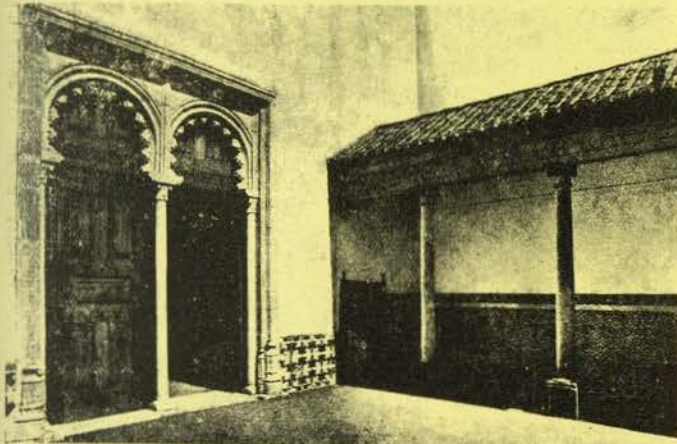
Abstenho-me de toda a espécie de comentário. O meu único fim, reproduzindo a série de alguns fenómenos, narrados por toda a imprensa republicana de Lisboa, é simplesmente consignar qual a impressão por tais fenómenos produzida no espírito do povo.

Cabe-me dizer, concluindo, que essa impressão é excelente. O povo gosta, o povo exulta, o povo rejubila. Há trezentos anos à espera de um D. Sebastião qualquer, verdadeiro ou falso, legítimo ou espúrio, antigo ou moderno, mais uma de tantas vezes ele se acha convencido de que enfim as profecias se cumpriram e que o *Desejado* chegou.

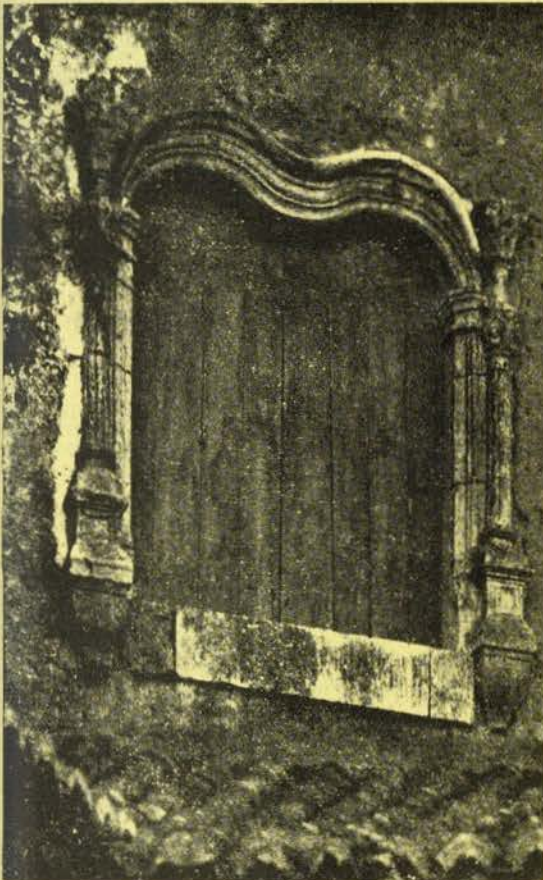
Fevereiro de 1911.

RAMALHO ORTIÃO

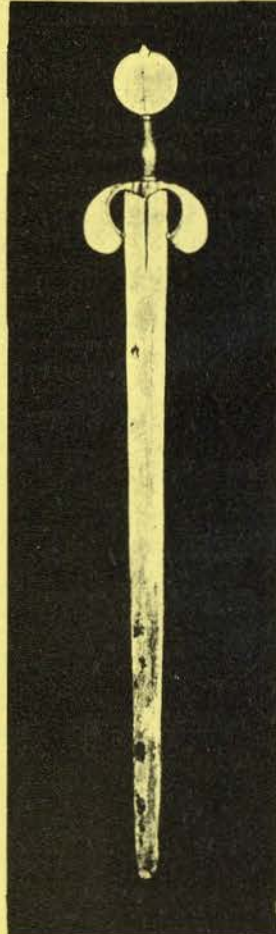
(in «Últimas Farpas»)



Pátio do Paço de Sintra onde D. Sebastião ouviu Camões ler "Os Lusíadas"



Janela manuelina, em Lagos, donde D. Sebastião falou às suas tropas antes das naus se fazerem ao mar.



Interpretação não romântica do sebastianismo

A hipótese que vos proponho é a seguinte: o messianismo português (de que o sebastianismo é uma fase) originou-se, não de uma psicologia de raça (segundo se afirma unanimemente desde Teófilo e Oliveira Martins) mas sim de condições sociais semelhantes às dos judeus, reforçadas pelas ideias do messianismo dos Judeus e pela mentalidade de eclesiásticos barrocos educados na leitura dos profetas da Bíblia e na interpretação profética e tipológica dos trechos principais da mesma Bíblia; essas condições vêm a resumir-se, para vos falar como os teólogos, numa consciência de «queda», acompanhada da falta de verdadeira independência; com a continuidade de tais condições vemos seguir paralelamente a da tradição do bandarismo. A esperança num Messias, num Desejado, num Redentor, é comum a todas as raças; «c'était une maxime chez les Indiens et les Chinois» — notava Voltaire — «qu'il viendrait de l'Occident; l'Europe, au contraire, disait qu'il viendrait de l'Orient»: mas a situação social e mental dos judeus e dos portugueses intensificava nestes dois povos a tendência comum a todos. Em primeiro lugar, a acção ideológica (ou educativa, no sentido largo desta palavra) dos cristãos-novos e da Bíblia (a que se une a ideia do Encoberto, proveniente de Castêla) difunde pelo nosso país o pensamento messianista, sendo que as condições especiais do judeu em Portugal reforçavam naturalmente a aspiração a um Messias. A catástrofe de Alcácer Quibir e o desaparecimento do monarca; depois, a pregação dos religiosos e a apologia de D. João IV; e com isto, até hoje, o facto de as circunstâncias nacionais não satisfazerem o patriotismo — explicam que dure o antigo sonho na alma de gente pouco afeita à iniciativa e ao *self-government*, uma vez que se constituiu, intensificou e generalizou essa doutrina, pelas causas especiais que deixamos apontadas. Uma ideia messianista transmitida por tradição e circunstâncias permanentes favoráveis ao messianismo: ¿que mais é preciso para que ele perdure, seja entre celtas, godos, chineses ou australianos? Também os alemães medievais, graças a condições semelhantes às nossas, tiveram o seu sebastianismo (idênticas doutrinas, idênticas esperanças e mártires idênticos) nas lendas messianistas sobre o imperador Frederico II. Em Portugal o messianismo terá vida (ou poderá tê-la) enquanto se impuser a este povo, a contrapor à sua fictícia e tão efêmera grandeza, o

espectáculo persistente da sua lúgubre decadência, acrescido à falta de uma boa elite — que lhe dê ensino de racionalismo de método, de clareza mental. E creio que na reforma da mentalidade, indispensável neste momento, em salvadora reacção contra os fumos do romantismo, um dos nossos lemas deverá ser este: não, senhores, não nascemos sebastianistas — e não queremos, positivamente, não queremos, viver como se o fôssemos!

Aprovaria o sr. Lúcio de Azevedo esta interpretação dos acontecimentos que conscienciosamente investigou? A avaliar por frases da sua obra, dir-se-á que a não aceita; em qualquer caso, aceite ou não, cumpre-nos agradecer-lhe as informações que nos subministra este novo livro, e os sólidos elementos que nos faculta para ajuizar de casos da nossa história tão importantes e interessantes, como são interessantes e importantes os que tratou proficientemente nos seus artigos sobre os judeus e criteriosamente estudou no seu trabalho sobre Pombal.

ANTÓNIO SÉRGIO
(in «Ensaíos» — Vol. I)

Os falsos D. Sebastião

A morte ou desaparecimento súbito de alguém não consegue ser de imediato uma realidade inextricável. Encarando uma morte-desaparecimento com repercussões num povo, a vontade enorme de não crer nela é acolhida pela maioria das gentes, ficando quando muito salvaguardados deste sentimento de carência os que perante esse acontecimento vislumbram caminhos abertos aos seus anseios ou ganâncias.

A morte-desaparecimento de Dom Sebastião I é um desses casos. Rei de 24 anos, sem descendência, morto historicamente em 1578, faz renascer na ansiedade e na vontade daqueles que o necessitam a possibilidade da sua existência.

Nascido deste desejo surgem vários «reis» para ocupar o lugar vazio. Nada mais nada menos do que quatro falsos D. Sebastião.

Os dois primeiros emanados da crença popular, os dois últimos de arquitectadas maquinações.

O REI DE PENAMACOR

Com parecências físicas com o verdadeiro rei, o primeiro «falso D. Sebastião» era eremita nas proximidades de Alcobaca. Tinha como modo de vida o contar histórias sobre Alcácer-Quibir. Pequeno ponto de partida, suficiente para embalar o povo na sua ânsia de ver nele

el-rei e bastante para envolver o mancebo num mundo fantástico onde se sentia acarinhado.

Os espanhóis acharam pouco conveniente o avolumar deste mito e de maneira rápida solucionaram o problema.

Montaram o antigo eremita num burro, fizeram-no entrar em Lisboa e daí lançaram-no aos mares como condenado às galés.

O REI DA ERICEIRA

Ainda desta vez temos um eremita. O seu nome — Matheus Alvares. Foram as suas macerações e as suas penitências que levaram o



povo a pensar que ele fosse o tão «desejado». Mais ambicioso e com maiores pretensões do que o seu antecessor, conseguiu sublevar gente da Ericeira e Maфра que as tropas do governo sustentiveram em pequeno combate. O fim que o esperou foi bem diverso daquele com que sonhara. Matheus Alvares é decapitado em 14 de Junho de 1585.

O PASTELEIRO DE MADRIGAL

O terceiro pretense rei D. Sebastião chamava-se Gabriel Espinosa e vivia numa pequena povoação espanhola — Madrigal.

Desta vez temos ao lado deste falsário alguém muito astuto, arquitectando toda uma história: Frei Miguel dos Santos. Este frade era um homem ambicioso, patriótico e confessor de um convento de freiras, onde vivia uma filha bastarda de D. João de Austria.

Confissão atrás de confissão, o arguto frei Miguel chega aos meandros da alma romanescas da filha do herói de Lepanto e congemma



O Encoberto descobrindo-se aos Lusitanos (título original desta gravura do século XIX)

que tal fidalga lhe serviria para os designios que trazia em mente. Tem um amigo: Gabriel Espinosa. Homem inteligente, falando menos mal várias línguas, militar, que servira em Portugal. Tinha, pois, condições.

Gera-se um romance entre D. Ana e o pasteleiro do Madrigal. Na correspondência amorosa trocada entre ambos, Gabriel é bajulado com o tratamento de *Majestade*, na vida pública passa a ostentar belas jóias em total desacordo com as suas condições de vida. Este facto leva-o à prisão. As cartas, por sua vez, foram o fulcro de um hediondo processo que condenou à forca os dois homens e à reclusão perpétua a filha de D. João de Austria.

MARCO TULLIO CATIZONI

É 1603 a data do aparecimento do ultimo falso D. Sebastião e aquele que mais fundas marcas deixou no ânimo de todos. Este aventureiro da Calábria prepara-se o melhor que pode e sabe para o papel que quer vir a desempenhar.

Tinha, ao que parece, certa parecença física com D. Sebastião e foi a partir deste facto que passou a fazer-se passar pelo soberano, conseguindo, assim, dádivas das mãos dos portugueses refugiados em Itália.

Duas figuras da época, D. João de Castro, neto do grande vice-rei, e um dominicano superiormente inteligente, frei Estêvão de Sampaio, o primeiro fanático na crença de que D. Sebastião existe, e o segundo ávido da restauração, correm ambos a Veneza para verem a figura que se fazia impor como sendo el-rei.

Frei Estêvão rapidamente se apercebeu que nem sequer seria possível a Marco Tulio Catizoni re-

presentar bem o seu papel, mas era tarde para retroceder. D. João de Castro foi bem mais crédulo. O calabrês Marco Tulio conseguiu rodear-se de muitos «crentes» durante um certo período de tempo, mas toda essa gente acabou por ficar fulminada com a inverosimilhança das suas incongruentes afirmações.

No entanto, para os portugueses que nunca o tinham visto nem ouvido, esta figura foi pomo de grande agitação. A República de Veneza expulsou-o. Daí passa a Florença, onde Fernando de Médicis o entrega aos espanhóis, que o condenam às galés. Marco Tulio Catizoni acaba por ser enforcado, quase secretamente, em Barrameda, em 23 de Setembro de 1603. A sua morte, assim processada, originou que a dúvida subsistisse.

O ENCOBERTO

A Mulher que segurava o coração atira-o para junto do cadáver. Voltam-se todos para o público e recitam.

TODOS — Oh, dia glorioso! Oh suprema razão dos esfomeados que o pão do incrível alimenta! O futuro é uma história fantástica com que se adormece uma criança. Hossana! Hossana! Como o eco de uma desesperada canção, assim regressa a nós o nosso rei.

Durante o recitativo, a proa de uma galera emerge fantasmagoricamente da névoa na esquerda, ao fundo. Vestido de forçado, Bonami-Rei está amarrado no mastro da proa. Acabado o recitativo, o Povo volta-se para a galera e dá com o decepçionante espectáculo.

3.^o MULHER — Horror! Horror!
3.^o HOMEM — Esta triste escória das galés não pode ser D. Sebastião.

TODOS — Que desgraça! Que desgraça!

1.^o MULHER — Eram ovos de víbora os sonhos que chocámos.

TODOS — Maldição! Maldição!

1.^o HOMEM — Calma! Lembrem-se de que temos fome. O que vemos talvez não passe de uma lúgubre visão de subalimentados.

Pela esquerda entra um Arauto que atravessa a cena enquanto lança o prego. Ficam todos suspensos da proclamação do Arauto.

ARAUTO — Justiça que Sua Majestade Católica ordenou que se fizesse contra este homem que sendo de vil condição se fez passar pelo rei de Portugal. Quis o nosso piedoso Rei, sempre inclinado à clemência, que o criminoso não fosse condenado à morte mas à pena perpétua das galés a fim de ser enviado onde todo o mundo possa ver o celerado e comprovar que ele é um infame impostor. Assim se fez para ignomínia dos desordeiros mentecaptos que acreditam ser este bandido o verdadeiro rei dos portugueses.

O Arauto sai pela direita. Imediatamente, do alto do mastro, soa a voz de Bonami-Rei arrancando o Povo ao seu estupor.

BONAMI-REI — Malditos os que sob a aparência do humilhado não conhecem a grandeza do Rei! Malditos os que sob as vestes do forçado não distinguem a liberdade a que chamam D. Sebastião! Por cama tive uma gélida réstea de luar. Do frio me abrigou o calor podre das prostitutas. No rasto dos cães vadios segui as pegadas de Deus. Fui todos os vagabundos. Todos os canalhas. Todos os famintos. Todos os ofendidos. Agora posso ser todos. Agora posso ser rei.

3.^o HOMEM — Arranquemos os olhos da carne que desfocam as imagens verdadeiras do sonho!

3.^o MULHER — Confiemos antes na limpidez dos olhos da alma!

1.^o HOMEM — Salvé D. Sebastião!

1.^o MULHER — Ele chega como uma águia do mar.

2.^o HOMEM — A sua armadura é reluzente.

2.^o MULHER — A sua espada é um feixe de luz.

3.^o HOMEM — Por ele enfrentaremos a força.

TODOS — Que a vergonha apodreça as faces que não se iluminaram ante esta chama de liberdade!

CAI O PANO E É O FIM DO 1.^o ACTO

NATÁLIA CORREIA

(Cena da peça «O Encoberto»)

As trovas do Bandarra

VIMOS, no Capítulo XII, como se espalhou em Lisboa, sobretudo nas classes populares, o rumor da existência de D. Sebastião, miraculosamente salvo da batalha, rumor que foi pouco a pouco ganhando o País inteiro. No breve reinado do cardeal D. Henrique, algumas vezes chegou aos ouvidos de Cristóvão de Moura a notícia de que, nesta ou naquela terra, se dizia que o cadáver levado para Ceuta, e ali depositado na igreja da Trindade, não era do infeliz monarca. O indefesso embaixador de Filipe II não dava, porém, importância a esses boatos, que logo desapareciam. Realmente, o anustioso problema da sucessão, as rivalidades dos pretendentes, a odiada perseguição ao Prior do Crato absorviam todas as atenções; e a mesma dolorosa ansiedade se manteve até à conquista das sete ilhas açorianas que, durante três anos, resistiram às promessas e às ameaças do rei católico.

A perda desse baluarte da independência nacional destruiu as esperanças do povo na vitória de D. António. Só D. Sebastião, se fosse vivo, podia restaurar a liberdade perdida. Diante dele, legítimo senhor do trono, nada valiam as forças de Filipe II, e como o naufrago se aferra a uma bóia de salvação, a crença na sua existência, oculta — deliberada penitência, imposta pelo desastre a que levava o reino —, vai progressivamente atraindo fervorosos adeptos.

As celebradas *Trovas* do sapateiro de Trancoso, Gonçalo Anes, o *Bandarra*, não foram provocadas pela calamitosa situação do reino. Compostas de 1530 a 1540, catorze anos, pelo menos, antes do nascimento do *Desejado*, as *Trovas*, por estarem cheias de reminiscências bíblicas, rapidamente se espalharam entre os cristãos-novos, que viam, nas suas alusões, referências à próxima chegada do anunciado Messias. As atrozes perseguições que tinham padecido, desde 1492, justificavam plenamente o seu ansioso desejo de que as profecias se cumprissem.

Mas o Bandarra não foi buscar unicamente ao Velho Testamento os elementos das suas *Trovas*. A própria ideia do *Encoberto* a encontrou nas *Coplas de Frei Pedro de Frias*, publicadas em Valência, no ano de 1520. A monarquia espanhola de Carlos V atravessava então uma gravíssima crise. O movimento político das *Comunidades*, a que aderiram tantas cidades de Castela — vigoroso protesto dos últimos defensores das regalias

municipais contra o poder absoluto dos monarcas —, viera juntar-se o levantamento das *Germanias* dos antigos reinos de Valência e Mallorca. No meio desta perturbação geral aventavam-se prognósticos sobre a sorte da Espanha; e citavam-se profecias, principalmente atribuídas a Santo Isidoro. Na obra de Pedro de Frias, que era uma «explicação em rima popular dos supostos textos do arcebispo de Sevilha», há referência a *un rey que non se descubre*. E na sublevação de Valência, à frente dos *agermanados* de Játiva e de Alcira, que o receberam com entusiasmo, aparece um personagem misterioso a quem todos chamavam — talvez por sugestão daquele livro — o *Encubert*.

Se o Prior do Crato ou a duquesa de Bragança conseguissem ocupar o trono, as *Trovas* do Bandarra teriam caído no esquecimento, como sucedeu em Espanha com as *Coplas* de Pedro de Frias, depois que a rebelião dos *comuneros* foi dominada na batalha de Villalar e Játiva e Alcira, assassinado o *Encoberto* por dois miseráveis, cobiçosos de cobrar o prêmio oferecido pela sua cabeça submetem-se às tropas de Carlos V.

O despotismo dos Filipes não tolerava o mais insignificante protesto contra a união de Portugal a Castela. Uma palavra imprudente podia levar ao cárcere e até à forca; e o governo de Madrid encontrou sempre ambiciosos indignos, dispostos a afirmar o zelo da sua adesão com a denúncia dos seus compatriotas. A dissimulação tornou-se uma necessidade. A única forma de lamentar sem perigo o presente era recordar saudosa-

mente o passado e confiar o futuro a uma quimera.

Assim nasceu, como natural consequência da exaltação patriótica, o *sebastianismo*, a crença messiânica num salvador que havia não só de remir a nação, avassalada pelos castelhanos, mas erguê-la do máximo abatimento à fulgurante grandeza do domínio universal; e as *Trovas* do Bandarra, cujo sentido obscuro se prestava às mais variadas interpretações, como é norma dos oráculos, passaram a ser consideradas o Evangelho da seita.

Passam os anos. O povo, tão cioso da sua independência, sofre novas humilhações. Os governantes, talvez pela brevidade da conquista, e mais ainda pela corrupção que lhes abria quase todas as portas, não nos tratavam com aquelas considerações, que o nosso decoro, a nossa história, os nossos serviços à civilização exigiam. A esperança de melhores dias torna-se uma obsessão. Os sebastianistas estremes introduzem, no texto do Bandarra, estrofes espúrias — o que não era difícil, pois as *Trovas* corriam em colecções manuscritas — para designar claramente D. Sebastião. Outros consideram-no apenas um símbolo.

J. M. DE QUEIRÓS VELOSO
(In «História de Portugal-Portugalense»
Editora — Barcelos)

O BANDARRA — POETA PROFÉTICO

Gonçalo Anes Bandarra nasceu na vila de Trancoso, em 1500. Foi rico ou pelo menos abastado, mas para acudir à sua subsistência em tempo de vacas magras recorreu à profissão de sapateiro. Compôs, em Trancoso, suas primeiras trovas, as quais agradaram de sobremaneira aos judeus, então duramente

Estampa do século XIX onde figuram dois retratos de D. Sebastião: "O Desejado" e "O Encoberto Esperado"



perseguidos. Embora alguns afirmassem que era analfabeto, possuía, sem dúvida, grandes conhecimentos sobre as Escrituras do Velho Testamento, que a seu modo interpretava.

«As Trovas do Bandarra» foram proibidas pela Inquisição e incluídas no catálogo de livros proibidos no ano de 1581, embora só corressem manuscritas. Contudo, dia após dia, ganhavam maior popularidade. Viram pela primeira vez a luz do dia em 1603 em impressão feita em Paris, com o título de: «Parafraze e Concordância de Algumas Profecias do Bandarra, Sapateiro de Trancoso». O livro correu livremente durante um certo tempo, mas de novo a Inquisição o fere com a sua proibição, exactamente em 3 de Novembro de 1661, e mais de um século depois, em Junho de 1768, era proibido por novo edital da Mesa Censória. As reedições vão-se sucedendo, as proibições também e a fama do livro aumenta, sendo inúmeras as cópias que os sebastianistas elevam ao grau de livro sagrado da fé no Encoberto. Ignora-se ao certo a data da morte do Bandarra o que, provavelmente, terá ocorrido na vila de Trancoso onde foi sepultado no «alpendre da Igreja Paroquial de S. Pedro».

O SAPATEIRO SIMÃO GOMES

Também conhecido por o Sapateiro Santo, natural das cercanias de Tomar, nasceu no ano de 1510 e foi no campo das profecias émulo do célebre Bandarra, o sapateiro poeta, mas sem, contudo, ter tido a projecção deste. Foi aos 13 anos, quando em Setúbal e ao serviço do duque de Aveiro, que



O Sapateiro Santo — quadro de Manuel Maria Bordalo Pinheiro



D. Sebastião salva Portugal e o ceptro toma de mão de D. Maria I (Gravura do século XIX)

se revelaram as suas tendências proféticas. Assentou a sua mesa de trabalho em Évora depois de ter viajado por Espanha e ter abandonado os prazeres palacianos. Casou nesta cidade e o seu matrimónio foi por certo uma das maiores provas de santidade. A sua fama de vida exemplar levou o Cardeal Infante a convidá-lo para vir residir em Lisboa. Nomeou-o seu escudeiro e sapateiro de sua pessoa. D. Sebastião também o admirava e chegou mesmo a chamá-lo para

junto de si para lá da cortina, na Igreja de S. Roque lugar reservado a filhos e irmãos de reis, isto em dia de festa solene. Chamou-o também a assistir ao Conselho de Estado para ouvir o seu voto em matérias de peso. Apesar de tudo, nunca abandonou a sua vida humilde. São-lhe atribuídas as previsões da derrota de Alcácer Quibir, da morte de D. Sebastião, da Restauração e da aclamação de D. João IV. Morreu em Outubro de 1576 com 60 anos de idade.

DEPOIMENTOS

Prof. Dr. Manuel Breda Simões
(psicólogo e ensaísta)

V. M. — Oliveira Martins entendia — que foi contestado — que o sebastianismo era uma manifestação do génio português, possivelmente de herança céltica. Considera verdadeira essa concepção? Que poderá dizer-nos, como psicólogo, sobre o assunto?

M. B. S. — Oliveira Martins é mais incisivo na interpretação idealista do sebastianismo, o qual considera como «uma explosão simples de desesperança, uma manifestação do génio nacional íntimo da raça, e uma abdicação da História. Portugal relegava por um mito a realidade; morria para a História, desfeito em sonho; envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messiânica» (são nossos os sublinhados).

Uma tal interpretação, erguida sobre pseudoconceitos ou sobre conceitos pseudocien-



tíficos (génio nacional, raça, esperança messiânica, etc.), integra-se num discurso ideológico, cujos artificios (ou artefactos) não escapam inteiramente ao seu autor, na medida em que este, sentindo embora a realidade mítica do sebastianismo, presente que um tal mito iluda as contradições reais da sociedade portuguesa, através do empenhamento formal numa esperança massiânica. Presente que o mito, ao estruturar-se, se transforma em ideologia providencialista que propõe uma escala de valores e um estilo da vida «nacional», isto é, «uma praxis, ilusória e eficaz, fictícia e real».

Assim sendo, e remetendo o sebastianismo ao plano da ideologia, está afastada a hipótese da «veracidade» científica de um escritor brilhante, cuja obra se não pode situar ao nível da «história-ciência».

Tal não significa, porém, que o «sebastianismo» não exija uma abordagem científica, como fenómeno histórico-social situável e como ideologia de substituição que, durante séculos e até aos nossos dias, tem contaminado a literatura, a acção política e a praxis quotidiana. Não é certo que há



Túmulo nos Jerónimos onde foi colocado um hipotético corpo de D. Sebastião

pouquíssimas semanas um conhecido professor universitário se referia a certa figura, já afastada da cena política, em termos providencialistas, evocando a sua força carismática?

O enfoque psicossociológico sobre o sebastianismo, quando vier a ser feito em moldes científicos, poderá explicar não só a origem histórico-social do fenómeno como a sua evolução e o significado das suas transformações e actualizações, traduzidas especialmente em obras literárias que se apegam a um messianismo decadentista que pretende fazer reviver o mito do Quinto Império, o culto do Espírito Santo, etc. Estes factos não são factos desenraizados, alheios a determinismos socioculturais concretos que fazem reviver, ontem como hoje, «um fenómeno da embriologia religiosa» (O. Martins) que encobre as infra-estruturas sobre as quais se pretende erguer.

O estudo científico do sebastianismo (realizado numa perspectiva interdisciplinar) deverá, por isso mesmo, retomar a crítica histórico-social iniciada por António Sérgio, crítico que situa o messianismo português — e, por isso mesmo, o sebastianismo — numa perspectiva sociopolítica e explicar pelas condições sociais determinantes. Mas é evidente que um tal estudo deverá alongar-se à explicitação dos motivos subjacentes (psicológicos e psicossociológicos) que determinaram, favoreceram, dificultaram ou modificaram as diversas expressões da ideologia messiânico-sebastianista, reveladas na prática histórica, na prática literária ou na

praxis quotidiana. Teremos aqui de afrontar motivações antagónicas que exigem uma integração dialéctica.

Na verdade, o messianismo sebastianista apresenta-se (ao mesmo tempo, ou alternadamente) como ideologia, ao serviço dos processos de mudanças ou como fundamento de resistência à mudança. Quer isto dizer que um estudo científico do fenómeno (nos planos da psicologia e da psicossociologia) mostrará, acaso, porque dela se têm servido — em épocas diferentes e em contextos diversos — movimentos de cariz conservador, mas também movimentos de cariz revolucionário. Na sua origem histórica, o sebastianismo surge com um sentido revolucionário, ao qual não é estranha a revolução popular do Prior do Crato. Mas, durante três séculos, degrada-se quase sempre em perspectivas passadistas, cujos ingredientes negativos se encontram concentrados no texto de Oliveira Martins: raça, espírito do povo, psicologia nacional, etc. Neste aspecto entendemos, como Sérgio, que o mito sebastiano «condensa sobre o vulto de um romântico pedaço de asno... quanta nubivaga retórica tem ele inspirado à literatura... e à literatice dos nossos dias!»

É sobre tal nubivaga retórica, integrada nos contextos concretos em que surgiu, que deverá incidir o estudo psicossocial e psicológico do sebastianismo. Mas tal estudo nada terá de comum com a pseudocientífica fundamentação «psicológica» (?) de Oliveira Martins.

Prof. Dr. JORGE BORGES DE MACEDO
(historiador e ensaísta)

V. M. — Tem-se dito que o sebastianismo se apresenta como uma constante da vida portuguesa presente em poetas e escritores como Bernardim, Bandarra e Usque, como espécies de pré-sebastianistas, passando depois para Vieira, Garrett, Teixeira de Pascoas e Fernando Pessoa. Que pensa desta afirmação?

B. M. — A afirmação substantiva pontos dispersos e não coincidentes da sensibilidade portuguesa que, em meu entender, essa, sim, existe. Não creio, porém, que o sebastianismo, no seu sentido actual, tenha expressividade suficiente para termos o direito, em história social e cultural, de lhe dar a categoria de «constante», na vida portuguesa. Dá-se a esta palavra um conteúdo de **esperismo** vago e difuso, um «pôr esperanças» em possibilidades que adiam a acção imediata, um optimismo de futuro, essencialmente passivo, portanto. Mas o certo é que o sebastianismo — que teria personificado esse estado de espírito — não foi nada disso, quando se manifestou na sua origem. Foi muito mais — ia dizer, exclusivamente — uma atitude ou posição política bem clara que recusava legalidade à ocupação espanhola, uma vez que considerava vivo o rei legítimo. Isto é, o termo originário não é de esperismo ou de adiamento: muito definitivamente, exprime uma atitude de desafio, na luta contra a ocupação espanhola que não era estimável. A sua transferência para a acção prática manteve-se, enquanto teve visos de execução, por diversas formas, uma delas, a de não aceitar o Prior do Crato, ligado, excessivamente, a franceses e ingle-

ses, pouco aceitáveis, então, pelas exigências que faziam. Por volta de 1620 surgiram novas possibilidades internacionais, com o duque de Bragança, e o País não foi sebastianista, ao ponto de se recusar. Aliás, esta apresentação de uma hipótese lógica, enquanto o real não desencadeia uma via que o País persegue é um fenómeno político-social que ocorre com frequência, aqui e noutros lugares.

A ideia de dar ao sebastianismo, como esperista, um conteúdo definitivo de uma parte importante da «alma portuguesa» é uma extrapolação intelectualizante e dirigista. Isto é, permite a crítica intencional ao povo português que «não passará da cepa torta», se entidades «não sebastianistas», realistas, lúcidas, concretas (elas próprias assim se baptizam) o não levarem ao «bom caminho». Nada disso exprime a história real do País. O sebastianismo é a forma que, num dado caso, tomou a experiência política portuguesa, muito mais profunda e observadora (responsável por oito séculos de independência) do que parece a alguns



intelectuais, políticos impacientes ou nervosos, os mais comuns. Incipientes tutores também. Mas quando o que propõem ao povo português lhe não agrada ou considera não ter chegado o momento de escolher, ele próprio toma uma atitude distante que lhe permite afastar com eficácia aqueles que o querem lançar num caminho que não é o seu, mas o «deles». Por outras palavras: uma das características do povo português é a sua aguda experiência política nacional. Soube sempre agir no momento próprio, mas não antes. É a atitude esculpida por Rafael Bordalo Pinheiro. José Régio, no seu admirável **Cântico Negro**, ao dizer «sei que não vou por aí» aponta para a verdadeira essência da sensibilidade social portuguesa. Nada tem de esperista.

Em conclusão, para mim, o sebastianismo é uma substantivação errada da mentalidade portuguesa, pois, em concreto, não foi o que lhe atribuem e o que dizem continuar a ser é um diagnóstico errado e intencional, a preparar críticas e consequentes tutelas. E não penso que, nesta ordem de considerações, Bandarra, Usque, Vieira, Garrett, Pascoas ou Pessoa, sejam sebastianistas. Se lhe chamam, não têm culpa.

G.G. CONTRA B.B.

Um escritor alemão, cheio de fama, desembarca em Lisboa, lê partes das suas obras, fala com as pessoas, defende o socialismo democrático e defronta, em público, simpatizantes do PCP que atacam a social-democracia.

Gunter Grass: 49 anos, 10 livros publicados, 8 prémios literários, doutor honoris causa, académico, artista plástico, ex-mineiro, ex-canteiro, militante do Partido Social-Democrata alemão.

Esteve em Portugal durante uns dias. Autografou exemplares dos seus livros "O Tambor", "O Cão de Hitler", "O Gato e o Rato" e "Anestesia Local" — publicados entre nós.

É um escritor que faz palestras nos sindicatos, um intelectual que cozinha aquilo que come em casa (e gosta de comer bem), um homem tremendamente vivo que gosta de visitar países, conhecer pessoas, discutir e conversar nos cafés com os estudantes.

No Instituto Alemão, em Lisboa, presidiu a um colóquio intitulado "O escritor e a política". Presentes, na mesa, Baptista-Bastos (Urbano Tavares Rodrigues, convidado, recusou), e na assistência, sobretudo, elementos da colónia alemã e alunos do Instituto.

"O MARXISMO PRECISA DE REVISÃO"

"A Igreja e o PC são dois edifícios rígidos, construídos da mesma maneira — diz ele. — A Igreja e os comunistas, ambos pretendem impor dogmas. Tal como os PCs, também a Igreja passou por uma fase, na Idade Média, que a transformou numa organização rígida. Hoje, porém, está tudo diferente. Os católicos podem distanciar-se em relação à Igreja e votar à esquerda."

Gunter Grass criticou o dogmatismo estreito que caracteriza alguns PCs europeus — o que provocou diversas intervenções da parte de muitos simpatizantes do PCP presentes na sala.

Baptista-Bastos concedeu então: "Bom, Gunter Grass não é um grande apreciador do marxismo. Está no seu direito." Ao que Gunter Grass retor-

quiou: "Para mim, o marxismo é uma ciência do século XIX que precisa de ser urgentemente revista."

O diálogo continuou. A dada altura, como Gunter Grass tivesse afirmado que o socialismo democrático (defendido por ele) é muito difícil de ser praticado em aliança com os PCs, Baptista-Bastos não se conteve mais e começou a defender a ideia da Frente Popular, recordando que "se os socialistas franceses tivessem escutado os apelos do PCF, provavelmente o nazismo não tinha chegado onde chegou, pois desde o início teria sido combatido devidamente".

O escritor alemão explicou depois que essa era uma maneira simplista de descrever a História, porque o que aconteceu em 1933 (nesta altura, B.-B. corrigiu para 36, mas perante outra intervenção acabou por concordar ter sido efectivamente em 33) foi que todos os partidos, e não só os socialistas, cometeram erros terríveis, porque não viram o perigo nazi.

O primeiro partido, porém, que fez uma aliança com Hitler foi o PC da URSS, facto que os outros PCs da Europa tiveram, provavelmente, de engolir em seco — acrescentou Grass.

O crítico teatral Carlos Porto, porém, não "engoliu em seco": do meio da assistência levantou-se para falar. Em termos duros, acusou Gunter Grass de criticar um partido do qual nada sabia (referia-se ao PCP) e perguntou-lhe se também criticava "a Reforma Agrária, as nacionalizações e outras conquistas dos trabalhadores".

Gunter Grass respondeu que seria bom se na RDA pudessem ter uma discussão em liberdade, como a que ali estavam tendo. Disse depois que, tendo-lhe sido feitas algumas perguntas pela assistência, ele se tinha limitado a responder e que considerava, sendo socialista e democrata, ter não só o direi-



Baptista-Bastos: "Há escritores que, por serem contra-revolucionários, merecem ser combatidos"



Gunter Grass: "Como é que os escritores comunistas podem ficar indiferentes?"

to como a obrigação de responder às perguntas que lhe eram postas.

E acrescentou: "Alegra-me que a força do PCP não seja ainda tão grande que me obrigue a sair deste país. Em relação às conquistas dos trabalhadores de que falou Carlos Porto, é evidente que, depois do fascismo, muito havia a fazer, mas muitas vezes as nacionalizações não passam de novas formas de concentração do capital em poucas mãos. A revolta dos trabalhadores de Dantzig, que a polícia comunista afogou em sangue em 1970, mostra precisamente que esses trabalhadores não se sentiam nem participantes nem satisfeitos."

Baptista-Bastos interveio para, em nítida alusão à falta de liberdade que Grass tinha atribuído à RDA, anunciar que, na RFA, um candidato do PCP tinha sido impedido de entrar. Gunter Grass mostrou não ter tido conhecimento de tal proibição e confessou-se adversário de medidas desse género.

Escritores

Baptista-Bastos e Gunter Grass no Instituto Alemão: duas concepções opostas da literatura e do homem

Tanto Gunter Grass como Baptista-Bastos eram aplaudidos por sectores — diferentes, é claro — da assistência.

O colóquio descambou depois para uma série de ataques mútuos entre simpatizantes do PS e do PC, presentes na sala. Quando os ânimos já estavam de novo mais calmos, alguém perguntou ao escritor alemão se pensava que o SPD, depois da evolução sofrida pelo partido nos últimos 20 anos, teria abandonado alguns dos princípios e características fundamentais do socialismo. Grass retorquiu: “Eu não defendo a cristalização do SPD, mas o certo é que foi este partido que, em coligação com os liberais, maior número de reformas realizou na Alemanha.”

“A ÚNICA RESPOSTA”

Virando-se então para Baptista-Bastos, Gunter Grass travou com este o revelador diálogo que segue:

G. Grass — Como é que Baptista-Bastos diz o que diz, quando sabe que para lá da “cortina de ferro, há escrito-



“O que consegui...”

Dentro do Partido Social Democrata Alemão, Gunther Grass tem sido um dos principais batalhadores em prol da democratização da cultura. No final do colóquio no Instituto Alemão, pusemos-lhe algumas perguntas sobre as suas iniciativas.

V.M. — Consta que organizou na Alemanha uma biblioteca para operários...

G.G. — Bom, é verdade que propus que fosse feita uma biblioteca. Fi-lo durante um discurso que pronunciei. Mas a ideia ainda não está concretizada, embora haja um grupo a trabalhar nisso.

V.M. — Tem feito seminários e palestras em sindicatos alemães. De que é que fala aos trabalhadores?

G.G. — De literatura e política. Eu próprio sou membro de um sindicato, o dos gráficos. Esses cursos, ou seminários, têm sido feitos em Berlim e no Norte da RFA, na Renânia do Norte, numa grande escola do sindicato dos metalúrgicos.

V.M. — Tem defendido a autogestão. Sendo militante do SPD (tem falado em comícios dos sociais-democratas), qual é a sua posição como defensor da participação dos trabalhadores na vida das empresas?

G.G. — Ultimamente o que consegui foi criar um movimento de opinião favorável à participação dos autores nos próprios trabalhos das editoras.

res que não podem publicar as suas obras, que são presos e perseguidos?

B.-Bastos — Eu respondo com outra pergunta: que fizeram os escritores sociais-democratas alemães em favor dos escritores portugueses vítimas de perseguição durante o fascismo?

G.G. — Como é que os escritores comunistas podem ficar indiferentes àquilo que se passa no seu próprio terreno, em países como a Checoslováquia ou a URSS, onde os seus colegas são perseguidos?

B.-B. — Há escritores que, por serem contra-revolucionários merecem ser combatidos. Como exemplo, posso dizer que Brasillac, um dos maiores escritores franceses, era fascista e foi fuzilado. Serve-lhes a resposta?

Uma pessoa da assistência — Não!
B.-B. — É a única resposta que eu sei dar.

TEATRO



JOSÉ MARTINS GARCIA

Imprimiu o ano passado o "Jornal do Fundão Editora", para a sua colecção *Cena Actual*, o volume "Tragédia Exacta", da autoria de José Martins Garcia. E dizemos "imprimiu" uma vez que o livro não apareceu à venda nas livrarias, logo não circulou, se exceptuarmos as ofertas que o autor ainda conseguiu movimentar com os seus exemplares privativos.

A estranheza, no entanto, atenua-se, se considerarmos que um nome como o de Fernando Luso Soares rubrica a direcção da referida colecção. Aí, a priori, as coisas clarificam-se. Então não é que um activíssimo Muti surge à frente desta *Cena Actual* e a marcar o ritmo mais do que se imprime o que se distribui?

Estamos mesmo a imaginar as coisas: Paulouro, o editor, concorda na edição da obra, a escalada gonçalvista ensaiava os primeiros passos, as posições não se encontravam nitidamente demarcadas, o então ainda não Muti Luso Soares expectante não se opõe, o livro de Martins Garcia (escritor democrata antitotalitarista, dos de antes

ESTE LIVRO NUNCA SAIU

quebrar que torcer) entra na tipografia.

Daí até à fase do prelo, o panorama altera-se, evolui (soe dizer-se), Gonçaves empertiga-se, vertebralizado pelo cunhalismo, arreganha os gestos, cria-se o Muti e Luso Soares coloca-se à testa dum bando de certos intelectuais soviéticos. Um mar de marés bálticas começa a bater as rochas atlânticas e quem se lixa é o mexilhão, perdão, o Martins Garcia.

Assim, num volta-face de que a literatura está inocente, o livro de teatro do nosso autor vai todinho, depois de impressamente pronto, parar à prateleira. Isto é um pequeno subsídio para a história original da nova censura em

Portugal, não é?

Mas o melhor de tudo aconteceu agora, volvido um ano sobre estes sucessos. O editor, ou o director literário, num gesto largo (e amavelmente legal, acrescente-se) resolve compensar o escritor de eventuais prejuízos materiais, enviando-lhe um cheque preenchido integralmente com a verba dos seus direitos de autor. Bravo!

Quanto aos milhares de exemplares tirados, nada. Direitinhos e hermeticamente selados, nem que seja para a fogueira. Cala-se a voz do criador, mas incha-se, pontualmente, a carteira das devidas divisas. Uma forma de generosamente "subornar" os seus prejuízos espirituais.

O epílogo deste "era uma vez um livro" é óbvio, quando se trata de um homem como José Martins Garcia. O tal cheque comprador de silêncios vai em linha recta para os tribunais. É aí que a democracia irá julgar os que se denodam em ressuscitar a censura que o 25 de Abril aboliu, mas que certos partidos e grupelhos se obstinam em restaurar com as suas novas roupagens escarlates e emblemas de instrumentos de trabalho amachucantes e cortantes...

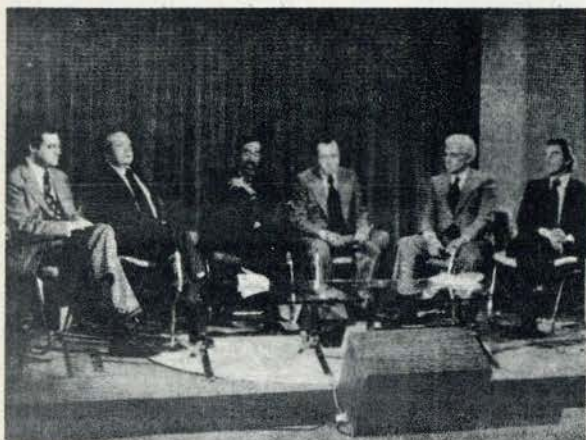
Que nunca mais um livro seja silenciado, seja em nome do que for, é a luta total que os verdadeiros homens livres estão a travar neste país!

● DÓRDIO GUIMARÃES

OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e Porto. (Entre parêntesis, as classificações da semana passada).

Título	Autor	Editor	Preço
1 (1). Moçambique, Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	200\$00
2 (2). Portugal, depois de Abril	Avelino Rodrigues e outros	António dos Reis	100\$00
3 (7). Cenas Parlamentares	Vítor Silva Lopes	Editus	120\$00
4 (-). Fogo Preso	Miguel Torga	Coimbra Editora	80\$00
5 (-). Constituição Anotada	Vítor Silva Lopes	Editus	140\$00
6 (3). Constituição Política	---	Imprensa Nacional	20\$00
7 (4). 26 Anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	130\$00
8 (-). A Tentação Totalitária	Jean-François Revel	Bertrand	125\$00
9 (-). Crónicas de Manuel de Portugal	Manuel de Portugal	Intervenção	140\$00
10 (-). Carta a Um Menino que não Nasceu	Oriana Falacci	Aracádia	60\$00



“Como vai Portugal?”: diálogo em “franciú”, com revelações interessantes

DIÁLOGOS INDIRECTOS

Enquanto, por ausência de quem queirá aproveitá-los, os tempos de antena reservados ao “Momento Político” e ao “Contraponto” vão ficando vagos, dando saída a doses maciças (e repetidas) de programas de bailado, as matérias “soi disant” políticas continuam a aflorar nos serões televisivos, ora na forma dos “frente a frente” portelianos ora na dos “amplos painéis” a que, não se sabe bem porquê, se teima chamar de “mesas-redondas”.

Fique agradado ou não com o que ouve, e também com o que vê, o telespectador, na generalidade, tem-se mostrado pelo menos interessado; e se dos programas em causa perdura um rasto de discussão, de polémica, com eco na Imprensa escrita — então, temos razões para considerar positivas as iniciativas e oportunos os aproveitamentos da RTP na matéria. (Referimo-nos, está bem de ver, ao “Diálogo em Directo” e ao debate promovido pela TV francesa com intervenção dos quatro secretários-gerais dos partidos portugueses mais votados.)

Sintomaticamente, ao apresentar a segunda edição da rubrica que a RTP lhe cometeu, Artur Portela Filho sentiu-se na obrigação de debitar um prefácio a que alguém, malevolamente, se referiu como tentativa solene de “pôr as barbichas de molho”. Em palavras que se prometeram breves mas consumiram sete minutos e meio, o audaz émulo de célebres escritores do nosso próximo passado é de intrépida jornalista do presente externo, entendeu dever explicar o desnecessário, na ilusão de certos literatos de que o público, se lhe não dizem as coisas tintim por tintim não

percebe patavina, e não é suficientemente sagaz para compreender que as intenções (confessadas) são o menos, e o que realmente acontece é que vale e justifica a crítica.

Mas Portela, preocupado pela tarefa que se impôs de fazer “pedagogia da democracia”, alinhou o á-b-cezinho do entrevistador “p’rafrentista”, arguto, irreverente, acutilante, desinibido, alegre, vivo, vivíssimo, saudavelmente polémico! Para trás a “entrevista clássica”, os Mensurados de outró tempo, os Mourões-Ferreira da pré-história televisiva! O diálogo de hoje, o da rua, da casa, do gabinete, é, forçosamente, outra loiça — tem de ser, democraticamente, um “catch-as-catch-can” das ideias e da inteligência...

Fez bem, Portela Filho, em expor a sua propedêutica, em ensinar-nos ao que vem — e o que procura. Pena foi que as palavras ficassem no longo exórdio, e tivessem aparecido esmaecidas, mornas, sem reflexo no programa que se seguiu e que, por azar, era “indirecto” — pois tivera de ser gravado, já que Emídio Guerreiro, o convidado, se ausentara entretanto para Paris, a bela capital, o “grand cercle” do espírito onde se decidiu a prolongar um exílio de 30 e tantíssimos anos.

Com outra “toilette”, e com outra disposição (quem o vira e quem o viu!), Portela foi um entrevistador amável, facilitando a Guerreiro o discurso da sua história de inconformado e persistente aficionado da liberdade, limitando-se a lançar o anzol, aqui e ali, não para polemizar saudavelmente com quem o defrontava, mas para tentar extrair nabos da púrcara, na esperan-

ça (que veio a patentear-se vã) de levar Guerreiro a alfinetar Carneiro, de conseguir por caminhos ínvios chaterar o PPD... Ele, sempre desatento na expectativa ansiosa de espetar a sua farpa no “diálogo”, com aquela sua proverbial incapacidade para se concentrar na audição do que estão a dizer-lhe — reparem como foi lesto quando Guerreiro, depois de confessar a sua inabilidade para chefiar o que quer que fosse, lembrou que, “agora, no PPD, comanda-se...” (em posição a “orienta-se”). O sublinhado surgiu como uma flecha, ou um acto falhado: **Exacto!**

Exacto? Para quem? Para Portela? Mas que tem a gente a ver com a opinião de Portela? Gato escondido — vamos a ver em futuros “frente a frente”, em directo, claro, e com todos os dialogantes, se o rabo virá a ficar irreverentemente de fora...

Mas Portela é uma tentação, e o espaço mingou para o resto. E o resto, com o devido respeito, foi o prato forte do “painel” dos secretários-gerais em “franciú”, e algumas das coisas (não muitas, convenhamos) que lá se disseram e merecem registo para a futura crónica da Revolução. A começar pelo “não” peremptório de Vítor Alves quanto aos tantas vezes presumidos contactos do “movimento dos capitães” com os “partidos” antes do 25 de Abril — negativa que, de certa maneira, subsequentes declarações de Soares e Cunhal, no mesmo programa, vieram diluir um bocadinho.

Importante saber-se, também (V. Alves o disse), que o “movimento subversivo nas Forças Armadas” remontaria a 1954 — 20 anos antes do 25 de Abril, com os capitães da revolução a saírem da instrução primária. E interessantes as palavras do mesmo V. Alves acerca do “programa” do MFA (sublinhadas com um grande plano de Cunhal com o rosto inundado de esparsos sorrisos), sobretudo ao revelarem-nos que ele apontava, clara, iniludível, a via socializante...

Mas para além do acento eslavo do francês exibido por Cunhal, da calma de Soares, do patente constrangimento de Amal, da impecável pronúncia de Carneiro, da desinibição (reparou, Portela?) do “moderador”, outras coisas curiosas nos ofereceu esta versão legendada dos “Cahiers de l’ecran” da segunda cadeia da TV francesa em boa hora retransmitida pela RTP. Mas porque bonda por hoje, talvez venhamos a fazer-lhes referência noutra oportunidade.

A sério! Nem tudo “son des fables...”

Mesmo o revolucionário que nele havia, escapou à observação daqueles que se habituaram aos alardes de emotividade de homens desse tipo. Isso não impediu, contudo, que a República o incluísse num "poster" onde se representavam as figuras mais influentes para a vitória da revolução. Não obstante, a sua índole de artista e homem público, à luz de hoje, é um tanto superficial e apressadamente objectivada.

Em Paz dos Reis, o homem de laboratório e ensimesmado (e não menos maravilhado) foi superlativo à estereotipia dos valores convencionais ou convencionáveis. Num país pouco acostumado ao convívio com sábios, foi ele mal estimado. O certo é que "simultâneo" dos irmãos Lumière (homens indiferentes ao fenómeno artístico) Paz dos Reis antecipou-se "lendo" no cinema uma nova fonte de expressão criadora.

Aí, talvez, tenha sido ele, historicamente, o primeiro homem do cinema mundial. Os seus filmes possuem uma factura plástica e uma prospecção de expressividade, de todo em todo indetectável nos filmes dos irmãos Lumière, estes exclusivamente aplicados ao aspecto científico.



Cartaz brasileiro das sessões do "Kinetógrafo Português"

Cerca de trinta pequenos filmes se mantêm ainda "vivos". Vê-los e apreciá-los na sua verdadeira dimensão é privar com a verdade do que atrás enunciamos. Fica aqui um apelo à Cinemateca Nacional (que sabemos ser um departamento que está a ser devidamente levado a sério) que em breve e oportunamente deveria promover uma "visão" sistemática da obra de Aurélio da Paz dos Reis, pioneiro do cinema português e, quem sabe, do cinema de arte mundial. ■ D. G.

A CAMINHO DO PRECIPÍCIO

● "Mr. Majestyk", realização de Richard Fleischer. Interpretado por Charles Bronson, Al Lettieri, Linda Cristal e Lee Purcell. Produção norte-americana, distribuída em Portugal por Rank Filmes de Portugal. Em exibição em Lisboa, no cinema São Jorge.

O que faz correr o cinema americano para o precipício? O reincidir em modelos por de mais ultrapassados? O insistir num tipo de sociedade, vista por dentro, que se macera e decompõe desde os anos 30? Ou simplesmente o meditar saudosista de relações humanas que não conferem com a realidade agora existente?

Desacertou-se o passo com o país de facto que são hoje os E.U.A. Demasiados traumas internos, excessivas guerras pelas sete partidas do mundo extrapolaram o povo americano, fazendo-o recuar, como que à procura do tempo perdido, por um processo de remorso ou de cura psicanalítica.

Com "Mr. Majestyk" regressa-se ao culto do herói-actor, precisamente quando no mundo do cinema moderno se condenou à morte esse arquétipo de vedetismo, em que toda a obra se concentrava e condicionava em prol da personalidade do protagonista.

Estranho esforço no sentido de revivificar um género de cinema que fez as delícias dos anos 40, mas que quase nada deixou de perdurável, para lá do brilhantismo das interpretações. Assim, este filme é feito exclusivamente para evidenciar os dotes extrovertidos dum actor, Charles Bronson, pretenso herdeiro dos maus-de-coração-bom-aborrecidos, oriundos da segunda guerra mundial, agora actualizados após as agruras do Vietname.

Homens duros que, danificados pelas guerras na estranha, vêm encontrar uma América igualzinha àquela dos guerreiros regressados da França de 45 ou da Coreia de 52.

Porém, todos os Bronsons, desta típica cinematografia "yankee", só têm razão de existência perante uma nação falsamente estatística há cerca de quatro décadas. Imagine-se, pois, o absurdo histórico de filmes como este em pleno 1976 e o que representam!

Que se passa com o cinema americano? Não, é evidente, com o comprovadamente responsável (que esse reserva-se aos festivais da dignidade e aos pequenos circuitos comerciais), mas com aquele que abre mercados e tenta impor uma imagem de mínima qualidade e significado e garante simultaneamente uma indústria de apreciáveis resultados? Consagrar a mediocridade e contribuir para a vertiginosa linha descendente do seu prestígio? Promover a alienação sistemática, através de películas como "Mr. Majestyk", que extraem as mais baixas emoções que "vivem" na maioritária média das populações?



Charles Bronson em "Mr. Majestyk": herói à força

Este caminho só contribuirá para afugentar a curto prazo não só esses públicos, que se encontram em vias de transformação, como também, e mais perigosamente, os cineastas de nível que poderão recuperar o cinema americano dos nossos dias. Veja-se, por exemplo, o caso de um Stanley Kubrick, que se refugiou em Inglaterra para poder realizar os grandes e belos filmes que tem de fazer.

É forçoso que "Mr. Majestyk" seja o epílogo de um cinema que a América tem de matar, a bem dos homens que vêm no cinema uma leitura tão essencial e poderosa para o espírito como é a literatura, a pintura ou a música. ■ D.G.



UMA SENSACÃO DE DESÂNIMO

Claudia Cardinale num brejeirismo supérfluo de muitas ligas, cuequinhas e "spaguetti"

● "Meia Noite de Prazer". Realização e argumento de Marcello Fondato. Protagonizado por Claudia Cardinale, Vittorio Gassman, Renato Pozzetto, Monica Vitti e Giancarlo Giannini. Produção italiana, distribuída em Portugal pela Talma Filmes. Em exibição em Lisboa, no cinema Império.

Há que reinventar a comédia cinematográfica italiana. Depois de um certo neo-realismo pícaro, sublimado um realismo crítico através da obra final de Pietro Germi, que resta do moderno humor italiano? Um cansado decalque de fitas passadas, um brejeirismo supérfluo de muitas ligas, cuequinhas e "spaguetti" e, por fim, este incipiente, embora gracioso, "Meia Noite de Prazer".

Porém, todo um incharacterístico de expressão, denotando a crise aguda e desmotivada por que atravessa a ironia transalpina, se desprende deste último espécime de um caduco latinismo sorridente.

A crítica deixa de ser mordaz, porque se faz com caracteres humanos e sociais falseados. O estafado "latin lover", useiro e vezeiro de um turismo de velha memória, volta ao "écran" com as suas desastradas aventuras. A graça do típico conceito do amor à estalada também já começa a saber a uva podre.

Muito pouco, portanto, se extrai deste (tecnicamente bem acabado) "Meia Noite de Prazer", a não ser o bom gosto, aqui e além, que informa as colagens de cenas de êxitos do passado, condimentadas de um decadentismo que às vezes podia ser uma saída airo-sa. Mas não é.

A pobreza de estrutura, a inventiva mole,

a panaceia de recursos entristece pelas rendas velhas que ostenta de uma época ainda recentemente áurea e tão prematuramente arruinada.

Os próprios intérpretes da película (gloriosas máquinas do melhor cinema italiano) dão uma imagem nada condigna dos seus pergaminhos e da alegria do que encarnavam. Exaustos títeres de uma mecânica exuberante, que hoje apenas têm para dar a emperrada engrenagem do seu saturado uso.

Traz-se uma sensação de desânimo após a projecção. E a saudade inevitável nestas coisas de sermos portugueses, observadores e de boa memória. E por saudosismo entende-se aspirarmos por nóveis continuadores dos criativos cineastas italianos da década transacta... ● D.G.



Bailado

"SILFIDES" EM ATRASO

O Ballet Gulbenkian termina este mês a temporada de 1976, dando cinco espectáculos com um programa no qual se incluem duas reposições e uma estreia.

"As Sílfides", obra de fundo do repertório da companhia (na imagem), abre o programa, seguido dos "Catulli Carmina", de John Butler, sobre a célebre música de Carl Orff. A encerrar, "Ecce Homo" — nova coreografia, encomendada a Joseph Lazzini, considerado um dos primeiros nomes da dança moderna francesa.

A companhia está a atravessar uma fase difícil em todos os aspectos — e não estão ainda determinadas as iniciativas a realizar em Junho e Julho, antes de os bailarinos entrarem em férias. Este último programa, aliás, chega ao público com algumas semanas de atraso, em relação ao previsto.



DA REVISTA À FARSA

O Teatro ABC, que tem servido quase exclusivamente de palco para revistas, resolveu mudar de género, enveredando pelos domínios da farsa.

O espectáculo é pretexto para voltarmos ao contacto com uma grande intérprete: Irene Isidro, a dama galante das altas comédias portuguesas. Assinale-se, ainda, o reaparecimento de uma "veterana": a impagável Luísa Durão, viúva do famoso Costinha. O principal papel é de Nicolau Brayner — que vemos, na imagem, numa cena da nova farsa.

Brecht em catadupas

Um grande acontecimento teatral dos últimos dias de Maio foi o reaparecimento do Teatro Experimental de Cascais, que há meses estava a ensaiar a "Ópera dos Três Vinténs" — outras das obras fundamentais de Bertolt Brecht, autor comunista alemão e grande figura do teatro moderno, que, assim, tem os seus originais mais importantes encenados em vários teatros portugueses.

Com a maioria das suas peças proibida antes do 25 de Abril de 1974, o nosso público estivera privado do conhecimento de um autor que agora lhe chega em catadupas.

Resta perguntar qual é a companhia que tem coragem para erguer o seu "Galileu Galilei". Para bom entendedor...

POIS CAN TÊ!!

GRUPO DE ACÇÃO CULTURAL



"POIS CANTÊ"... E DAÍ?!

"Pois Cantê" — Grupo de Acção Cultural — LP "Vozes na Luta"

Quem é o Grupo de Acção Cultural?

Como o nome indica, surge como um meio de cultivar quem o oiça. Mas, passados que são praticamente dois anos das "Vozes na Luta", parece que ainda não é desta que as massas se sensibilizam à cultura que eles veiculam.

Ausentes do vinil desde "A Cantiga É Uma Arma", o G.A.C. surge-nos como um grupo indefinido musicalmente, ainda que (honra lhes seja feita) bastante bem definido politicamente.

"Pois Cantê" é o título do LP. É também uma expressão popular, como popular em vários sentidos pretende ser este trabalho, cujo motor, ainda que disfarçado num trabalho dito colectivo é José Mário Branco.

Isto se descobre na faixa mais equilibrada do disco: "Cantiga do Trabalho", em que é José Mário quem canta, numa música quase perfeita, bem instrumentada. Apenas um senão. E bem grande, por sinal: o sacrifício total da linha melódica a favor duma letra metida à força, em que nem o saber articular as palavras do intérprete esconde os erros de acentuação que negam a fluência melódica.

Além disto, pretende também este disco uma aproximação daquilo a que chama "cultura popular".

Desde o uso e abuso de adufes, gaitas de foles e outros instrumentos de cariz popular, até ao aproveitamento dum tradicional minhoto ("O Coro das Maçadeiras"), passando pelos coros tipo alentejano usados também em demasia, tudo é rebuscado e falsamente envolvido numa atmosfera popular.

De realçar, entretanto, a boa entoação da intérprete de "Cantiga sem Maneiras" (Toinas?) e a má qualidade do todo (letra, música e interpretação) de "Maria".

Pena é que se sacrifique assim a música ao serviço duma ideologia (desta ou de qualquer outra).

No folheto que acompanha o disco, onde estão escritas também as letras, pede-se, ainda que demagogicamente, que as pessoas mandem para o G.A.C. as suas críticas. Para que eles progridam. E terminam, dizendo que, "a Cultura Popular é uma pequena roda dentada e um pequeno parafuso da máquina geral da Revolução".

Mas qual revolução? No que respeita à música, este disco é o exemplo acabado da involução completa.

F.G.

Descubra a Holanda!

APA 76



a partir de

4.295^(*)

VIAGEM DE TURISMO
Avião, ida e volta. Hotel, quarto (casa banho priv.)
Peq. almoço. 1 excursão.
(todos imp. incluídos)

a partir de


6.425^(**)

VIAGENS DE ESTUDO
Avião, ida e volta. Hotel.
Todas as refeições.
Conjunto de visitas técnicas.
Autocarro privativo.
(todos imp. incluídos)

7 dias e 6 noites na Holanda!

Os moinhos, as túlipas e os canais — se gosta de fazer turismo, — ou... uma viagem de estudo com guias intérpretes para um conjunto de visitas técnicas a qualquer sector específico: ensino, agricultura, cooperativas, tecnologia, centros experimentais, serviços sociais, sindicalismo.



Queiram enviar folheto "Descubra a Holanda" 

nome _____
morada _____

Recorte este cupão e remeta-o para o seu Agente de Viagens ou para a KLM:
Praça Marquês Pombal, 4 - L. 1 - T. 537095 ou para a TAP:
Rua Duque de Palmela, 23-3.º - L. 1 - T. 538852
Praça D. Filipa de Lencastre, 3 - Porto - T. 26371

^(*) Preço por pessoa para um grupo de 9 pessoas (à partida de Lisboa) ou de 5 pessoas (à partida do Porto, Faro e Funchal) viajando juntas.
^(**) Para grupos com o mínimo de 21 pessoas.
Preços ligeiramente acrescidos para grupos menores.

POETA-GUERRILHEIRO NO PALÁCIO FOZ

Christo Botev, poeta, socialista e guerrilheiro foi o homem que encabeçou o levantamento popular que, há 100 anos, precedeu a independência da Bulgária. Considerado herói e poeta nacional no seu país, Botev é agora evocado numa exposição que está patente no Palácio Foz, em Lisboa.



Na Bulgária, o nome de Christo Botev está presente em todo o lado. A agência oficial Sofia Press edita as suas obras, a sua biografia e os testemunhos de admiração que sobre ele escreveram pessoas como Elsa Triolet e Paul Eluard.

“Um dia — diz Triolet — todos os conjurados aceites pelo “comité” montaram nos cavalos e, com frei Dionis à cabeça, armados como os turcos, com duas pistolas e um *yatagan*, saíram da cidade de Vratza. Por toda a parte onde passava, a procissão era acolhida por grupos revolucionários. Datam desse momento os preparativos da revolta.”

Passava-se isto no célebre mosteiro-fortaleza de Rila. Em 1876 — fez agora um século — deu-se, na Bulgária, o Levantamento de Abril, contra o domínio dos turcos. Christo Botev, poeta e guerrilheiro, ficou para a História como um símbolo da revolta — na qual, aliás, encontrou o seu fim. Mor-

reu com 28 anos apenas, este homem de quem os búlgaros comemoram — como dia nacional — a data do falecimento.

Christo Botev dizia que “ninguém tem poder sobre uma cabeça que está pronta a saltar dos ombros pela liberdade e pela felicidade da Humanidade”. Em 1876, atravessou o Danúbio comandando um destacamento armado de revolucionários búlgaros exilados na Roménia para ajudar o povo revoltado contra a Sublime Porta. De 17 de Maio a 2 de Junho, a coluna lutou, até que foi dizimada nas montanhas de Balcana, junto de Vratza,

num combate onde o poeta encontrou a morte.

A revolta popular vencida foi vingada dois anos depois pelos russos que, tendo derrotado a Turquia, favoreceram a independência da Bulgária — desde 1386 sujeita ao poder otomano.

Christo Botev pertenceu ao “comité” revolucionário de que fizeram parte Vassil Levski e Liuben Karavelov. Foi, pode dizer-se, o mais ilustre de todos os *haidouks* — esses homens que, desde o século XVI, mantinham viva na Bulgária a guerrilha contra os turcos.

Na exposição do Palácio Foz, mais do que Botev, é a Bulgária inteira que se nos mostra, no seu presente e no passado de revoltas. Algumas fotografias apenas recordam o jovem poeta que ficou como um símbolo da luta pela liberdade do seu povo. ● F.S.





Christo Botev: o herói nacional búlgaro. Em baixo, um quadro de Poptoshev: "A legião búlgara em combate com os turcos nas proximidades de Belgrado"



Arte oficial

Muito provavelmente, já não se realizará em Moscovo e em Leninegrado uma exposição retrospectiva da pintura portuguesa deste século, programada pela Secretaria de Estado da Cultura, com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Com efeito, o Ministério da Cultura soviético terá feito saber à Embaixada de Portugal em Moscovo a inoportunidade de tal exposição, dado que inclui pintura abstracta — o que constituiria um insulto aos hábitos estéticos do povo russo.

Em contrapartida, o mesmo Ministério da Cultura teria sugerido à nossa Embaixada a vantagem de uma exposição de arte exclusivamente realista — essa, sim, de acordo com as concepções da arte oficial soviética.

Só não sabemos se a Secretaria de Estado da Cultura já está informada dessas exigências do Governo soviético em matéria de arte portuguesa. E, no caso afirmativo, que pensa fazer a Secretaria de Estado do dr. David Mourão-Ferreira? ■

os livros... odeio-os

OS LIVROS PROVAM-ME QUE AINDA TENHO MUITO QUE APRENDER. ODEIO OS LIVROS. OS LIVROS FAZEM-ME PENSAR. ODEIO-OS. OS LIVROS GERAM POLÊMICAS. ODEIO OS LIVROS. OS LIVROS DIVULGAM CULTURA. ODEIO-OS. OS LIVROS NUNCA ME DEIXAM SOZINHO. ODEIO OS LIVROS. SOU VERDADEIRAMENTE REACCIONÁRIO!

(Nota do editor: ... mas se você não odeia os livros, estes que anunciamos estão à venda em todas as boas livrarias...



TEORIA POLITICA E SOCIALISMO

Umberto Cerroni
Esgotam-se com Marx e Lenine as possibilidades de realização do socialismo em termos de organização política? O autor, um dos melhores especialistas italianos de marxismo, examina de forma exaustiva as outras formulações feitas.

A CRIANÇA E OS ADULTOS 1. O Meio Familiar

Denise Saada
Especialista em psicoterapia, a autora analisa neste volume as relações entre a criança e os adultos do meio familiar. Um livro fundamental em todos os lares onde os pais se interessem pelos filhos.

A CRIANÇA E OS ADULTOS 2. O Mundo Extrafamiliar

Denise Saada
Na sequência do livro anterior, é nesta obra analisada a relação entre a criança e o mundo que a rodeia fora da família: os professores e os outros adultos. Uma obra útil a todos os pais e de grande interesse para todos os professores e educadores de infância.

A CONVIVENCIALIDADE

Ivan Illich
«Escolhi o termo 'convivencialidade' para designar o contrário de produtividade industrial.» A *Convivencialidade* pretende ser uma teoria acerca dos limites naturais do crescimento da sociedade humana e da evolução que essa sociedade terá numa fase posterior.

A ELECTRÓNICA

Régis David
Um livro claro e conciso que constituirá uma óptima introdução para quantos desejam abordar o fascinante estudo da electrónica. Ilustrado com esquemas, fórmulas e tabelas.

O JARDIM PERFUMADO

Xexue Nefzaui
O Jardim Perfumado é o famoso manual árabe sobre a arte e os prazeres do amor físico... Um panegirico do amor, um cântico à sensualidade, um clássico do erotismo. O que o *Kama Sutra* é para a civilização hindu é *O Jardim Perfumado* para a civilização árabe. Em texto integral nos «Livros de Bolso Europa-América».

OS CHARLATÃES DA NOVA PEDAGOGIA

Lucien Morin
Uma obra profundamente polémica em que se criticam não as tentativas válidas de fazer evoluir a pedagogia, mas as veleidades daquilo a que o autor chama «os charlatães da nova pedagogia». Um livro extremamente polémico. Um livro que interessa desde o professor primário aos lentes das universidades.

INICIAÇÃO POLITICA — O Homem e o Estado

Raymond Polin
Quais os deveres do cidadão face ao Estado e aos outros cidadãos? Onde têm origem esses deveres? Como se corporizam? Como conciliá-los com a natureza livre do homem? Quais os seus limites? Um livro oportuno para professores e alunos de Introdução à Política.

ALEXANDRE MAGNO

Gerhart Ellert
A história romanceada, mas rigorosamente verdadeira, do génio militar que fez nascer uma nova civilização. Um livro para os jovens dos 10 aos 16 anos. Os seus filhos também devem ler bons livros.

... e também nas Feiras do Livro de Lisboa — Pavilhões 28, 29 e 30 — e do Porto — Pavilhões 6 e 7

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
LIVROS PARA QUEM SABE O QUE DEVE LER

UMA ESCOLHA DECISIVA

Nunca o fenómeno eleições num país de turbilhão como os Estados Unidos terá assumido uma gravidade e uma projecção mundial tão pesadas como o que neste momento decorre. E poucas vezes um presidente terá sido escolhido sob tanta pressão dos acontecimentos externos, da sua previsão e da sua imposição como factor decisivo.

Os próximos quatro anos do mundo vão carregar-se de importância fundamental. O futurismo de Orwell, datado para 1984, antecipa-se à cadência da vertigem de transformação que percorre a Humanidade. E, a menos que essas transformações sejam ainda mais radicais do que se possa razoavelmente prever, a equipa que habitar a Casa Branca a partir do próximo ano terá nelas um papel relevante a desempenhar.

Nos próximos quatro anos, os eixos dos poderes mundiais poderão alterar-se profundamente. Ao gigantismo das "cabeças" de hoje, poderá suceder-se um novo equilíbrio assente numa mutação fulgurante, quer de apoios quer de valores em causa. O ruir das dominações coloniais fez avançar por décadas as tentativas de imperialismos ideológicos, a cujos primeiros sintomas se assiste, na África e no Sudeste da Ásia.

O desmoronar dos padrões económicos que reconstruíram a Europa Ocidental no após guerra ergueu, avassalador, a instância de um novo figurino: aí está a Itália, aqui está Portugal na primeira linha, gritante, da busca imediata dessa solução por achar. Numa segunda linha, não menos absorvente embora mais dilatada no tempo, uma França, uma Grécia, uma Espanha.

No conjunto europeu, portanto, o parto de uma era diferente — que passa, naturalmente, pelos sobressaltos da NATO, pela agressividade defensiva de uma CEE ainda mal consolidada, pelas tentativas de reconversão tecnocrática lideradas pelo inteligente Giscard d'Estaing — o obreiro de Rambouillet e da recente cimeira africana em Paris.

A China, momentaneamente preteri-



Hubert Humphrey: o eterno derrotado continua a pensar na Casa Branca

da em África, concertara, o ano passado, uma fase inicial de aparição diplomática no âmbito ocidental: Teng Hsiao-Ping é recebido na Europa, e é anfitrião de dirigentes europeus em Pequim; a CEE dá "agrément" ao primei-

ro embaixador chinês; e, numa manobra subtil, Mao recebe Ford e Kissinger, para logo em seguida convidar Nixon. Dá-se, depois, a campanha interna contra Ping, que a URSS comenta e os Estados Unidos silenciam.

Helsínquia, Vladivostok e os seus acordos formalizam a fragilidade dos grandes encontros e dos grandes tratados. Ainda os chefes de Estado não tinham sido fotografados na hora das assinaturas e já nos corredores se iniciavam os entendimentos que haviam de pulverizar ingenuidades.

Na Finlândia, a declaração ficou para trás: o importante passou a ser, desde logo, a interpretação que cada parceiro lhe atribuiu. Às invectivas de logro que lhe foram abundantemente dirigidas, a equipa Ford respondeu com a tese do mal menor: ou isso ou a continuação da guerra fria.

Meses decorridos, a presença cubana em Angola socorre-se do fundamento da solidariedade internacional. A América enrodilha-se, erra no cálculo das suas próprias possibilidades de actualização — e fica-se.

A Conferência de Nairobi, reunida agora pela UNCTAD, estigmatiza os desníveis bruscos de capitação mundial. O grupo dos 77 (depois 111) culmina, ali, uma progressão iniciada em Bandung e sistematicamente levada a cabo nas Nações Unidas, onde o Terceiro Mundo, constituído em bloco de força crescente, soma vitórias políticas. Luta agora, justamente, pelos consequentes resultados económicos. E os Estados Unidos, cuja soberania em relação à América Latina se saldou cara ao nível da opinião pública mundial, apressam-se a tentar emendar a mão quanto aos erros grosseiros praticados em África. A Rodésia será o bode expiatório. Tarde — e sem que essa moeda compre a confiança geral ou permi-

ta dali sacudir tutelas adversárias.

Entretanto, a chamada "política Ford" para o Pacífico funda-se numa base de esperança: fracassada a Indochina, desperte-se o odiado Japão, agora convertido no amigo sólido. Hirohito vai à Disneylândia.

No dia em que Ford partia para Pequim, um comentador perguntava, em Nova Iorque, se seria de perdoar que o presidente fosse "perder tempo lá fora, quando há tanto que fazer na União".

E este é, finalmente, o mais feroz dos pontos de análise para qualquer dos candidatos: como ciclicamente acontece nos Estados Unidos, o povo americano vive uma fase de isolacionismo.

O pós-Vietname traduz-se por uma raivosa introspecção, em que o sentimento de culpa e de frustração se redime e consola em ataques às movimentações de Kissinger e num surdo recrudescimento ds teses compensatórias,



Jimmy Carter na campanha eleitoral: um "outsider" com êxito

de grandeza americana "malgré tout".

Enfim, as sérias desavenças Executivo-Senado (sobre a Indochina, primeiro; sobre Angola, depois) barram — a prosseguirem — os caminhos do próximo presidente.

É neste panorama que se iniciam os quatro anos do novo chefe da Casa Branca. Herdeiro das crises mortais

que atingem os "nervos" da potencialidade económica do país (as multinacionais), esse homem e a equipa que escolher terão de assumir opções de extrema agudeza. Se, como disse Averell Harriman, nos EUA *nenhuma política externa vinga se os americanos não concordarem com ela*, o futuro presidente terá de manobrar no duplo trapézio de um povo em ressaca e de um mundo agitado por ideais que frontalmente se chocam com o que esse próprio povo deseja, apesar de tudo, manter.

UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA

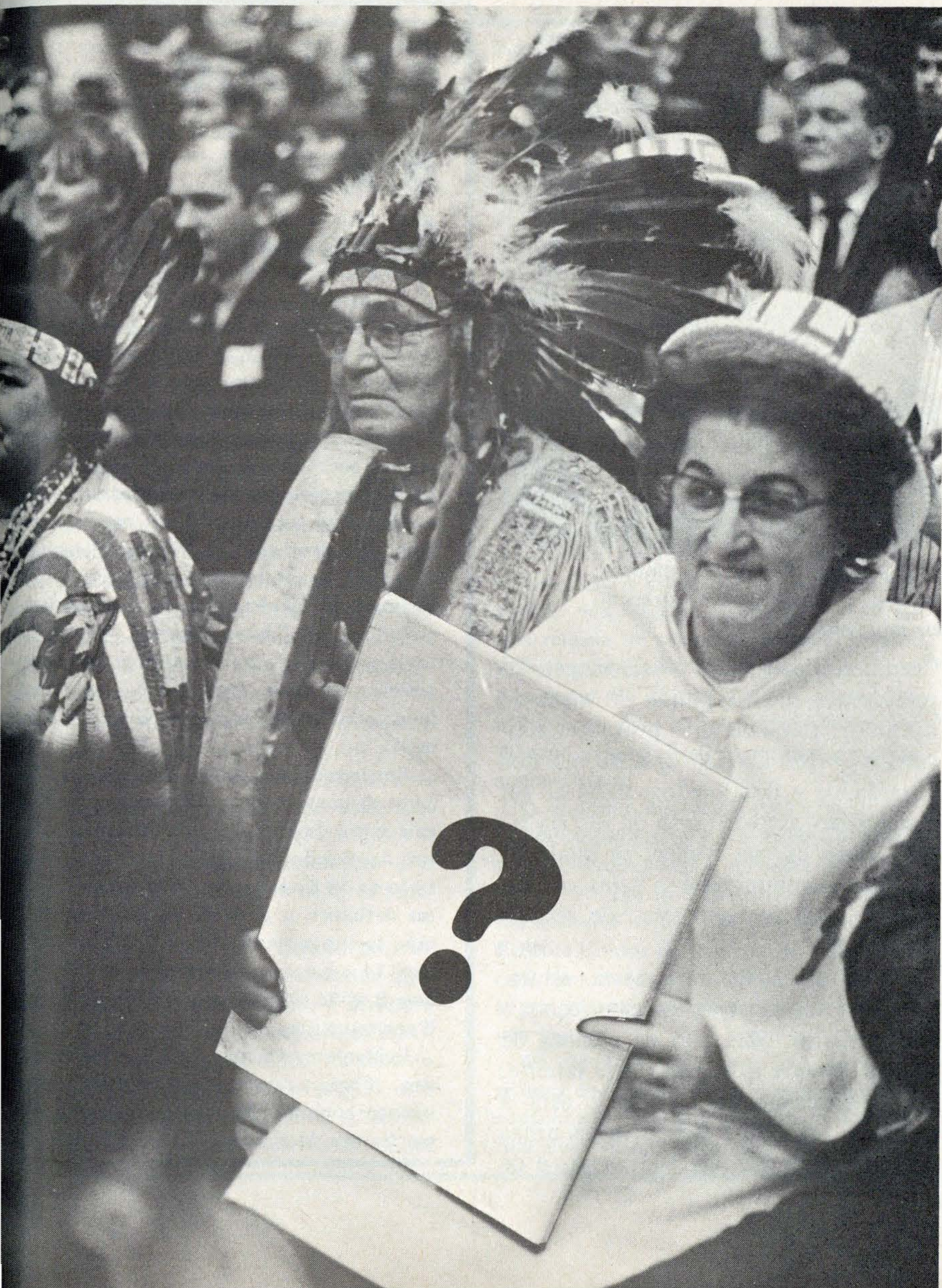
"Uma mulher qualificada" seria aceite pelos americanos para presidente, segundo uma sondagem efectuada o ano passado. As pesquisas de opinião vieram revelar, depois, que duas das seis mulheres mais aptas para o cargo são negras.

De entre 700 depoimentos recolhidos pela "Redbook", semanário feminino de grande circulação nos Estados Unidos, que entrevistou políticos, senadores, deputados, comentadores, jornalistas, "votaram-se" primeiramente seis nomes.

Barbara Jordan, negra, 39 anos, deputada do Texas e lançada há pouco na cena política, foi a mais cotada com 44 por cento dos pareceres favoráveis. É tida por oradora "fabulosa" e declara-se abertamente sobre a valorização da determinação dos países em vias de desenvolvimento. Segue-se-lhe Ella Grasso, governador do Connecticut, 56 anos, democrata, com 33 por cento, que é de opinião de que "a presidência deve ser um estado de reflexão sobre nós próprios, onde seja possível levar a bem as mudanças que a evolução do mundo propõe..."

Chirley Chrisholm, 50 anos, democrata, negra, antiga professora do Harlem e especialista em problemas de educação, declarou que poria fim a qualquer equívoco alimentado a nível nacional, pois que "a política dos Estados Unidos foi de uma hipocrisia total até agora". Martha Griffiths, 63 anos, democrata, desejava a verdadeira liberdade. Frances Farenthold, 49 anos, advogada, democrata, pretendia seguir o programa dos direitos cívicos de Johnson e instituir um Ministério da Paz.

Finalmente, Anne Armstrong, 47 anos, a única republicana da lista, é mulher de um grande proprietário texano e ex-presidente do seu partido. Problemas económicos seriam o tema das suas reformas, se fosse eleita. Diz que "gostaria de ver renascer a fé na América".



EUA: ano de eleições

AS DUAS INTERROGAÇÕES

Se, no contexto internacional, estas eleições constituem um capítulo não negligenciável, nem por isso é menos importante, sob o ponto de vista interno americano, o figurino que a Casa Branca vai assumir.

Não se trata tanto de saber se a opinião pública americana apoia ou rejeita, pontualmente, esta ou aquela tese tributária, esta ou aquela solução para o "busing", ou qualquer outro tema marcante da política interior. Essencialmente, o teste eleitoral deste ano constituirá numa funda sondagem ao estado de espírito da Nação americana, face a dois capítulos vitais: Que concepção de presidente? Que papel para os assuntos externos, na condução da Casa Branca?

Face a estas questões, como se anunciam, presidencialmente falando, os candidatos com mais possibilidades — Ford, Reagan, Carter — e também esse outro nome atrás das cortinas, Hubert Humphrey?

A complexidade da presente corrida à Casa Branca, com os seus golpes de surpresa e a intensidade das campanhas para as primárias, leva alguns observadores a concentrarem-se num tema de fundo, muito caro aos ideólogos da democracia norte-americana: que figurino presidencial quer aquela nação, neste momento?

Trata-se de uma velha querela, que ressuscita, invariavelmente em tempos de crise. Mal saído da era vietnemesa, o país volta a equacionar-se em redor da discussão: uma presidência forte, personalizada e interveniente segundo as concepções liberais e tradicionais, ou uma presidência passiva, mais coordenadora que decisória, descentralizada e submetida ao controlo activo das instituições representativas da vontade popular?

O debate, recorde-se, atingiu nível alto quando, em 1968, McCarthy e John F. Kennedy o tornaram polémico — o primeiro, pronunciando-se a favor da concepção descentralizadora da teoria Whig, e o segundo, defendendo o modelo de Jackson e F. D. Roosevelt, de uma chefia forte, capaz de aglutinar forças desunidas. Este país é bom, se o presidente quiser deixá-lo ser — insistia McCarthy, para quem o dever do presidente é libertar os indivíduos, deixando-os determinarem a sua própria vida. Para Kennedy, a força de um presidente era elemento imprescindível para a unidade interna e o prestígio externo.



Morris Udall (democrata): poucas hipóteses, depois de uma arrancada promissora.

Como explicou Arthur Schlesinger, "o presidente, sob o ponto de vista de Kennedy, tinha de ser o protector activo dos grupos alienados, a tribuna dos desertados e desalojados; tinha de ser o campeão activo, tanto da justiça racial como da paz civil e, se qualquer presidente renunciasse a estas obrigações, o país corria o risco de se desmembrar."

É difícil aventurar, nesta altura, qual seja a inclinação dos americanos a este respeito. Mas não há sombra de dúvida de que a questão está latente. Compreensivelmente, aliás. É esta a primeira vez que a Nação vai às urnas após a derrocada do Vietname, e os

eleitores têm muito presente as circunstâncias que tornaram possível essa confrangedora derrota do prestígio americano no mundo.

Os americanos recordam, muito especialmente, que foi uma concepção de presidência forte, que permitiu a Johnson usar os seus poderes, de forma considerada arbitraria, ao decidir a escalada da guerra. E não apenas os eleitores, mas o Congresso, que se viu então preterido e arrastado para um facto consumado, que muito possivelmente teria rejeitado se conhecesse a verdadeira imagem desse envolvimento.

Por outro lado, pesa agora, no sentimento de frustração nacionalmente vivido, a retirada súbita e desordenada que os Estados Unidos fizeram, fazem, ou serão obrigados a fazer, por pressão de um mundo que se lhes aparece cres-

Em jogo a 2 de Novembro

Paralelamente à campanha presidencial, decorre, por todo o país, uma agitada conjugação de campanhas, jogos de influência e tensões de bastidores. No dia 2 de Novembro, os previstos 90 milhões de eleitores que acorrerão às urnas irão, simultaneamente, escolher os 435 membros da Câmara dos Representantes (que nesta altura eram 290 democratas e 145 republicanos), 33 novos senadores (em substituição de 21 democratas, 10 republicanos, um "conservador" e um "independente", que verão terminados os seus mandatos) e 14 governadores estaduais. A par disso, estarão em jogo milhares de cargos municipais e estaduais.

Em termos de balanço partidário, os lugares de governador de Estado têm vindo a cair sensivelmente nas mãos dos democratas. As eleições de 1968 deram-lhes o controlo de 19 Estados; em 1972, os democratas detinham o governo de 30 Estados, a que se juntaram posteriormente mais 6. Dos 14 lugares que vão agora ser disputados, 8 estão preenchidos por democratas e 6 por republicanos.

Evidentemente que cada partido busca um máximo de homogeneidade neste imenso conjunto de lugares de poder. Se, em termos de eficácia, o topo não funcio-

centemente intolerante. E, passando de um extremo a outro extremo, (como é próprio do sentir daquele país) há quem reavive as palavras de Nixon, no auge da euforia expansionista, em 1967: Uma das heranças do Vietname será, quase de certeza, uma profunda relutância, por parte dos Estados Unidos, em repetirem um envolvimento em moldes semelhantes... Se outro país amigo estiver a braços com uma insurreição comunista com apoio externo, será difícil saber se o público americano ou o Congresso, apoiariam uma intervenção americana unilateral, mesmo a pedido do Governo em causa.

Sob este aspecto, as tendências em jogo definem Carter como um partidário de uma presidência descentralizada. Para o candidato democrata, Washington deve deixar de ser a fonte maioritária do poder interno, confiando

na correctamente, se o Executivo e o Legislativo não compartilharem da maioria de pontos de vista, assim também grande parte do trabalho (e das intenções) do aparelho federal pode anular-se em sucessivas barreiras que os poderes estaduais entendam levantar-lhes. Ciosos da sua soberania, os Estados da União mostram crescente relutância em aceitarem imposições — sequer sugestões — que Washington conceba para o todo do país. Este, de resto, um dos temas favoritos da campanha de Carter, que, opondo-se à tese perfilhada por Humphrey, defende um poder federal "pequeno" e mais latos poderes estaduais.

Por outro lado, os americanos revelam uma particular acuidade na destrição do que entendem por interesse do seu país enquanto nação do mundo e dos direitos dos seus Estados enquanto unidades quase independentes. Há uma dupla visão que nem quando parece contraditória aos olhos estrangeiros, se choca na mentalidade do nacional dos Estados Unidos. E a História recente demonstra que o americano médio equilibra sem esforço um ancestral orgulho de pertencer a um grande país (com um Governo central forte) e um quase bairrismo provinciano (que implica a polarização dos centros de decisão e o próprio esvaziar do conceito de força federal).

É assim que o eleitor médio desejará levar para a Casa Branca o candidato que, simultaneamente, lhe assegure o prestígio mundial da nação e as consequências máximas da independência estadual, talhada no figurino federativo. Na ordem prática, este balanço acaba por levar o eleitor a "cruzar votos" — isto é, a desprender-se das linhas



Ronald Reagan: uma alternativa mais conservadora para Ford

progressivamente mais e mais nos governos estaduais, soberanos e mais próximos das necessidades e aspirações dos seus povos. No mesmo campo democrata, Humphrey mantém posições antigas: uma presidência forte, capaz de planear a nível de conjunto e de dispor de meios plenos para a execução das grandes tarefas nacionais. Embora com menos frontalidade, idêntico desacordo existe entre os dois republicanos em disputa. O conservador Reagan aponta no sentido de Humphrey, e Ford ajusta-se, por experiência vivida, à tendência descentralizadora imposta pelo actual Congresso.

KISSINGER: O POMO DE DISCÓRDIA

Este debate repercute-se, imediatamente, na segunda das grandes ques-

partidárias e a apoiar homens, mais do que programas. Foi por isso que, em 1972, embora Richard Nixon tivesse sido eleito por margem folgada, o seu Partido Republicano acabou por perder 35 lugares na Câmara dos Representantes. O mesmo aconteceu, em 1960, com os democratas, que deixaram 20 lugares na mesma câmara, ao mesmo tempo que John Kennedy subia à Presidência.

ADORMECER PRESIDENTE E ACORDAR DERROTADO

Quando a esmagadora maioria dos votos dos Estados orientais se tornou conhecida, o candidato Charles Evans Hughes considerou que tinha ganho as eleições. Com um sorriso nos lábios, abandonou a euforia que reinava no seu quartel-general e recolheu-se para dormir a sua primeira noite de presidente. Só no dia seguinte saberia que a Califórnia dera os seus votos a Woodrow Wilson, convertido em vencedor por esse simples facto.

O episódio deu-se em 1916. Hoje, nenhum candidato repetiria, como é óbvio, o erro de Hughes. Mas o incidente serve para ilustrar um ponto do gigantismo do aparelho eleitoral: o território continental dos Estados Unidos abrange quatro fusos horários, com todas as consequências técnicas (e por vezes psicológicas, como se viu) que isso implica.

No dia 2 de Novembro, um complexo sistema de computadores e comunicações, consumindo milhões de dólares no seu funcionamento, alimentará a ansiedade

dos milhões de cidadãos que, como é de tradição, vão permanecer uma noite inteira de olhos postos nos televisores. A companhia nacional de telefones, encarregada da montagem e do funcionamento da aparelhagem especial instalada no centro "nervoso" das operações de escrutínio, em Nova Iorque, avança um número: o conjunto serviria para fornecer serviços completos de comunicações a todas as famílias de uma cidade de 50 mil habitantes...

ELEGER UM MORTO

O conservadorismo é um estado de espírito — nem sequer uma filosofia, muito menos uma ideologia. Como tal, vai detectar-se, robusto, mesmo nos campos onde a tônica lhe é adversa.

Democrática por tradição (ver quadros das mais recentes votações) Filadélfia assistiu, em arenas de campanha por vezes agitadas, a alguns dos mais firmes discursos liberais da história das eleições presidenciais. Foi ali, no entanto, que se desenrolou, há semanas, um exemplo agudo do que pode, ainda, o conservadorismo levado às raias do ridículo.

Feita a contagem dos votos, no decorrer das presentes primárias, apurou-se que o primeiro distrito de votação para o Congresso havia reeleito William Barret... falecido há várias semanas. Ponderadamente, os eleitores tinham decidido utilizar uma velha prática: deixar aos dirigentes do partido a possibilidade de nomearem o candidato que entendessem, evitando uma escolha que pudesse, eventualmente, não coincidir com os interesses locais das "cúpulas".

tões que aparecem em primeiro plano da vida americana de hoje. Que lugar terão os assuntos de política externa, no conjunto das preocupações da futura Casa Branca? Por outras palavras: que eco e que reacção vão encontrar, em Washington, o desenrolar da crise política cipriota ou libanesa, a instalação soviética na África Austral, as actividades da contra-revolução laociana? Que CIA quererá o Gabinete Oval? Finalmente, que diálogo se estabelecerá entre a administração e o Congresso, em matéria de política externa?

O presidente John Kennedy é citado como tendo repetido mais de uma vez, aos seus colaboradores: Quanto aos assuntos de política interna, o pior que nos pode acontecer é sairmos derrotados; mas a política externa, essa pode matar-nos. Era, novamente, a justifica-

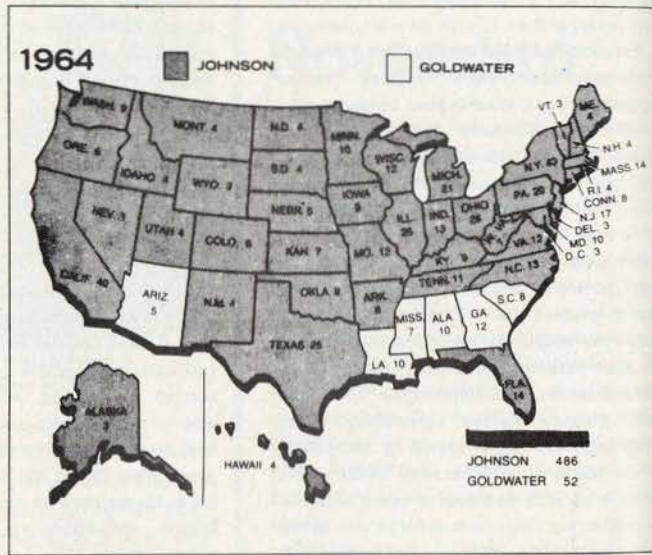
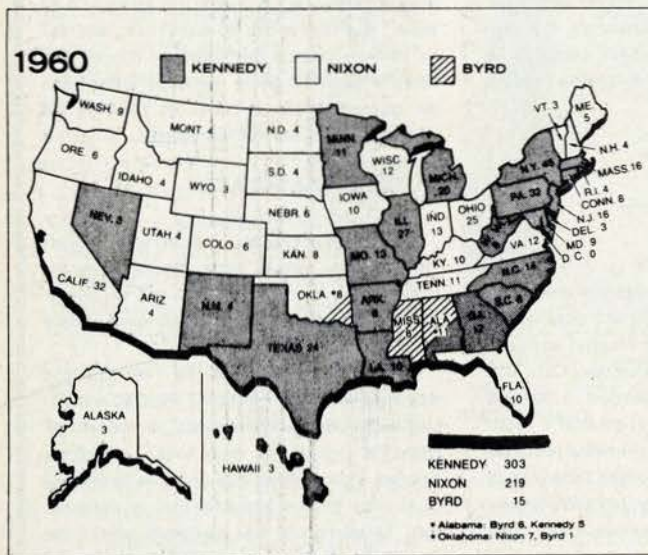
ção (honestamente sentida) para uma concepção personalista do poder presidencial. Na presente conjuntura, o candidato que aparece mais próximo desta ideia é Ronald Reagan, o antigo governador da Califórnia, cuja campanha se tem apoiado com insistência na crítica à política externa da equipa Ford-Kissinger. Concretamente no auge da luta pelo eleitorado da Florida, Reagan atacou ferozmente aquilo que considerou de perda de poderio militar americano em relação à União Soviética.

... Mas Reagan perderia precisamente as primárias da Florida em favor de Gerald Ford — que lhe tinha retorquido na base de que uma política de confrontações conduziria rapidamente a uma guerra termonuclear. Essa vitória (e essa derrota) poderá conotar-se em termos de inclinação actual do pensar

comum dos americanos? Dificilmente: a Florida foi a terceira das primárias, na fase de arranque vitorioso do actual presidente; dois meses depois, em Maio, Reagan haveria de avançar velozmente, conquistando a supremacia em cinco eleições seguidas.

Se Ford sair vencedor, tudo indica que manterá a posição repetidamente enunciada: Considero Henry Kissinger o melhor secretário de Estado da História dos Estados Unidos. Não se deita fora um vencedor, e é isso o que ele é. Assim, é, previsível a orientação que um Ford reeleito imprimirá aos negócios estrangeiros do país: manter e reforçar a defesa nacional; manter a prioridade das alianças com as grandes democracias industriais da comunidade atlântica e o Japão; continuar a conversão das relações com os maiores po-

Assim votaram os americanos



Assim votaram os americanos nas quatro últimas eleições presidenciais. Determinadas constantes no comportamento do eleitorado permitiram aos analistas formular "padrões", que passaram a ser gulosamente seguidos pelos observadores e quase supersticiosamente respeitados pelos candidatos.

Vermont e New Hampshire, por exemplo, têm votado sistematicamente pelos republicanos, enquanto as grandes cidades do Nordeste, como Nova Iorque, Filadélfia e Boston, são tidas como terreno seguro para os democratas. Qualquer alteração a estas constantes é imediatamente anotada e tida por significativa. Quando, em 64, o New Hampshire deu a vitória a Johnson (democrata), os comentadores vaticinaram (certo) que a corrida se mostraria difícil para Barry Goldwater. Outro tanto aconteceu, em 56, com a inesperada vitória de Dwight Eisenhower na cidade industrial de Bridgeport (Estado de Connecticut), que se previa massivamente inclinada para Adlai Stevenson.

Há quem prefira, pois, recusar validade aos indicadores "fixos" e seguir com mais atenção os resultados dos Estados sem constantes partidárias — como os de Nova Iorque, Pensilvânia, Illinois e Califórnia.

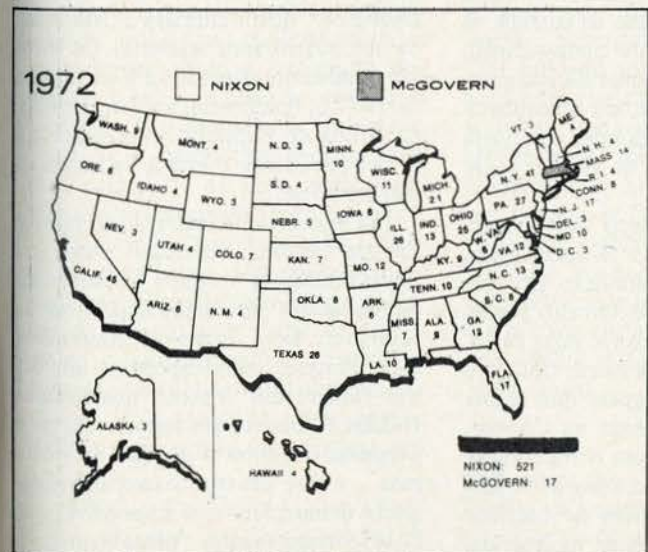
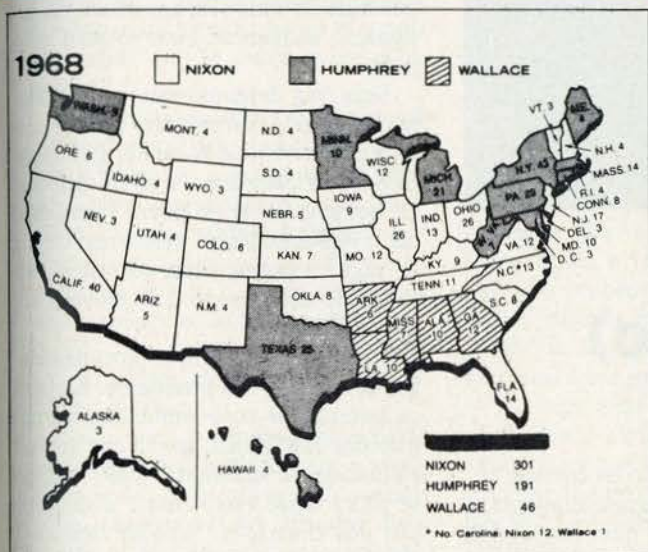
Enfim, os mais supersticiosos encontraram, nas estatísticas, pontos fortes da sua emotividade. O Estado do Novo México tem dado, sistematicamente, desde 1912, a maioria dos seus votos aos candidatos que acabam por ganhar as eleições. O mesmo acontece com o Illinois, com uma única excepção, em 1884, e com o Arizona, que só duas vezes votou no candidato que saíra derrotado.

deres comunistas; e lutar por um papel de interlocutor influente na transformação da ordem económica mundial. Tudo isto, no entanto, terá Ford de enfrentar depois de resolver o contencioso aberto com o Senado, por causa de Angola. Ou seja, como afirmou Kissinger em Novembro passado, depois de se conseguir uma divisão racional do trabalho entre um Congresso que define as grandes tarefas nacionais e um Executivo que tem a responsabilidade constitucional pela escolha das táticas, pela execução da política e pela condução das negociações.

Jimmy Carter, esse tem-se mostrado particularmente reservado no enunciado das suas opções nesse campo. É uma reserva, de resto, coerente com a sua opção de base: uma vez eleito, ajustará as táticas àquilo que o Con-

gresso previsivelmente aceitar. Ou seja, o inverso do que tem sido tentado pela actual equipa dirigente. De qualquer modo, em entrevista à "Newsweek", em meados deste mês, o candidato democrata avançou um punhado de ideias: rejeição da "política de blocos" prosseguida por Kissinger e preferência por relações bilaterais; menor secretismo para com os "aliados naturais e amigos" em tudo quanto respeite aos contactos com a União Soviética e a República Popular da China; oposição (ainda a Kissinger) a qualquer tentativa de boicote a uma Itália governada por comunistas; manutenção da "détente" — embora com algumas correcções, pois, disse, os resultados até agora obtidos sob o signo do Acordo de Helsínquia têm sido "basicamente negativos para este país".

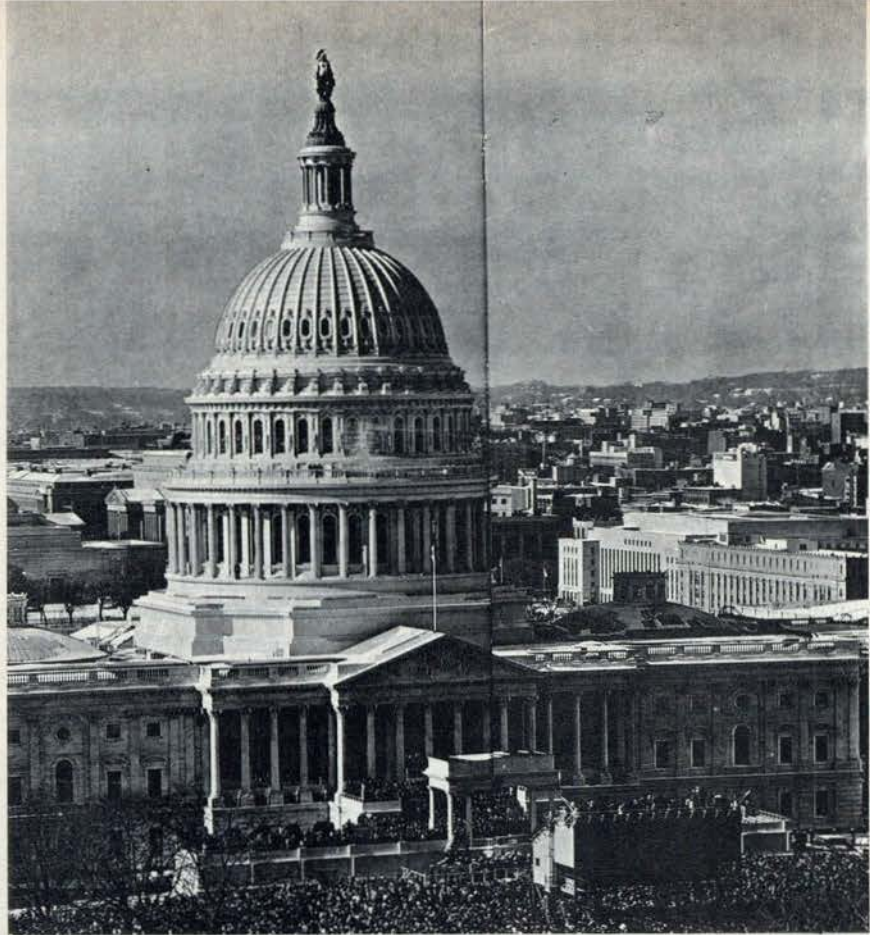
Enfim, o distante Humphrey está silencioso. Na ausência de dados actuais das suas disposições, os observadores recorrem a posições tomadas no passado — o que é sempre ladeira escorregadia. Facto, no entanto, é que, arrastados pela avassaladora trajectória do seu rival directo, Jimmy Carter, os comentaristas passaram a recordar, sobretudo, passagens de uma entrevista concedida, na Primavera de 1966, logo após a assinatura da Declaração de Honolulu, que firmou o pacto entre Johnson e o marechal Ky. Disse então Hubert Humphrey, no fervor desse início da participação americana no Vietname: O que ficou dito nesta Declaração é um compromisso para nós e para a posteridade, a fim de aniquilar a agressão, banir a miséria social, construir instituições políticas livres e viáveis e



Gerald Ford: a nomeação parece assegurada — mas nunca se sabe...

realizar a paz. (...) Vamos estar na Ásia durante muito, muito tempo. (...) Devemos sentir-nos emocionados com este desafio. Não será, convenha-se, o melhor dos timbres de recomendação para quem quer que sonhe habitar a Casa Branca em 1977.

Que perfil presidencial deseja a América neste fim de década? Que imagem de mundo se infiltrará para o próximo Executivo? Estas, seguramente, as duas mais prementes respostas a aguardar.



EUA: ano de eleições

Quem chegará (e como) à Casa Branca?

Quando, em 16 de Março, Gerald Ford conquistou, no Illinois, a quarta vitória consecutiva sobre Ronald Reagan, seu único concorrente republicano, toda a equipa de candidatura do actual presidente se multiplicou em declarações públicas "aconselhando" o antigo governador da Califórnia a retirar-se da corrida. Mas Reagan — que ganharia as primárias seguintes, na Carolina do Norte — fez saber que se manteria até final.

Logo nos primeiros dias de Maio, Reagan sairia vitorioso em cinco escrutínios seguidos e colocar-se-ia à frente de Ford no número dos delegados que, teoricamente, lhe darão o voto na Convenção Republicana de 16 de Agosto, em Kansas City. O candidato conservador não retribuiu o "convite" ao seu rival — e bem: Ford recuperaria a posição de vantagem no Michigan e no Maryland, tornando assim altamente

imprevisível o desfecho da corrida.

Por seu turno, e paradoxalmente, o Partido Democrata, que surgiu pela primeira vez com uma numerosa dúzia de candidatos, no início da corrida, vê as suas fileiras bastante menos divididas neste momento: numa sucessão imparável, Jimmy Carter, um desconhecido governador da Georgia, conquista um número "record" de vitórias (e de delegados).

Morris Udall é o único "sobrevivente" do grupo inicial, e já apenas com possibilidades de manobrar os seus apois em favor de um terceiro nome.

Entretanto, Carter sofre duas derrotas, já este mês, face a Frank Church e a Edmund Brown, figuras que se lhe não oporão directamente na Convenção de 12 de Julho, em Nova Iorque, mas que poderão fazer ressuscitar Hubert Humphrey, homem de bastidor que se recusou a alinhar na corrida,

embora mantenha, secretamente, esperanças fortes de que o Partido o venha a chamar no último momento. Enquanto, porém, se desenrolam as reviravoltas dos resultados das primárias, todas as atenções dos responsáveis pelas corridas estão concentradas em jogos de bastidores — que por completo escapam ao eleitorado.

De facto, não são estas eleições primárias que determinarão a designação dos candidatos pelos Partidos. Concebidas para servirem de amostragem das inclinações do povo americano, as primárias servem, sobretudo, para a escolha dos 3008 delegados republicanos e dos 2259 delegados democratas que, esses sim, determinarão quem se apresentará às eleições finais, por cada partido. E é sobre estes delegados que, desde já, incidem os 1000 jogos possíveis do esquema americano. Jogos que, por mais de uma vez, arredaram da designação os homens mais votados pelo povo.

Uma vez determinados os candidatos, passa-se à terceira fase (que decorrerá de Setembro a Novembro), constituída pela campanha e pelas eleições. Os homens que se propõem à presidência e vice-presidência percorrem o país de ponta a ponta, numa corrida exaustiva, que culmina em 2 de Novembro, dia das eleições.

Mais uma vez, aqui, o povo não elege, de facto, o seu presidente. Embora os boletins de voto contenham os nomes dos candidatos, acerca dos quais o eleitorado se manifesta, tudo quanto se retira desse escrutínio é a designação dos chamados "grandes eleitores" que, esses sim, escolherão, em 13 de Dezembro, quem chefiará a Casa Branca nos quatro anos seguintes. Os votos são legalmente contados a 6 de Janeiro de 1977 e, finalmente, a 20 de Janeiro, na colina do Capitólio, o presidente e o vice-presidente prestam juramento e tomam posse.

Em barreiras sucessivas, o complexo sistema eleitoral americano afasta (ou pode afastar) a vontade popular, daqueles que a ela terão, depois, de se submeter. Com todas as consequências. Porque, como apontou um dia um comentador francês, nos Estados Unidos é possível um homem chegar à presidência contra a opinião do povo: mas — é esse um trunfo irrecusável daquela democracia — é impensável que lá se possa manter "dessa maneira".

O PRÓXIMO ORIENTE À BEIRA DO ABISMO



SAINT-ROBERT

Ao cabo de um ano, a diplomacia americana, com a sua política dos "passinhos", tentou essencialmente, no Próximo Oriente, ganhar o tempo necessário até às eleições presidenciais.

Ao princípio, Sadat foi o principal aliado do secretário de Estado Kissinger, a tal ponto que alguns dos Estados árabes denunciaram a sua "traição". Especialmente em Damasco, o sentimento anti egípcio ainda estava muito acentuado há cerca de três ou quatro meses e, ao receber-me, o ministro sírio dos Negócios Estrangeiros, Khaddam, disse-me sem rodeios: "Sadat é Pétain".

Será que o tempo ganho pelos americanos foi perdido para a paz? Pode pôr-se hoje esta questão, perante o sangrento caos libanês. Esta guerra civil, nos primeiros tempos, permitiu deixar por resolver os verdadeiros problemas, especialmente as negociações sobre a restituição dos montes Golan, que era na realidade o objectivo da diplomacia americana.

Aliás, a guerra civil libanesa revelou, pela parte da Síria, uma evolução completamente surpreendente. Ao princípio, Damasco parece ter um papel pacificador. Mas, após algumas semanas, este papel tem apenas a aparência de procurar evitar a todo o custo o esmagamento da direita falangista, em detrimento dos palestinos — de quem os sírios, porém, tinham sido os principais protectores, até agora.

Assad, o presidente sírio, irá também, por sua vez, fazer o papel de

Sadat? E os palestinianos, depois de terem perdido sucessivamente o apoio jordano e egípcio, irão também perder o apoio da Síria e encontrar-se completamente isolados num Líbano destruído?

Algumas pessoas poderiam ver nesta "solução" uma maneira de instaurar uma paz de compromisso na região. Mas também podemos perguntar se esta maneira de não resolver o único e verdadeiro problema, que é o problema palestiniano, não será a melhor maneira de preparar golpes de Estado, uma revolução geral e uma nova guerra à vista.

A longa marcha do povo palestiniano desde 1948 não permite crer, agora que a sua existência é reconhecida por todo o mundo, e que obteve das Nações Unidas resoluções que lhe são favoráveis, que se possa de novo e para sempre reduzi-lo ao silêncio. O mundo árabe, no seu conjunto, só tem unidade na medida em que se reencontra na causa palestiniana, e é a defesa desta causa que, desde há alguns anos, constitui o verdadeiro compromisso entre as diferentes capitais árabes. Se Damasco deixa cair o papel que estava em vias de arrebatar ao Cairo, ver-se-á Bagdade ou Trípoli rapidamente tomarem-no para si — e a efervescência natural nesta região não diminuirá. Quando muito, mudará de centro.

Que vai fazer, e que pode fazer, o Estado de Israel? A sua política, desde há cerca de dez anos, consiste em

crer que o tempo trabalha a seu favor. Tudo dependerá, ao fim e ao cabo, do que farão, ou não, os americanos. Serão eles capazes, como no tempo de Eisenhower e de Dulles, de impor aos israelitas a entrega dos territórios ocupados, ou são agora demasiado fracos para impor o que quer que seja a um aliado demasiado imperioso e decidido a tudo? A verdadeira questão reside aí. De qualquer maneira, a diplomacia pessoal de Kissinger conseguiu quase indubitavelmente os seus fins, e ninguém sabe se a conferência de Genebra, que devia ser a sua confirmação, chegará a realizar-se. Os russos esperam, sem dúvida, o momento mais favorável para entrarem em cena. Quanto à Europa, sabe-se que, sem se poder separar no seu todo da política americana, não tem qualquer papel à sua medida.

Em 1970, o último primeiro-ministro do general De Gaulle, que foi o seu ministro dos Negócios Estrangeiros durante dez anos, Couve de Murville, tinha-me dito, ao falar-se do Próximo Oriente: "Ver-se-á lá um caos de sangue, de que ninguém aqui faz ideia". Fiz-lhe então notar que, no fim, se não mudassem de política, os israelitas estariam perdidos dentro de 20 anos. "Não — respondeu-me Couve —, dentro de 50 anos. Não se deve subestimar a incapacidade dos árabes." O que se passa neste momento no Próximo Oriente é um pouco a ilustração desta conversa velha de 6 anos.

● P.S.-R.

França

OS SOCIALISTAS PREPARAM-SE

Finalmente, a esquerda francesa começa a acreditar na vitória. Os socialistas preparam os seus "dossiers", os seus homens. Não sem certas apreensões, contudo...

François Mitterrand dirigiu, recentemente, a todos os responsáveis do seu partido — aos 14 secretários nacionais e aos principais especialistas — uma nota imperativa: de agora em diante, nenhum estudo, nenhum projecto de reforma socialista, nenhuma proposta, seja em que domínio for, devem ser tornados públicos sem que o seu custo seja calculado pela comissão económica do PS. Por outras palavras, o líder socialista entende que qualquer iniciativa da sua parte pode ser considerada, de hoje em diante, um acto governativo, mesmo não se tratando, por enquanto, de um governo definitivo.

As coisas, com efeito, modificaram-se subitamente na oposição. Dia após dia, verdadeira surpresa depois de um tão longo combate, a esquerda persuade-se de que o poder está agora ao seu alcance e que é conveniente preparar-se seriamente para exercê-lo. Como fazer funcionar o aparelho de Estado, uma vez alcançado o Poder? Por quem mandar dirigir a máquina económica e, nomeadamente, as empresas novamente nacionalizadas? Que medidas tomar para incutir confiança aos trabalhadores nesta mudança de rumo? Qual será a atitude dos sindicatos?

A calma relativa que se instaurou entre a oposição e a maioria, após a euforia das eleições cantonais e a agressiva polémica que se seguiu, deve muito a esse novo fervilhar em todos os espíritos. Enquanto Jacques Chirac "coordena" toda a França, enquanto o Presidente, reencontrada a sua forma natural, exige o prosseguimento da "reforma" para evitar a "desordem", a

esquerda tem que fazer frente a um fenómeno que, após vinte anos, é novo para si: o aumento da sua credibilidade como força de governo.

Um exemplo: há dias, um dos mais próximos colaboradores de Mitterrand recebe de um dos seus conhecidos estas ambíguas felicitações: "Bravo pelas cantonais, mas previno-te: quando estiverem no Poder, não admito que ponham desconhecidos em minha casa sob o pretexto de que é grande demais para mim". Brincadeira sem importância, mas significativa da evolução da opinião, como dos seus receios. A esquerda vê-se, assim, obrigada a abrir os seus "dossiers".

PROBLEMA SIMBÓLICO

Claro que ainda não se trata das últimas decisões. Se bem que os especialistas dos dois partidos trabalhem nos bastidores na elaboração de um documento que reafirmará os princípios de acção da esquerda unida (enquanto espera o rejuvenescimento do Programa Comum), François Mitterrand, George Marchais e Robert Fabre ainda não estão a organizar o seu governo. Os dois principais partidos da esquerda estão demasiado ocupados em aumentar, cada um por si, e mesmo à custa do outro, a sua clientela eleitoral, para empreender, com dois anos de antecedência, uma tão delicada conversa.

Nem sequer o problema das eleições municipais de 1977 está resolvido. E é altamente simbólico. Marchais quer

listas de unidade logo na primeira volta para obrigar o PS a conceder ao PC o lugar que lhe compete. Mitterrand pretende conseguir um direito às "excepções", para defender a sua margem de manobra e liberdade de acção... Assim sendo, a proximidade de um sucesso em que ambos crêem obriga os "partenaires" a modificar o tom. Tranquilizador, o PS propagandeia a sua moderação como penhor de honestidade. "Não prometo o paraíso para amanhã", repete Mitterrand, enquanto os seus amigos advertem os estudantes contra "formas de acção irresponsáveis". Conquistador, o PC prefere à polémica a condução sistemática de todas as lutas reivindicativas, dando apoio activo à revolta universitária.

Oficialmente, para o PC, a esquerda no Poder só terá um problema que é o de aí se manter pela aplicação rigorosa do Programa Comum. O PS, em compensação, põe já no papel as condições da sua chegada ao poder e possíveis consequências; primeiras decisões a tomar, relações com os sindicatos, estudos dos problemas técnicos, colocação dos homens.

SINDICATOS:

IMPRESINDÍVEL A BOA VONTADE

Para assegurar os meios da sua política, a esquerda precisa de duas seguranças: o controlo do crédito e a boa vontade sindical. A nacionalização rápida do sector bancário e financeiro deveria assegurar-lhe a primeira; sonha, depois, com um "pacto social" que lhe garantiria a segunda. Mas a CFDT e a CGT, que estão prontas a ir muito longe para favorecer a subida da esquerda ao poder, não pretendem no entanto, nenhuma delas, fazer com a esquerda um acordo preciso. A CGT porque, pelo menos oficialmente, exigira pura e simplesmente a aplicação de todas as promessas sociais do Programa Comum; a CFDT, porque considera perigoso querer abafar o movimento social "que não deixava de eclodir em caso de vitória da esquerda".

No entanto, visto que receia que a

esquerda, herdeira de uma situação económica difícil, não possa conceder em bloco tudo o que foi previsto; a CFDT apresenta, paralelamente, reivindicações menos onerosas: direitos sindicais, controlo da organização do trabalho e nova concepção da hierarquia.

Para evitar ser afogado por uma vaga reivindicativa que não poderia correr o risco de desiludir, o PS estuda, assim, a organização de uma vasta mesa-redonda reunindo os assalariados, os patrões e o Estado. Objectivo: atingir, sobre o aumento de salários e as condições de trabalho, novos "acordos Matignon" tão espectaculares como os da Frente Popular. Será suficiente? Certos socialistas fazem essa pergunta e tentam já reunir em colaboração com os responsáveis sindicais, as condições de um pacto de não agressão, ainda que provisório.

PARTILHAR AS RESPONSABILIDADES

O PS trabalha ininterruptamente em outros "dossiers" menos aleatórios, senão menos árduos: uma carta industrial, um projecto de arranjo do território, um estudo da informação audiovisual...

A carta industrial deve ser tornada pública no fim do ano. O seu ambicioso objectivo é o de reconciliar as empresas privadas e, nomeadamente, as pequenas e médias indústrias com o socialismo! Michel Rocard e Jacques Attali são os organizadores de um documento que deve explicar aos interessados as intenções socialistas, sector industrial por sector industrial. Até lá, o próprio François Mitterrand terá dado a volta pelos grandes complexos industriais, Fos, Snias a siderurgia da Lorena, além de outros.

Quanto à organização do território, o relatório de Charles Josselin, deputado por Côtes-du-Nord, estuda os métodos para uma verdadeira descentralização. Ele antevê uma nova partilha das responsabilidades entre o Estado e as colectividades locais existentes ou a criar com o aparecimento de regiões geridas por assembleias eleitas no sufrágio universal directo.

O "dossier" do audiovisual é menos avançado. De momento, o PS estuda as estruturas financeiras e políticas deste sector e a eventualidade de um novo estatuto para os postos periféricos.

Esta lista não é, evidentemente, limitativa. A Carta Socialista das Liberdades vai ser brevemente publicada, o "dossier" das colectividades locais será o assunto de um livro branco, o "dossier" consumo está em estudo.

"NÃO HAVERÁ SANEAMENTOS"

Mas onde é que o PS, afastado do Governo há já 20 anos, vem encontrar os homens para pôr em execução a sua política? Pois bem, na administração, "não haverá saneamentos", proclama-se no PSF, não sem uma certa ingenuidade. Na verdade, numerosos funcionários em exercício são socialistas ou simpatizantes. Na verdade, uma quarta parte dos efectivos das últimas promoções na ENA aderiu ao PS. No entanto, a maioria dos responsáveis do partido não tem experiência das realidades do Governo. A preocupação de François Mitterrand é constituir, desde já, uma reserva de homens experientes, capazes de dirigir, quando for necessário, uma empresa nacionalizada ou um sector importante da economia. As ofertas não faltam mas os postos a preencher também não...

Assim se prepara o PS. Como uma espécie de febre — a da vitória que preparam — e uma nova apreensão, a de não estarem prontos a tempo. Uma apreensão de tal modo grande que um dos principais colaboradores de Mitterrand, parodiando, sem se aperceber o "é preciso gerar o imprevisível", de Giscard d'Estaing, dizia: "O que nos é solicitado, no fundo, é organizar o desconhecido".



François Mitterrand secretário-geral do PSF, preparado, desde já, para "organizar o desconhecido"

LIBERDADE EM PERIGO

Filadélfia e Viena, duas cidades onde os homens da Comunicação discutiram problemas que, sendo embora da sua profissão, dizem respeito às nações. Em Filadélfia e Viena a mesma constatação: a liberdade de informação está ameaçada.

Decorreu em Filadélfia, nos Estados Unidos, a XXIII Assembleia Geral do Instituto Internacional da Imprensa, com a presença de 245 editores e directores de jornais de 33 países.

A liberdade de informação foi a questão dominante desta reunião do III: o acentuado controlo dos meios de Comunicação Social por parte do Estado e do capital privado, tendência preva- lecente em todo o mundo, alarmou os congressistas, na medida em que ele é liquidador da independência dos canais informativos.

De facto, nesta segunda metade do século XX, a Imprensa, e a Informação em geral, perderam progressivamente a sua autonomia para cair sob a alçada estatal ou das grandes companhias monopolistas. Porque, por um lado, as novas técnicas de informação, composição e impressão (altamente onerosas para que o jornalista, mais ou menos independente, à "moda antiga", possa lançar-se à aventura do lançamento de um novo órgão, em concorrência com os já existentes) obrigam a que só os detentores de grandes capitais estejam em condições de possuir os canais de informação. Porque, por outro lado, a consciência de que os meios ditos de informação constituem poderosos meios de pressão na vida política (o quarto poder, como já lhe chamaram) empurra as grandes companhias e o aparelho estatal a assumirem o controlo da Comunicação Social.

Os protestos da III, perante a degradação da liberdade de informar e ser informado, existente em todo o mundo, se são saudáveis, são também um sintoma de saudosismo relativamente ao que a Imprensa foi nos áureos tempos do passado.

O desenvolvimento social, político e económico tornam impossível um re-

gresso ao antanho. Isto é um facto. Incontestado e incontestável. A liberdade de informação, uma das liberdades democráticas que a Revolução Francesa de 1789 deu ao mundo, existirá enquanto essas liberdades mais gerais puderem existir. Ora, a liquidação progressiva da liberdade de informação é apenas um dos aspectos do progressivo apagamento das democracias que no século passado viveram a sua vida. Desde os princípios deste século, à concentração do capital correspondeu a concentração do poder num Estado cada vez mais distanciado dos cidadãos e, consequentemente, a progressiva liquidação das liberdades democráticas, incluindo a da informação.

Donde a inviabilidade de isolar uma destas liberdades (no caso, a da Imprensa). O que está em causa é a existência da democracia política e económica. Só onde esta existir a Imprensa poderá ser democrática, isto é, livre, autónoma (relativamente) do poder económico e estatal.

A Assembleia Geral do III aprovou três resoluções, nas quais se exigia que as cláusulas do acordo de Helsínquia sobre informação, não cumpridas pela URSS e os países do Leste europeu, fossem postas em prática; se aconselhava uma maior ligação do III com as organizações de defesa dos direitos humanos; e se condenava as restrições da liberdade de informação na Índia, Filipinas, Peru e Nigéria. O III propôs ainda um inquérito ao desaparecimento de jornalistas australianos em Timor, chamando entretanto a Indonésia a assumir as suas responsabilidades perante esta questão.

"O agravamento constante da situação económica dos meios de informação, mais particularmente da Imprensa escrita, não é apenas monopólio dos

portugueses. Longe disso! O problema põe-se à escala mundial, criando dificuldades crescentes aos jornalistas e restantes trabalhadores da Informação, bem como condições susceptíveis de atingirem o carácter democrático dos meios de comunicação, comprometendo o respeito pela liberdade redactorial", escrevia o jornalista Rocha Vieira em "A Luta", de 26 de Maio passado, a propósito do Congresso Mundial da Federação Internacional de Jornalistas.

A FIJ, que agrupa 80 mil profissionais de 24 países, realizou o seu Congresso em Viena, nele debatendo problemas como a liberdade de informação, a introdução de novas técnicas nos meios de Comunicação Social e os acordos de Helsínquia. A FIJ, ao sublinhar que "o jornalismo tem de ser livre e independente de todo o poder político, económico e financeiro", definiu no seu Congresso como resolução formal:

"Só uma informação pluralista garante a liberdade de informação. Os monopólios privados ou estatais, não permitindo a livre expressão de todas as opiniões, põem-na em perigo."

Tomamos nota.

Ao apreciar os resultados práticos decorrentes dos acordos de Helsínquia, a FIJ constatou:

"A nossa atenção foi atraída pelo facto de, no exercício das suas missões profissionais, os correspondentes ocidentais encontrarem fortes obstáculos em certos países socialistas, não tendo sido alguns dentre eles autorizados a entrar num determinado território. Num caso pormenorizado, um jornalista foi mesmo expulso.

"É lamentável que uma conveniente cobertura não possa ter sido assegurada no último Congresso do Partido Comunista da União Soviética e que correspondentes ocidentais tenham sido obrigados a contentar-se com informações incompletas fornecidas por um porta-voz oficial.

"Subsistem dificuldades nas entradas e saídas de material nos Estados socialistas europeus. Nem mesmo uma ligeira melhoria apreciável se registou na difusão de jornais e outras publicações num certo número destes países."

Enfim, apesar de Helsínquia, a Leste nada de novo. A Oeste a liberdade de informação também ameaçada pelo controlo do Estado sobre os meios de

comunicação. Uma explicação possível: o alargamento do capitalismo de Estado. A convergência dos sistemas de que Galbraith fala, traduzida num dos direitos fundamentais do homem: o de ser informado. ● A.M.

Caso Delgado

UMA TEIA A DESLINDAR



HOMENAGEM DEVIDA

Raul Rego, director de "A República" e "A Luta": o símbolo de um combate pela liberdade de informação contra a repressão totalitária, num dos momentos mais difíceis para a incipiente democracia portuguesa. A personalização de um caso que ficou na história. Tal como antes do 25 de Abril, "A República" (e depois "A Luta") significou a resistência. Não apenas dos jornalistas, mas de todo um povo. A resistência democrática contra os fascismos.

Contemplando o "seu longo e exemplar combate em prol da liberdade de Imprensa, comprovado pelo corajoso comportamento que assumiu, tanto sob o regime de Salazar e Caetano como depois dos acontecimentos de Abril de 1974", o Conselho Executivo da Federação Internacional dos Directores de Jornais outorgou a Rego a Pena de Ouro da Liberdade 1976. A homenagem era devida.



Como tudo o que se prende ao caso Humberto Delgado, o julgamento do jornalista italiano Valerio Ochetto também começou, pareceu que ia andar e, depois, estrategicamente, foi adiado. Instaurado há mais de um ano, este processo volta agora à baila, criando novos fios numa teia que parece não ter fim.

O processo de Verona foi intentado por Mário de Carvalho contra Ochetto, por este ter escrito um artigo para a revista "Storia Illustrata" onde dizia que Mário de Carvalho era um elemento ligado à Pide e que colaborava com a extinta organização fascista para atrair o "general sem medo" a Bada-joz, onde viria depois a ser morto.

Chamados a testemunhar em defesa do jornalista, dois nomes ligados às investigações do processo Delgado: Fernando Oneto e o inspector da Polícia Judiciária, dr. Santos de Carvalho. Uma terceira personalidade, igualmente ligada às investigações e à primeira Comissão de Extinção da ex-Pide-DGS substituiu o antifascista Fernando Oneto — o advogado Alfredo Caldeira.

No dia 24 teve lugar a primeira sessão do julgamento que seria depois

adiado. E é aqui que começam as controvérsias. Por um lado, alega-se que o adiamento é devido a uma presumível doença de Mário de Carvalho (já ausente na sessão de abertura); por outro, levanta-se a questão das testemunhas. Ou seja, o tribunal italiano aceitou que as duas testemunhas de Ochetto prestassem declarações, o que levou um dos advogados de Mário de Carvalho, o dr. Tarquini, a requerer a comparência, pelo seu lado, de outras quatro testemunhas, que iriam comprovar o comportamento antifascista de Mário de Carvalho. Seriam elas o cap. Sousa e Castro, Henrique Cerqueira, José Grácio Ribeiro e Braga da Cruz.

A Imprensa portuguesa dá esta notícia e o porta-voz do Conselho da Revolução apressa-se a desmenti-la, acusando-a mesmo de ser "uma provocação". Isto faz com que Ochetto e Caldeira venham à liça e afirmem que, de facto, os quatro nomes constam da lista de testemunhas e que só por morosidade burocrática dos tribunais é que ainda não foram notificados. E acrescentam que o adiamento faz parte de "uma manobra de diversão por parte dos advogados de Mário de Carvalho a fim de ganharem tempo".

E agora vejamos: o adiamento surge depois da busca à casa de Oneto, facto que viria a ter as sinistras consequências já conhecidas; Oneto e Caldeira faziam parte da Comissão de Extinção da ex-Pide-DGS, bateram-se e continuam a bater-se para deslindar o caso Delgado; Sousa e Castro é o actual responsável pela Comissão; foi do seu gabinete que partiu a ordem de busca à casa de Oneto, facto que desmentiu, embora ainda existam coisas a esclarecer; foi indicado para testemunha de defesa de um presumível colaborador da Pide e da morte de Delgado, notícia que também desmentiu e que foi desmentida por sua vez, e, finalmente, para tudo pois o julgamento fica adiado até... Outubro!

É de convir que começam a ser coincidências a mais. Para quando o desvendar de tudo isto? ● F.F.

Greves

O LADO "NEGATIVO" DAS CAUSAS "JUSTAS"

As greves continuam. O seu desenvolvimento nas semanas que antecedem as eleições já é proverbial. A par de reivindicações não satisfeitas, surgem outros motivos. De natureza política e não salarial.

O movimento grevista mantém uma certa amplitude, tendo atingido, em alguns sectores, repercussões que ameaçam a fraca estabilidade da economia nacional. Nesses sectores — hotelaria e marinha mercante — está em causa um importante canal de entrada de divisas que constitui uma das poucas formas de Portugal impedir que se acentue a degradação da sua balança de pagamentos.

Na indústria hoteleira, as manobras políticas lançam alguma luz sobre o que se passa no campo do trabalho. A questão roda em torno da portaria assinada em Julho de 1975, que suspendeu a aplicação do CCT para o sector submetido a intervenção estatal. A indústria estava em crise e os sindicatos deram o seu acordo para que as novas tabelas não provocassem falências e desemprego em cadeia.

Segundo os dados oficiais, a indústria ainda está longe de se ter recomposto. No entanto, à imagem do que já sucedera o ano passado, as direcções sindicais dominadas pela linha afecta à Intersindical — Sindicatos da Hotelaria de Lisboa e Faro — lançam greves reivindicativas no período em que as agências de turismo aprontam os seus programas para a Primavera e Verão. De imediato, foi anunciado o cancelamento de 21 voos da TAP que trariam 2 mil turistas ao Algarve. E, por arrastamento, outros efeitos far-se-ão sentir, durante os próximos meses. Estes os resultados imediatos para uma indústria em crise.

Para além das implicações económicas, esta greve revela ainda os objectivos visados por quem a conduz. O motivo directo do seu lançamento — a contestação da portaria de 20 de Ju-

nho de 1975 —, foi retomado em fins do ano passado, "após o 25 de Novembro", portanto, por aqueles que a haviam apoiado na altura da sua formulação. Sem que, no entanto, a situação no sector se tivesse alterado para permiti-lo. A partir dessa data, parecia interessar a preparação de nova greve.

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, embora não afecte à Intersindical, tem ultimamente vindo a ser identificada como tal. O processo de luta que desencadeou está a ser enquadrado, ao nível das "comissões de luta", por elementos identificados com o PCP e a UDP.

O ramo em questão não é mal pago. Contudo, há diferenças salariais entre os diversos sectores que os trabalhadores desejam ver corrigidos. O sector dos transitários, dos três abrangidos no processo actual, é o único que se tem recusado a negociar. Números divulgados revelam o risco de falência de 78 pequenas empresas, nesse sector, e o consequente lançamento no desemprego de 250 trabalhadores, caso a pro-

Sindicatos

M.D.T. CONTRA A "INTER"

Procurando agrupar os activistas sindicais que se destacaram na luta contra a corrente dominante na Intersindical, foi fundado no último fim de semana, em Lisboa, o Movimento Democrático do Trabalho. O sindicalismo de classe é o seu fundamento.

Enquanto o movimento grevista recrudescer, dirigido por forças identificadas com a Intersindical, surge nova tentativa de relançamento do movimento sindical e moldes democráticos

posta do sindicato seja aceite.

A luta destes trabalhadores tem estado a ser alvo de certas tentativas de controlo, como dissemos. A proposta de um sindicalista do PS, conhecido pela colagem das suas posições com as do PCP, visando alargar a greve ao sector da Marinha Mercante (por solidariedade), não foi aceite. Por outro lado, existem rumores de que a AMIN-TER veria com bons olhos o desenrolar dos acontecimentos, uma vez que estes irão favorecer o reforço da sua posição no respectivo sector, face às pequenas empresas.

Os clientes estrangeiros das empresas dos sectores envolvidos têm tido as suas unidades transportadoras paralisadas pela greve. O custo desta paralisação não poderá ser facturado aos clientes, que recusam pagá-lo. A situação das empresas melhorou após o 25 de Novembro mas está longe de ser desafogada. A greve, em princípio justa, ameaça, com o seu desenvolvimento, tornar-se um elemento negativo, manipulado por aqueles que visam a instabilidade económica e social. Como tem acontecido, de resto, noutros sectores laborais.

A semana que decorre poderá constituir um bom indicativo sobre a orientação que tomará o movimento grevista e os objectivos visados por certas forças políticas que estão em posição de utilizá-lo.

e em frontal oposição à directriz actualmente dominante. O Movimento Democrático do Trabalho (MDT) fez a sua aparição no passado sábado, num encontro nacional de sindicalistas, organizado por uma comissão promotora onde se destacam os nomes de Carlos Guinote e Margarida Quintino, membros da direcção do Sindicato dos Químicos de Lisboa, deposta irregularmente pelo ministro Costa Martins, em Março de 1975.

No "Manifesto" aprovado no encontro denuncia-se a actuação do partido de Álvaro Cunhal nos campos político e sindical, acusando os partidários daquela organização de avançar "com reivindicações demagógicas e constantes, na mira de recuperarem o prestígio perdido entre as massas e sabotarem a política de estabilização económica do Governo".

Uma particular atenção é dada à "política de cedência do PS" face às pressões do PCP, através de alianças comprometedoras e da falta de firmeza na denúncia da actividade sabotadora deste partido.

Depois do "sindicalismo de base", corrente surgida em 1974 com o objectivo de se opor à hegemonia exercida pelo PCP na luta sindical, mas rapidamente assimilada por esta, e o "sindicalismo de classe", que não conseguiu constituir uma frente sindical ampla de combate àquela hegemonia, surge agora este movimento, estruturado em bases mais ambiciosas. As tarefas sindi-

cais são claramente definidas como condicionadas aos interesses mais gerais da "luta contra os inimigos da independência nacional, da democracia e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores".

Segundo os seus promotores, o MDT "vem responder à necessidade de reforçar a unidade e a organização das forças sindicais que se opõem ao social-fascismo". Ele lutarà "para que o movimento sindical português deixe de ser uma alavanca do social-imperialismo e do social-fascismo e se coloque ao serviço da independência nacional e da democracia".

J. M.

Sedes

PORTUGAL NA EUROPA JÁ!

Tal como em 1973, a Sedes reclama a adesão de Portugal à Europa; tal como em 1973, a Sedes está na oposição e no aparelho do Estado; tal como antes do 25 de Abril, a Sedes propõe — no fundo — a Economia Social de Mercado.

Na véspera do dia 28 de Maio, a Sedes (associação não partidária que — tal como em 73 — fomenta uma convivência política pacífica) reuniu-se em Lisboa para dizer que o governo definitivo tem de pedir quanto antes o ingresso do País no Mercado Comum. Porque se não o fizer já, "a Espanha ultrapassa-nos e perdemos o comboio"; porque a Europa está em crise e assim é mais fácil integrarmo-nos nela;

porque nos são indispensáveis os investimentos europeus; porque estamos cada vez mais ligados a ela, no que diz respeito à economia (e culturalmente sempre o estivemos); porque Portugal é um país europeu e a Sedes encara com risonha bonomia as teorias segundo as quais somos parceiros do Alto Volta no colégio dos Estados do Terceiro Mundo; porque os descobrimentos não nos separaram, historicamente, da Europa, visto nós termos realizado em Quinhentos aquilo que na época era um imperativo europeu; por causa dos nossos emigrantes e por causa do nosso altíssimo índice de desemprego (o qual, sempre segundo a Sedes, só poderá acabar exportando mão-de-obra); porque o nosso actual estatuto de ligação (ténue) à Europa está esgotado.

A Europa é quem mais tem aumen-

tado os investimentos em Portugal nos últimos tempos — disse-se no colóquio da Sedes — e nós, para atingirmos o crescimento (mínimo) de 5,5 por cento ao ano, precisamos de um investimento de 100 milhões de contos.

A integração de Portugal na Europa comporta vários riscos. E os homens da Sedes sabem quais são: a subordinação da nossa economia às empresas dos países ricos e a perda da identidade nacional.

Estes riscos foram focados no colóquio, que era subordinado ao título **Urgência de uma definição portuguesa para a Europa**. Mas também foi dito que a Europa não é um império, mas uma sociedade internacionalista; que a Europa tem uma função despolarizadora entre as duas superpotências; que a Europa Unida não pode dispensar a Europa das nações (e aqui a Sedes não se definiu claramente contra a Europa-das-Pátrias, nem pela integração europeia); que não é um conjunto estático e Portugal pode modificá-la; e, finalmente, que a Europa não pode requerer de todos os países membros uma identidade absoluta de sistemas políticos, embora seja de admitir que se exijam gerais preocupações de defesa da democracia e da liberdade.

Apesar de todos os riscos possíveis, a nossa integração na Europa é urgente — defende a Sedes, ao mesmo tempo que critica os governos provisórios dos últimos dois anos pela falta de dinamismo que imprimiram ao processo da nossa integração na Europa. E se é certo que a CEE exige dos seus membros um certo "plafond" de desenvolvimento económico, o facto é que a Grécia e a Turquia, países pobres como nós, já conseguiram acordos de associação.

"O novo governo deve pedir a entrada imediata do País na CEE", disse-se na Sedes.

A associação retoma assim as velhas teses da unidade europeia, hoje personificadas na pessoa do prestigiado primeiro-ministro belga, Leo Tindemans, presidente do Partido Popular Europeu — o primeiro partido europeu. Ao mesmo tempo que a generalidade dos seus membros continua a defender toda a democracia possível, embora aceite (que remédio!) o socialismo indispensável.

F. S.



Paulo Pitta e Cunha, António Barreto, João Salgueiro e Alfredo de Sousa, no colóquio da Sedes. No quadro, os destinos das exportações portuguesas, de 1973 ao primeiro trimestre deste ano

Viagem a Caracas QUE INTERNACIONALISMO?

Na Cimeira socialista de Caracas, em que participou na semana passada, Mário Soares apoiou a ideia de um boicote internacional ao Chile. Afinal, como é?

Da ida de Mário Soares à "cimeira" de Caracas, na semana passada, resultam líquidas duas questões principais: a reforma do Pacto Ibérico e o corte de relações diplomáticas e comerciais com o Chile.

Alegando que "os tempos mudaram em Portugal e na Espanha" e que "o tratado deve fazer-se também em função da Europa, na qual os dois países se querem integrar", Soares defende que a ajuda mútua entre os dois povos funcione independentemente de conotações ideológicas.

Por outro lado, é a partir de conotações ideológicas que o líder do PS, juntamente com Anselmo Sule, presidente do Partido Radical Chileno, reclamam o boicote ao Chile.

Reconhecer o carácter ultrafascista do governo de Pinochet é tarefa dema-

siado simples. As perseguições, mortes e torturas feitas a milhares de patriotas e democratas chilenos falam por si. No entanto, não só se mata, persegue e tortura no Chile. Ali mesmo perto, a leste do continente, o Brasil faz por seguir os passos do Chile. E não ficamos por aqui. Povos a subjugar e outros povos, países a ingerirem nos assuntos internos de outros países e ditaduras fascistas a florescerem são coisas do dia-a-dia, neste ano 76 do século XX.

Daí, não compreendermos o porquê do boicote específico ao Chile. Porque, em última análise, o boicote não será feito ao governo, mas sim ao povo explorado daquele país.

Mário Soares, que condena tão vivamente a ingerência soviético-cubana nos assuntos internos de Angola, acaba agora por deslizar em rampa semelhante.

Alguns coisas não bate certa. Para já, o conceito de internacionalismo.

● F. F.

(Continuado da pág. 3)

te pelo esclarecimento da sua posição perante as candidaturas militares. Álvaro Cunhal "não exclui que possamos amanhã apoiar a acção de um militar eleito Presidente da República, desde que defenda as liberdades e a democracia e faça respeitar a Constituição".

"A actuação do PCP em relação às eleições presidenciais — disse Cunhal —, a posição de não apoiar nem hostilizar qualquer candidato militar membro do Conselho da Revolução (isto é, Ramalho Eanes e Pinheiro de Azevedo) fundamenta-se nesta preocupação de contribuir para a unidade das Forças Armadas."

Por outro lado, "a candidatura promovida pelo PCP não aparece para contestar os candidatos militares, mas para intervir de maneira construtiva para o esclarecimento da situação, para a definição das soluções para os grandes problemas nacionais, para que as eleições sejam um factor de reforço do regime democrático e para que, depois das eleições presidenciais, se possa confirmar a vontade expressa nas eleições para a Assembleia da República: a formação de uma maioria de esquerda e de um governo de esquerda".

Ora, se as fontes militares confirmam que o general Eanes tem o consenso das Forças Armadas, onde existe a tal divisão que o PCP denuncia? Na dúvida posta por Pinheiro de Azevedo, que nega saber o que seja isso de "consenso"? Na acusação de Otelo Saraiva de Carvalho de que os militares não foram inquiridos sobre a candidatura de Eanes? Por quantos candidatos fala o PCP?


Se a candidatura do PCP não contesta os candidatos militares, mas se limita a defender certas posições (as suas, conhecidas) para "depois das eleições presidenciais" forçar "a formação de uma maioria de esquerda e de um governo de esquerda", compreende-se a não hostilização aos dois membros do Conselho da Revolução.

No Campo Pequeno, Álvaro Cunhal falou claro: Octávio Pato é a "reserva" do PCP nas presentes eleições. Objectivamente, ele não é o seu "candidato".

● Afonso Manta

Livraria

«O SÉCULO»



ÚLTIMAS NOVIDADES LITERÁRIAS

REVISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

VISITE A NOSSA SECÇÃO INFANTIL E JUVENIL

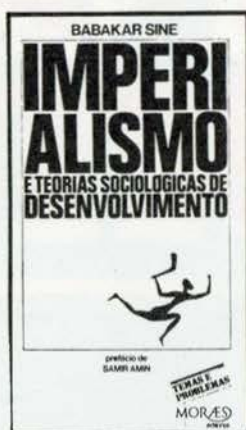
SERVIÇO RÁPIDO DE ENCOMENDAS

LIVRARIA ENCONTRA-SE ABERTA DAS 9 ÀS 19 HORAS

RECEPÇÃO DE ANÚNCIOS

ROSSIO, N.º 23

LIVROS



IMPERIALISMO

Autor: BABAKAR SINE

A oposição de falsos conceitos como os da tradição e de modernidade, com os quais opera, tem por função a justificação da «modernização» capitalista dos países dominados e mascara esta dominação. O autor substitui então esta ideologia por uma análise científica em termos de ciência política do desenvolvimento.

MORAES — Preço: 160\$00

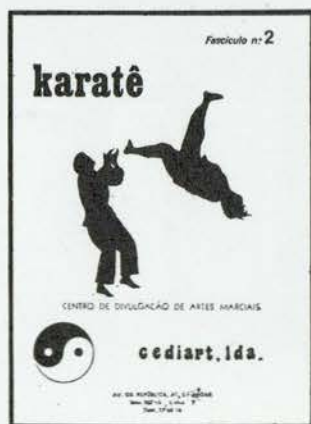
CHINA

Autor: FRANCIS AUDREY

Quem viveu durante anos na China Popular, depois de ter dominado a sua língua, estudado o seu passado, meditado sobre o seu futuro, sente uma forte obrigação moral: partilhar com o mundo ocidental o mais claro dos conhecimentos adquiridos durante o contacto com este povo gigante.

MORAES — Preço: 160\$00

NOVIDADES SELECÇÃO DA SEMANA



CURSO DE KARATÊ

Autor: CEDIARTE

Estuda a forma de serdes vencido e estareis seguros da vitória.

CEDIARTE — Preço: 80\$00

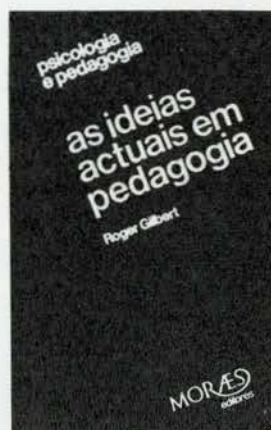
IDEIAS ACTUAIS EM PEDAGOGIA

Autor: ROGER GILBERT

Trata-se de um livro que incita à reflexão e que não seria de mais recomendar aos professores e aos estudantes.

Há que levá-los a compreender melhor a natureza dos problemas com que deparam e depararão no dia-a-dia.

MORAES — Preço: 100\$00



SOBRE O FASCISMO

Autor: E. MANDEL

O fascismo é uma forma especial de «executivo forte» e de «ditadura aberta», caracterizada pela destruição completa de todas as organizações da classe operária.

ANTIDOTO — Preço: 50\$00

DISTRIBUIDORA
O SECULO

À VENDA
NAS LIVRARIAS



europcar

rent a car



contauto